História do Brasil

História do Brasil

Kleber Antonio de Oliveira Amâncio
Julia Rany Campos Uzun

Sumário

Palavras do autor

Por que estudar História do Brasil? Ora, essa pergunta pode ser respondida de diversas formas. Em primeiro lugar, podemos recorrer à necessidade de compreensão de como nos tornamos quem somos e de como a atualidade se monta, dia após dia, como um complexo quebra-cabeça. Em segundo lugar, é papel dos estudiosos em Humanidades – sejam eles historiadores, geógrafos, filósofos ou cientistas sociais, buscar se aproximar do passado da forma mais acurada possível, especialmente no que tange aos fatos da nação a qual ele pertence. Conhecer o passado de seu país é de fundamental importância para o exercício pleno da cidadania e para a reflexão acerca do destino coletivo de uma nação, permitindo que um povo possa tomar as decisões mais favoráveis sobre seu futuro. Em última instância, devemos nos lembrar da máxima de Marc Bloch, que afirma que a História deve nos divertir e, portanto, devemos conhecer o Brasil de forma instigante e lúdica.

Esta disciplina pretende estudar a História do Brasil, desde seu processo de colonização até os dias atuais. Todo o conteúdo está dividido em quatro unidades distintas. A primeira, intitulada "A experiência colonial: das Grandes Navegações à Independência (1500-1822)", pretende discutir o impulso explorador português no século XVI e vai apresentar o desenvolvimento do Brasil desde sua implantação como colônia até seu processo de independência. A segunda unidade de ensino, sob o título "Da Independência à República (1822-1889)" pretende conhecer o período em que o Brasil viveu sob a égide da monarquia, seja no Primeiro Reinado, no Período Regencial ou no Segundo Reinado, reconhecendo o processo que levou à Proclamação da República. A terceira unidade, denominada "A primeira experiência republicana: dos marechais ao Varguismo (1889-1945)", vai dar a conhecer a República da Espada, a República Café com Leite e o governo de Getúlio Vargas, tanto em sua versão Constitucional quanto durante o Estado Novo. Por fim, a última unidade de ensino, chamada "A nova experiência republicana: do populismo aos nossos dias (1946–2017)", quer discutir o Período Democrático que se seguiu ao Estado Novo, a Ditadura Militar e a Nova República, alcançando os nossos dias.

Em conjunto, as unidades de ensino pretendem desenvolver uma série de competências e habilidades no estudante, tais como a capacidade de seguir objetivos específicos, a habilidade de aprender a aprender, o aumento da independência na busca de novos saberes, a identificação individual do que está sendo ensinado, a criação e utilização de estratégias individuais de aprendizagem, além do próprio monitoramento de seu aprendizado. Para que tais competências e habilidades sejam desenvolvidas, é estritamente necessário que o aluno pratique o autoestudo com frequência, pois apenas assim ele vai conseguir organizar as novas informações recebidas, incorporá-las àquelas que ele já possui e gerar um novo conhecimento.

Que tal conhecermos um pouco mais sobre a história de nosso país? Vamos juntos criar uma rotina de estudos para, dia após dia, descobrirmos um pouco mais sobre o processo de formação do Brasil, reconhecendo como se criaram as diferenças regionais, os sotaques e as peculiaridades que transformaram o nosso país em uma nação de dimensões continentais e características tão específicas! Esperamos você!

A experiência colonial: das Grandes Navegações à Independência (1500-1822)

Convite ao estudo

Como o Brasil se formou? Por que somos uma mistura étnica de brancos, negros e indígenas, vindos de culturas tão distintas? De que modo nossa nação tornou-se tão grande, mesmo que todos os brasileiros tenham o português como um mesmo idioma? Essas e outras questões serão respondidas na primeira unidade de estudo de nossa disciplina, relembrando como o estudo do passado é de vital importância para conhecermos um pouco mais sobre nossa própria história e nossa atualidade.

Em um primeiro momento, vamos conhecer como os esforços dos exploradores portugueses, no século XVI, foram importantes para a formação de um conjunto de colônias na África e na América, sendo o Brasil a maior de todas elas. Vamos descobrir quais foram os primeiros grupos indígenas encontrados pelos portugueses em sua chegada às terras brasileiras e como se deram estes contatos iniciais. Além disso, também vamos entender como ocorreu o processo de instalação dos primeiros colonizadores portugueses em solo colonial brasileiro, entendendo como se deram os primeiros esforços colonizadores nos trinta anos iniciais de dominação portuguesa, em um momento conhecido como Período Pré-Colonial.

A partir de então, partiremos para o estudo pormenorizado da formação do sistema colonial no Brasil em suas esferas econômica, política, social e cultural. Vamos conhecer a estrutura da agromanufatura açucareira, que deu ao Nordeste brasileiro sua preponderância política nos dois primeiros séculos de colonização. Também estudaremos o processo de expansão territorial, que transformou o Brasil em um país tão grande e

diverso. Vamos conhecer as ameaças estrangeiras ao nosso território, especialmente as tentativas francesas e holandesas. Além disso, vamos estudar com detalhes a sociedade colonial, compreendendo as diferenças entre a escravidão indígena e a escravidão negra.

Além disso, a unidade de ensino será dedicada ao estudo do ciclo do ouro na região das Minas Gerais, para o qual serão estudadas as transformações da economia colonial, as mudanças políticas, sociais e culturais oriundas do novo produto de exportação da colônia. As diversas revoltas coloniais também serão conhecidas neste momento. Por fim, a ação dos jesuítas no Brasil, a transferência da Corte portuguesa e a época joanina serão as temáticas tratadas nesta unidade.

Aprofundar-se sobre a História Colonial do Brasil permite ao estudioso o reconhecimento de que as diferenças presentes na população, no modo de falar, na cultura e nas práticas cotidianas atuais não surgiram de uma hora para outra, mas são construções elaboradas por séculos que perduram na mentalidade de nossos povos. Estudar História do Brasil é, assim, revisar conceitos já impostos há muito tempo. Convidamos você para nos acompanhar nessa jornada de visita ao passado e crítica às nossas próprias certezas!

Seção 1.1

Os primeiros esforços colonizadores: as Grandes Navegações, a chegada dos portugueses à América e o período pré-colonial

Diálogo aberto

No início do ano letivo, em uma escola pública estadual do interior do Paraná, os professores se reuniram para fazer o planejamento anual. Os professor Rafael de História e a professora Elaine, de Biologia, criaram, em conjunto, uma atividade de avaliação diagnóstica para conhecer melhor a turma do 6º ano. Em conjunto, os dois professores propuseram que os estudantes fizessem um mapeamento étnico de suas famílias: enquanto a professora Elaine queria identificar o que os estudantes conheciam sobre os conceitos de genótipo, fenótipo e as bases de Genética aprendidas no Ensino Fundamental, o professor Rafael queria mostrar para os estudantes que todos eles tinham, em suas raízes, origens nos diferentes povos formadores do Brasil. A análise da avaliação diagnóstica conjunta mostrou o seguinte resultado: dos 38 alunos, 32 apresentavam em seus históricos familiares (e, por consequência, em seu genótipo) a presença de antepassados indígenas, mas apenas um deles mostrava em sua aparência (ou seja, em seu fenótipo) as características desta etnia. Como a História pode explicar a diminuição da presença viva dos indígenas no Brasil? Quais fatores levaram à redução destes povos em nosso território? Como a interação entre brancos colonizadores e indígenas explica esta redução?

Não pode faltar

No século XXI, Portugal tornou-se um dos países mais pobres da Europa Ocidental. Próximo a potências econômicas, como a Alemanha ou o Reino Unido, a nação sente os efeitos de anos de ditadura e de problemas para modernizar seu parque industrial. No entanto, no período das Grandes Navegações, a nação tornou-se a pioneira no domínio das técnicas e instrumentos, dominando as rotas para a África, a Ásia e alcançando as terras que hoje chamamos de Brasil.

Vamos conhecer um pouco mais a fundo o processo de formação de um império ultramarino português entre os séculos XV e XVI, discutindo os motivos que levaram os portugueses a despontar como principais navegadores. Também vamos mostrar como estes navegadores representavam os locais e povos de seus novos territórios a partir de uma mentalidade profundamente católica.

Em primeiro lugar, precisamos compreender como Portugal se formou. Para isso, vamos nos guiar pelas penas de alguns historiadores portugueses, que traçarão nossa caminhada pela Península Ibérica. Para começarmos: você sabe como um território pode ser considerado uma nação? A primeira parada de nossa rota será a compreensão do processo que criou o Reino de Portugal, para o que foi necessária a união de três aspectos distintos: 1) a unidade política; 2) a delimitação econômica; e, por fim, 3) a consciência coletiva dos moradores deste território, ou seja, o sentimento de que os habitantes daquela região se sentissem portugueses e diferentes dos outros ibéricos (MATTOSO, 2001, p. 40).

O processo que transformou o Reino de Portugal em uma nação unificada levou séculos para se desenvolver. Segundo o historiador José Mattoso, o território português era muito fragmentado e habitado por diversos povos diferentes, como os romanos, os germânicos e os mouros, compondo um verdadeiro quebra-cabeças. A partir de dois condados principais, o Condado de Coimbra e o de Portucale, formou-se a base do território atual – o "Condado Portucalense", em 1096, mas somente no século XIII o território foi unificado pela primeira vez por um governante, o rei Afonso III. Neste período, a maior parte dos outros territórios europeus ainda não havia passado por nenhum tipo de unificação. Assim, é importante relembrarmos que Portugal saiu à frente no processo de unificação nacional, garantindo sua identidade nacional muito mais cedo do que a Espanha, a França ou a Inglaterra. (SILVA apud LINHARES, 1990, p. 36).

A unificação nacional precoce de Portugal, iniciada ainda no século XIII, foi fundamental para sua primazia no domínio dos mares. Os esforços da Coroa portuguesa, aliados ao grande apoio da burguesia do país, levaram os navegadores a buscar novas rotas de comércio para a Ásia, visto que os comerciantes encaravam a

expansão marítima como uma forma de acessar os metais preciosos e as especiarias de modo mais fácil.

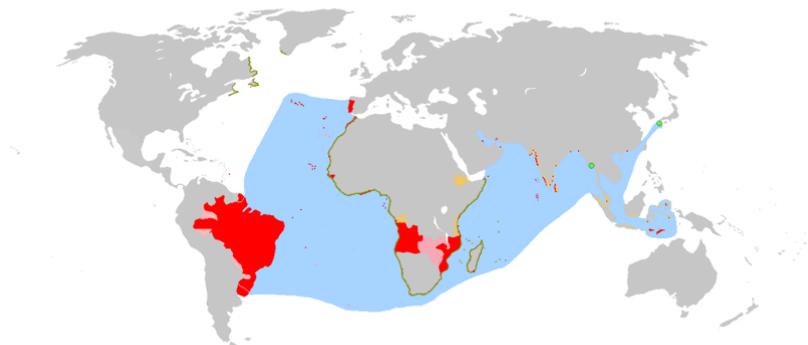
Caravelas e naus, um choque tecnológico no século XVI. Direção: Antônio José Almeida e Rita Gaspar. Lisboa: Panavídeos Produções. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7xUEZt0_osc&feature=youtu.be>. Acesso em: 7 mar. 2017.

A localização geográfica do Reino de Portugal também foi um grande facilitador para sua expansão ultramarina. Sua posição estratégica no continente europeu fez com que Portugal se transformasse em um espaço de encontros comerciais múltiplos entre a Ásia, a África, a Ilha da Madeira e as outras partes da Europa:

> Encontro entre a Europa e a África, porque a Península Ibérica é uma meia Europa e uma meia África do Norte. Encontro entre europeus do sul e do norte, porque os mares e os litorais de Portugal são o espaço de cruzamento das redes e das rotas marítimas que ligam o Atlântico e o Mediterrâneo [...]. Encontro ainda entre os universos comerciais, tecnológicos e políticos do Mediterrâneo e do Atlântico e os valores, heranças e saberes das Civilizações Cristão, Islâmica e Judaica (BARRETO, 1997, p. 368).

Exemplificando

Com os privilégios advindos de sua localização geográfica, de suas manobras políticas, os portugueses tornaram-se interessados em investir na exploração do comércio além-mar, apostando nos lucros que ele poderia trazer. Tanto a Coroa portuguesa como os nobres, burgueses e até a população rural lançaram-se a essa aventura. Já no século XV, os portugueses alcançaram uma série de conquistas ultramarinas: dominaram a Ilha da Madeira e os Açores (1420-1430), ultrapassaram a fronteira de navegação conhecida do Oceano Atlântico (o Cabo do Bojador, em 1434), aportaram no Congo-Zaire (1483) e conseguiram estabelecer uma comunicação marítima regular entre a Ásia e a Europa, no fim do século (BARRETO, 1997, p. 370-371). No século XVI, além do continente americano, os portugueses ultrapassaram tantas fronteiras marítimas que atingiram o Japão.

Figura 1.1 | Mapa anacrônico dos domínios portugueses

Em azul, os locais principais de exploração marítima e rotas de influência. Em vermelho, as áreas de dominação efetiva. Em rosa, as possessões reivindicadas. Em verde, os entrepostos comerciais.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7e/Portugal_Imp%C3%A9rio_total.png>. Acesso em: 27 fev. 2017.

Nesta primeira parada, vimos como se formou o Reino de Portugal – uma pequena nação que conseguiu levar sua cultura para várias áreas dominadas no globo. Nos dizeres do historiador José Roberto do Amaral Lapa, "a pequena nação ibérica se amadurou nas coisas do mar, para depois estender seus interesses sobre mais três continentes, em singular mobilidade que contrastava com o limitado contingente humano de que dispunha" (LAPA, 2000, p. 1). Os historiadores estimam que, no início do século XV, o Reino de Portugal contava somente com cerca de um milhão de habitantes (SILVA, 1997, p. 37), mas mesmo com seu "limitado contingente humano" conseguiu chegar a três continentes. Nossa segunda parada nesta rota será compreender como Portugal organizava este vasto império sendo esta pequena nação.

É importante lembrar que o Império Português era marítimo, não terrestre. Em outras palavras, falamos em um império "em que o mar já não era um limite, mas, antes, o nexo essencial de união dos pontos de apoio na terra firme, o próprio corpo do império" (SANTOS; HESPANHA apud HESPANHA, 1998, p. 351). Assim, os portugueses conseguiam

adaptar sua forma de gerenciar a administração às necessidades de cada lugar em que chegavam. Enquanto assinavam acordos de paz em uma região, construíam fortes em outra ou dividiam o território em capitanias-donatárias, quando ele era muito extenso, como no caso brasileiro, fazendo o que fosse preciso para dominar a nova terra.

A próxima parada de nossa rota diz respeito aos primeiros contatos entre portugueses e indígenas em nosso território. Na grande maioria dos casos, os portugueses do período dos descobrimentos são retratados como destruidores abomináveis, por um lado, ou como pioneiros heroicos. Qual é o problema destas abordagens? A tradição historiográfica vem sendo revista e, desde a metade do século XX, tem desmontado a ideia de que a História é formada por duas vertentes binárias, formada por mocinhos e vilões. Isso não significa, é claro, relativizar o massacre e o genocídio indígena na América. Mas, antes, entender a complexidade do encontro entre europeus e nativos americanos.

Um dos primeiros autores a questionar a visão de uma conquista e colonização heroica por parte dos europeus foi o historiador mexicano Miguel León-Portilla, que escreveu obras importantes baseando-se em fontes deixadas pelos indígenas para trazer a perspectiva do nativo americano sobre a Conquista, apresentando uma nova visão sobre o momento das Grandes Navegações (LEÓN-PORTILLA, 1985). Com o tempo, outras interpretações problematizaram a vitória dos espanhóis sobre os indígenas em seu projeto colonial: o historiador Héctor Hernan Bruit defende a teoria de que os nativos americanos criaram uma série de estratégias para simular seu comportamento frente aos conquistadores, impedindo que a dominação se desse como os europeus imaginassem. Essa teoria recebeu o nome de "simulação dos vencidos" (BRUIT, 1995). Atualmente, os historiadores culturais defendem que europeus e indígenas foram peças igualmente importantes para o desenvolvimento da colônia em toda a América (KARNAL, 1998).

O contato entre portugueses e indígenas foi caracterizado por uma série de modulações muito distintas, visto que povos com culturas, línguas e religiões tão distintas não se reconheceram. No entanto, a maioria dos relatos escritos que sobreviveram eram de autoria dos europeus sobre estes primeiros contatos, mostrando desde a surpresa com o povo diferente até as batalhas travadas. Assim,

é importante que tenhamos em mente que conhecemos somente a visão portuguesa sobre o período da conquista – através de relatos permeados de ideais cristãos, dada sua origem.

Para compreendermos o conteúdo destes relatos, precisamos conhecer o imaginário português do período, ou seja, o modo dos portugueses entenderem o mundo que lhes conferia um sentido de identidade e união, como seus valores, medos e crenças. O próprio nome dado ao Oceano Atlântico no período das Grandes Navegações – "Mar Tenebroso" – ilustra como o pensamento europeu do século XVI dificultava as suas conquistas, ao mesmo tempo em que motivava a exploração do desconhecido. Nesse sentido, as principais referências eram bíblicas, com especial preocupação para as diferentes formas de se atingir o paraíso (após a morte ou mesmo na Terra). Muitas obras tentavam descrever o Éden terreno, de onde os primeiros humanos haveriam sido expulsos por Deus após o pecado original. Os autores também acreditavam poder localizar este lugar abençoado em algum ponto do planeta. Em uma de suas principais obras, Sérgio Buarque de Holanda explica que:

> **[...] uma confusa esperança restava, porém, de que aquelas portas do Éden não estariam definitivamente fechadas, e de que o acesso aos jardins sagrados seria dado, porventura, a quem o buscasse com ânimo piedoso ou – quem sabe? – com assomado brio (HOLANDA, 2000, p. 192).**

Foi desse modo que os portugueses, até então muito ligados a formas medievais de compreender o mundo, passaram a identificar nas paisagens do Novo Mundo aquelas descrições lidas tantas vezes sobre o Éden na Terra: a chegada a um continente escondido, com rios caudalosos, fauna e flora abundante, muito arborizado e cheio de animais desconhecidos foi a resposta para os questionamentos de um pensamento cristão que buscava o paraíso terreno.

Pesquise mais

A concepção do Brasil como o "Paraíso na Terra" ainda permeia a cultura brasileira dos dias de hoje. No artigo seguinte, José Murilo de Carvalho mostra as origens deste conceito e seu desenvolvimento para a delimitação da identidade nacional.

José Murilo de Carvalho. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, havia um consenso entre os religiosos da época dos descobrimentos de que a chegada ao Brasil teria sido uma ação divina, visto que Deus teria escolhido o povo português para alcançar o paraíso, dentre todos os povos:

> **Ação divina, o descobrimento do Brasil desvendou aos portugueses a natureza paradisíaca que tantos aproximariam do Paraíso Terrestre: buscava, assim, no acervo imaginário, os elementos de identificação da nova terra. Associar a fertilidade, a vegetação luxuriante, a amenidade do clima às descrições tradicionais do Paraíso Terrestre tornava mais próxima e familiar para os europeus a terra tão distante e desconhecida (SOUZA, 1986, p. 35).**

Reflita

O que o conceito do "Éden terreno" nos revela? Sem dúvidas, este conceito aponta para uma questão que poucas vezes pensamos. Não apenas os portugueses, mas os europeus de diversas origens utilizaram seus prévios conhecimentos diversos para reconhecer o mundo novo ao qual acabavam de chegar. Antes das viagens marítimas, eles já sabiam que poderia haver um paraíso na Terra dotado de paisagens naturais bonitas, muito férteis e ricas, ainda que desconhecessem sua localização.

A última parada de nossa rota quer compreender como o Reino de Portugal deu início à exploração do território nacional. Para isso, vamos estudar um período que convencionalmente é chamado de Pré-Colonial, devido ao fato de que não houve colonização portuguesa efetiva em nosso território. Mas o que isso significa? Para que um território seja considerado uma colônia de uma nação, é necessário que exista a preocupação com a ocupação do novo território, com sua proteção e a instalação de uma instituição administrativa governada

por membros da nação dominante. Entre 1500 e 1530, Portugal não teve nenhuma destas três preocupações com as terras encontradas, tendo apenas interesses predatórios. Desse modo, é possível afirmar que, entre a chegada da primeira caravela de Cabral, em 1500, e a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1531, não houve atividade colonizadora sistemática no Brasil.

Definir o período do encontro das culturas indígena e portuguesa a partir de 1500 como o "Descobrimento do Brasil" é bastante problemático, pois revela apenas a visão dos portugueses e anula a força dos indígenas como elemento formador do Brasil. Qual seria o termo adequado para caracterizar o período? Alguns historiadores utilizam a noção de "Conquista", mas este conceito também traz seus problemas, visto que pressupõe que os portugueses dominaram as práticas indígenas locais, sobrepondo a cultura nativa anterior à sua chegada. De acordo com as teorias já apresentadas de León-Portilla, Bruit e Karnal, por exemplo, isso não necessariamente aconteceu: ainda que a presença dos europeus tenha sido forte, os indígenas criaram muitas estratégias para a manutenção de seus elementos culturais – tanto no Brasil quanto na América, fazendo com que a ideia de "Conquista" tenha sido bastante relativizada. O conceito mais utilizado atualmente é o de "invasão territorial", visto que já existiam sociedades indígenas organizadas vivendo no Brasil.

O período Pré-Colonial teve início em 22 de abril de 1500, quando a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, composta por 3 caravelas e 10 naus, em um total aproximado de 1500 marinheiros chefiados por Bartolomeu Dias, Duarte Pacheco Pereira e Nicolau Coelho, aportaram no litoral sul do atual estado da Bahia, deslumbrando-se com as belezas naturais da região. Alguns dias depois, foi rezada a primeira missa e, no dia 1º de maio, foi oficializada a posse das terras pelo Império português.

Para dimensionar o novo território, Portugal passou a organizar uma série de expedições de reconhecimento territorial, que tinham como principal meta a busca de metais preciosos. Como o ouro e a prata não foram encontrados, os portugueses não tiveram interesse

imediato na colonização do território, preocupando-se apenas na composição de expedições guarda-costas, para proteger o litoral de invasões estrangeiras.

No início do século XVI, os historiadores estimam que o Brasil era habitado por cerca de 3 a 4 milhões de indígenas, oriundos de grupos étnicos muito distintos. Alguns momentos da História colonial enunciam como os contatos entre europeus e indígenas foram realizados das formas mais distintas possíveis. Durante as invasões francesas, por exemplo, os tupinambás se aliaram ao projeto de Nicolas Durand de Villegagnon para formar uma colônia com novas ideias na Baía de Guanabara, travando batalhas sangrentas contra os portugueses. Por outro lado, várias etnias nativas do Brasil mantiveram boas relações com os jesuítas durante todo o período colonial, especialmente os guaranis do sul da colônia, auxiliando na fundação e manutenção das missões, como no caso do conjunto de aldeamentos de Sete Povos das Missões.

Ainda que os metais preciosos não tenham sido encontrados, um produto muito rentável foi logo identificado: o pau-brasil, ou o "ouro vermelho", utilizado no tingimento de tecidos. Para realizar a exploração do pau-brasil, os portugueses construíram várias feitorias nas áreas litorâneas, cujo objetivo era o armazenamento da madeira já cortada, para que ela seja encaminhada até os navios. Cabe ressaltar que a exploração do pau-brasil era exclusiva da Coroa portuguesa, responsável por conceder 20% do resultado da extração como pagamento àqueles que trabalharam nela. No entanto, era comum ocorrer o contrabando do pau-brasil, especialmente pelos franceses, levando a Coroa a enviar ao Brasil várias expedições militares para proteger a costa. A principal atividade econômica do período Pré-Colonial resultou em grande destruição da vegetação nativa do litoral do Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro, durante os 30 anos de sua exploração, fazendo com que o pau-brasil praticamente sumisse das terras brasileiras.

Dado o desgaste da exploração do pau-brasil e a ameaça estrangeira em nosso litoral, Dom João III decidiu iniciar o processo de colonização das terras brasileiras em 1530. Dessa forma, ele organizou uma expedição de caráter colonizador, liderada por Martim Afonso de Souza, que partiu de Portugal em dezembro de 1530 com cerca de 400 homens. O objetivo era trazer famílias que

se fixariam no Novo Mundo, a partir da distribuição das sesmarias, iniciar uma nova modalidade de plantio, com o desenvolvimento do primeiro engenho de cana-de-açúcar, além de instaurar as bases da administração. Em 1533, foi fundado o primeiro engenho canavieiro oficial na Capitania de São Vicente, escolhida pelo seu solo de massapê e pela proximidade com o litoral (e facilidade de envio para a Europa). Assim, era criada a colônia.

Sem medo de errar

Para começar, vamos esclarecer os conceitos-chave necessários para a resolução da situação-problema. Em primeiro lugar, o mapeamento étnico é a determinação das diversas ascendências às quais pertencem um determinado grupo – no caso, os alunos do 1º ano C. Além disso, é importante diferenciarmos os conceitos de fenótipo e genótipo: enquanto o genótipo analisa a constituição genética dos indivíduos, o fenótipo mostra suas características comportamentais, físicas ou fisiológicas. Em outras palavras, o fenótipo apresenta aquilo que pode ser visto de um indivíduo, enquanto o genótipo guarda aquilo que o ser herda de seus antepassados. Dito isto, é importante refletirmos que, mesmo que uma pequena parcela da população brasileira apresente o fenótipo com traços indígenas, muito brasileiros ainda possuem o genótipo indígena em sua herança genética.

Como estudamos, no início do século XVI, os pesquisadores estimam a presença de vários grupos indígenas distintos, compondo uma população de cerca de 3 a 4 milhões de habitantes espalhados por todo o território nacional. Ainda durante o período Pré-Colonial, a exploração da mão de obra indígena para a extração do pau-brasil e os primeiros contatos, muitas vezes violentos, causaram um forte impacto na forma como essa população vivia, já iniciando em seu processo de redução. Mas foi durante o período colonial que as populações indígenas do Brasil sofreram sua maior diminuição.

Em primeiro lugar, a Coroa portuguesa incentivou as bandeiras de apresamento, com o objetivo de buscar indígenas para escravizá-los. Ainda que o tráfico negreiro ultramarino tenha se tornado um importante negócio para Portugal, a escravidão indígena continuou, especialmente nas regiões em que o conhecimento dos nativos era válido – como na Amazônia. Além disso, a cristianização dos índios,

motivada pela necessidade de expansão católica (incentivada pela Contrarreforma para evitar os avanços do Protestantismo), colocou-os sob o jugo da Coroa portuguesa, impondo a cultura europeia e impedindo os nativos de colocarem em prática suas crenças, seus ritos e seu imaginário, tornando-os mais frágeis. Aos poucos, os indígenas foram sendo mesclados à população branca, especialmente através de relações forçadas entre as índias e os exploradores portugueses.

Avançando na prática

A colonização do Brasil

Descrição da situação-problema

Em uma determinada aula de História para o Ensino Médio, a professora Gisele dividiu a sala em cinco grupos para a realização de uma série de atividades sobre a História do Brasil. A primeira destas atividades consistia em uma discussão sobre os princípios da colonização: os grupos deveriam discutir quando teve início o processo de colonização do Brasil e justificar sua resposta. Quatro grupos responderam que a colonização do Brasil teve início quando a esquadra de Cabral chegou ao litoral, em abril de 1500. No entanto, um quinto grupo defendeu que o processo de colonização do continente apenas começou em 1531.

Como podemos justificar o posicionamento do grupo que deu a primeira resposta? E do que deu a segunda? De que forma a professora Gisele pode utilizar este debate para explicar o início do processo colonizador brasileiro? Por que motivos ele não começou anteriormente?

Resolução da situação-problema

O posicionamento tomado pelos grupos que responderam que o processo de colonização teve início em 1500 ligou o conceito de colônia à ideia da exploração estrangeira no território, visto que, nos 30 primeiros anos do domínio português em nossas terras, não houve efetivamente um processo colonizador. Já o posicionamento tomado pelo grupo que defendeu que a colonização começou em 1531 partiu do conceito correto de colônia, que congrega a preocupação de uma nação em povoar

e defender sistematicamente um novo território, além de criar um núcleo administrativo no novo local. A professora Gisele pode solicitar que os grupos justifiquem suas respostas, criando um quadro comparativo das respostas na lousa. A partir de então, ela deve explicar como a Coroa portuguesa lidou com as novas terras nos primeiros trinta anos, explorando o pau-brasil, criando as feitorias e travando os primeiros contatos com os indígenas. Por fim, a professora deve explicar que o processo colonizador apenas começou porque o extrativismo do pau-brasil foi predatório e destruiu grande parte das reservas naturais, apresentando a necessidade da inserção de um novo produto nas terras brasileiras. Além disso, a presença constante de estrangeiros nos litorais tornou-se uma ameaça que Dom João III preferiu evitar.

Faça valer a pena

1. Durante os séculos XV e XVI, o Império Português se expandiu para três continentes diferentes, tornando-se o pioneiro no período a ganhar os mares. Leia com atenção ao trecho abaixo acerca deste período: "A máxima da administração ultramarina portuguesa traduz-se numa capacidade infinita de adaptação de instituições que já haviam sido experimentadas e também de improvisação" (SANTOS; HESPANHA apud HESPANHA, 1998, p. 354).
Segundo o trecho lido e os seus conhecimentos, que estratégia os portugueses desenvolveram para administrar um Império tão extenso, sendo um país tão pequeno?
a) Os portugueses logo ocuparam os territórios dominados nos três continentes, mudando-se definitivamente para as novas terras, visto que a população do Reino de Portugal neste período era muito grande.
b) O Reino de Portugal utilizou-se de uma série de meios distintos para administrar e ocupar os territórios conquistados, como acordos de paz e doação de terras, adaptando suas estratégias de acordo com a necessidade de cada região.
c) O Império português criou uma série de condados ao redor do mundo, como o Condado Portucalense, com o objetivo de fortalecer suas áreas de influência.
d) A Coroa portuguesa enviava uma grande força militar e lutava contra a população já presente nos territórios encontrados, garantindo a dominação de terras distantes.
e) Como Portugal era um império territorial, ele criou um sistema de proteção das fronteiras muito eficiente, liderado por cavaleiros treinados para este fim, que garantia a defesa das fronteiras.

2. O período das Grandes Navegações foi muito importante para o desenvolvimento de Portugal, que se tornou pioneiro por uma série de motivos. Analise as afirmativas abaixo acerca das especificidades portuguesas na época dos descobrimentos:
I. O Reino de Portugal tornou-se um lugar de muitos encontros econômicos e culturais, dada sua localização geográfica, tornando-se um ponto importante para a troca de conhecimentos entre povos muito distintos.
II. Como Portugal foi um dos últimos reinos a se unificarem na Europa Ocidental, tornou-se notável a dificuldade encontrada pela Coroa para gerir as possessões ultramarinas, especialmente as muito distantes.
III. Visto que o Império português era terrestre, foi necessária a criação de uma série de corpos militares distintos para o controle das fronteiras.
IV. O imaginário português do momento dos descobrimentos era recheado pelos ideais cristãos, o que fez com que os exploradores identificassem o Éden terreno nas terras brasileiras, quando aqui chegaram.

Agora, julgue as afirmativas acima e escolha a alternativa correta:
a) Somente I e II estão corretas.
b) Somente I e III estão corretas.
c) Somente I e IV estão corretas.
d) Somente II e III estão corretas.
e) Somente III e IV estão corretas.

3. Pero Vaz de Caminha foi o escrivão responsável por enviar as notícias da viagem de Pedro Álvares Cabral para a Coroa portuguesa, descrevendo com detalhes a nova terra conquistada. Leia com atenção o seguinte trecho da carta de Caminha:

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo dagora assim os achávamos como os de lá. (As) águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute (isso) bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé! (CAMINHA, Pero Vaz de. Carta ao Rei de Portugal. 01/05/1500)

O escrivão da frota de Cabral preocupa-se em descrever as diversas possibilidades de exploração das novas terras para a Coroa. Dentre elas, podemos citar:
I. A extração de metais preciosos, como o ouro e a prata, especialmente no interior do território.
II. O uso das terras como balneário para cura de enfermidades, por seus bons ares, e a conquista de Calicute, tendo as terras brasileiras como entreposto.
III. A utilização do novo território como uma escala para as viagens rumo ao Oriente e a conversão dos indígenas ao catolicismo.
IV. A prática da pecuária, dada a extensão do território, e a extração do pau-brasil.

Agora, analise as afirmativas acima e assinale a alternativa correta:
a) Apenas I e II são verdadeiras.
b) Apenas I e IV são verdadeiras.
c) Apenas III e IV são verdadeiras.
d) Apenas III é verdadeira.
e) Apenas IV é verdadeira.

Seção 1.2

O Brasil do açúcar: economia agroexportadora, expansão territorial e a sociedade do açúcar

Diálogo aberto

Na reunião anual de planejamento da escola estadual, foco de nossas situações-problema, a coordenadora pedagógica destacou um sério problema que a instituição vem enfrentando os últimos anos: a evasão escolar. Ela, então, desafiou os professores a refletir sobre suas causas e pensar em formas de saná-lo. Nos últimos cinco anos, uma média de 35% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio deixa o curso antes de seu término por um motivo principal: eles vivem em regiões periféricas e não têm dinheiro suficiente para custear o material e as conduções, abandonando a escola para buscar um trabalho em período integral e incrementar a renda familiar. Destes alunos, cerca de 92% é formada por negros ou pardos. O professor Rafael propõe a criação de um projeto que explique a origem da desigualdade social brasileira. De que forma as nossas origens coloniais pode explicar a desigualdade étnica atual do Brasil? Como os negros e pardos foram viver nas zonas periféricas das cidades? Como podemos propor uma solução para o problema da evasão destes alunos, dentro do projeto do professor Rafael?

Não pode faltar

A primeira expedição com o intuito de colonizar efetivamente o Brasil aportou em 1531. No ano seguinte, Martim Afonso de Souza recebeu uma carta do imperador Dom João III, recebendo a missão de povoar as terras brasileiras. O território foi dividido em 14 grandes porções com o objetivo de atrair o empenho de particulares (não somente da Coroa portuguesa) para arcar com os custos iniciais da sua exploração e com os perigos de um investimento arriscado em terras que ainda não haviam sido devidamente conhecidas. Os interesses mercantis de cada porção de terras deveriam ser empreendidos sem que houvesse nenhum custo para Portugal. Assim, surgiram as **Capitanias Hereditárias**, que reproduziam um sistema já utilizado em outras possessões de Portugal, como a Ilha da Madeira, inaugurando

uma nova fase da política portuguesa em relação ao Brasil (HOLANDA apud HOLANDA; CAMPOS, 1981, p. 95).

Pesquise mais

A representação das Capitanias Hereditárias é um excelente exemplo para refletirmos acerca das mudanças da História. Ainda que a tradição historiográfica defenda a divisão em 14 territórios, o prof. Jorge Cintra inaugurou uma nova linha interpretativa que criou um novo mapa dos primeiros da colônia, acreditando que havia um erro interpretativo nos documentos da época. Para compreender melhor, ver CINTRA, Jorge. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. **Anais do museu paulista**: história e cultura material. v. 21, n. 2, São Paulo, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142013000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Veja também a reportagem que traz a nova proposta de desenho para o mapa da Capitanias Hereditárias proposto pela Prof. Jorge Cintra. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/estudioso-reconstroi-capitanias-hereditarias-afirma-que-livros-escolares-estao-errados-13170302>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Os portugueses enviados como administradores de cada uma das Capitanias eram conhecidos como **donatários** e recebiam plenos direitos da Coroa, garantidos através das Cartas de Doação e dos Forais, dois documentos que regulamentavam a organização da sociedade que se formava e estabelecia os deveres e os direitos dos novos habitantes da colônia. Tais documentos permitiam que os donatários fundassem vilas, mantivessem o monopólio sobre os engenhos, as moedas, a navegação fluvial e a concessão de **sesmarias**, além da fiscalização sobre o comércio, a aplicação das leis e o controle militar (SALGADO, 1985). Cabe ressaltar que o rei mantinha sua soberania sobre o território colonial, visto que a "transferência de poderes tinha limites estreitos e a atuação dos capitães era, para as condições da época, bastante vigiadas pelos funcionários reais, diretamente submetidos à Coroa" (SILVA apud LINHARES, 1990, p. 59).

Sesmarias são pequenas divisões de terras feitas pelos donatários das Capitanias Hereditárias para facilitar seu cultivo. A separação seguia a Lei das Sesmarias, estabelecida em Portugal no ano de 1375, que garantia que as terras não cultivadas fossem repassadas para outro produtor. Todo sesmeiro deveria ter ligação com a classe militar, com a nobreza ou possuir honras de navegação. As doações eram validadas através de um registro público realizado na Igreja local.

A historiografia dominante define que o regime de capitanias prosperou em somente dois casos: São Vicente e Pernambuco. O donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, implantou um projeto de colonização agrícola baseado no plantio de cana-de-açúcar e na montagem de engenhos. Além disso, instalou nas terras pernambucanas a produção de gêneros alimentícios diversos, para tornar o território independente do abastecimento português. Por fim, voltou à metrópole para a realização de contratos com compradores dos produtos de sua capitania, exportando açúcar, tabaco e algodão para Lisboa, tornando-se um exemplo de empreitada colonizadora.

As outras capitanias fracassaram por diversos motivos. Porto Seguro, por exemplo, foi entregue ao donatário Pêro do Campo Tourinho, que investiu muito em sua colonização, mas foi denunciado ao Tribunal da Inquisição e precisou retornar à Portugal. A Bahia, por sua vez, teve seu donatário assassinado pelos tupinambás. Em geral, a sensação de desamparo dos colonos nas terras brasileiras era grande, com muitas batalhas contra os indígenas e investidas dos piratas no litoral. Em 1548, o capitão Luís de Góis enviou uma carta para o rei afirmando que "se Vossa Alteza não socorre a essas capitanias e costas do Brasil, ainda que nós percamos a vida e fazendas, Vossa Alteza perderá o Brasil" (SILVA apud LINHARES, 1990, p. 60).

Durante os séculos XVI e XVII, o Brasil passou por um processo de urbanização muito lento e rudimentar, levando à formação de várias vilas por todo o território, especialmente nas regiões litorâneas. A configuração urbanística destas comunidades não contava com um planejamento organizado, visto que a Coroa ficava muito distante e não enviava recursos necessários para a composição urbana. Não havia ruas nem avenidas delineando a paisagem, apenas caminhos entre as casas desalinhadas. As praças, parques e demais áreas verdes eram

inexistentes, somente um espaço livre em frente às igrejas. Os edifícios públicos mais comuns eram as cadeias, casas de câmara (ambos em um mesmo prédio) e os prédios religiosos, sempre contando com torres, dado seu local central. Duas exceções foram Salvador e São Sebastião do Rio de Janeiro, duas cidades construídas a partir de um traçado quadriculado, seguindo uma preocupação organizadora específica da Coroa portuguesa para que se tornassem sedes regionais da economia colonial (SILVA apud LINHARES, 1990, p. 65).

É certo usar o termo "descobrimento"? Quando vemos o início da colonização do Brasil, vemos que os indígenas travam muitas lutas contra os portugueses por se negarem a entregar o território em que vivem, como é o caso dos tupinambás na Bahia. Portanto, muitos historiadores refutam o argumento de que o Brasil foi descoberto, visto que estas terras já eram povoadas – ao contrário dos Açores, por exemplo, que eram ilhas desabitadas. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, o termo "descobrimento" expandiu-se a partir de 1472 e só tem sentido quando pensado do ponto de vista exterior (GODINHO, 1998). Será que não é mais adequado utilizarmos o termo "invasão"?

Em 1548, a Coroa portuguesa interviu para organizar a administração colonial em seu nome. Devido ao abandono da capitania da Bahia pelos ataques indígenas, Portugal a comprou de volta e instaurou nela a sede do Governo Geral, enviando Tomé de Souza, um rico aventureiro e fidalgo, como seu primeiro representante. Em sua estrutura, o Governo Geral era liderado pelo monarca português (auxiliado pelos seus conselhos, tribunais e ministros), que transferia uma parcela de seus poderes para o governador geral da colônia através dos forais, das cartas e dos regimentos (COSENTINO, 2009). Segundo Graça Salgado, o governador geral era o "delegado direto do rei na Colônia", responsável por supervisionar e gerenciar os assuntos administrativos além-mar (SALGADO, 1985, p. 52). Sérgio Buarque de Holanda define que "o governo geral deveria dar favor e ajuda às mais povoações, ministrar-lhes justiça e prover nas coisas que cumprissem ao serviço de Sua Alteza e aos negócios da Real Fazenda e ao bem de suas partes" (HOLANDA apud HOLANDA; CAMPOS, 1981, p. 109).

Pesquise mais

Para entendermos melhor a ação do Governo Geral no Brasil e as atribuições delegadas ao governador geral, sugerimos o estudo atento do vídeo do professor Lubacheski, que traz a introdução das principais leis coloniais.

Direito no Brasil Colônia. Direção: Prof. Irenilson Lubacheski. Campo Largo: SEED, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O7kDmdgg-3M>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Este oficial da Coroa teria três principais desafios: a resolução dos conflitos internos entre os colonos, o banimento dos piratas que atacavam o litoral e a supressão das batalhas indígenas contra os portugueses. Dessa forma, logo que chegou ao Brasil, em 1549, Tomé de Souza construiu a vila de São Salvador e deu início a um combate contra os tupinambás. Seu objetivo era transformar os colonos exploradores em residentes fixos, criando um projeto de incentivo para o desenvolvimento dos engenhos canavieiros, o início da pecuária bovina (com a distribuição de gado bovino trazido de Cabo Verde e oferecimento de terras para a criação de pastos) e o aldeamento indígena (SILVA apud LINHARES, 1990).

Com a fundação da cidade, foram criadas as câmaras, órgãos administrativos responsáveis por várias funções como a realização de obras públicas, a conservação do patrimônio, o abastecimento dos bens de consumo e a regularização do comércio, transformando-se na base da administração colonial, cujos membros eram vistos como os nobres da terra, ou seja, a elite local com pureza de sangue comprovada (sem negros, indígenas, judeus ou mouros na família de origem) (ALENCASTRO, 2000).

Para auxiliar no reconhecimento do território colonial, foram criadas uma série de expedições com finalidades muito distintas, iniciadas ainda no final do século XVI, divididas em duas categorias. A primeira delas reuniu uma série de empreitadas de caráter oficial, organizadas pelo governo colonial, que tinham como objetivo a realização do mapeamento do interior brasileiro, tendo como ponto de partida as cidades litorâneas. Todas as informações coletadas eram mandadas para a Coroa portuguesa, visando melhorar a viabilidade do projeto

colonizador. Compostas especialmente por membros oficiais da Coroa (soldados brasileiros e portugueses), tais campanhas, conhecidas como **entradas**, também combatiam os agrupamentos indígenas que apresentavam qualquer resistência ao processo de colonização portuguesa. A segunda categoria destas expedições era financiada por particulares e composta por brancos pobres e mamelucos, tendo como ponto de partida as vilas de São Vicente e São Paulo, rumando tanto as regiões sul como centro-oeste com objetivos diversos, como a busca de metais preciosos e a captura de índios nas missões jesuíticas (para sua utilização como escravos), sendo conhecidas como **bandeiras** (SILVA apud LINHARES, 1990).

O domínio português sobre o território brasileiro foi bastante ameaçado durante a Colônia, especialmente pelos franceses e pelos holandeses. O objetivo inicial dos franceses não era a fixação, mas a busca por riquezas – que era facilitada pelas boas relações mantidas com os indígenas do litoral. Em 1554, o rei francês Henrique II enviou uma missão para explorar a região de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, liderada pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegagnon. Ao reconhecer a região, ele aportou na Baía de Guanabara, fundando a **França Antártica**, uma colônia composta por uma base militar e naval francesa, além de uma comunidade calvinista composta por ex-prisioneiros que poderiam explorar o pau-brasil. O grupo estabeleceu ótimas relações com os tupinambás, visto que eram contrários à escravização portuguesa (TAVARES, 1979).

A austeridade do comandante impediu que a colônia francesa crescesse, levando vários colonos a fugirem para viver junto aos indígenas, enquanto outros retornaram à França, declarando que seu líder utilizava práticas repressivas (KECHICHIAN, 2009). Em 1558, Villegagnon precisou voltar à França, deixando o comando da colônia para Bois-le-Comte. Nesse momento, os portugueses organizaram uma expedição para expulsar os franceses do território brasileiro sob o comando de Mem de Sá, recebendo o auxílio de tropas portuguesas em 1560. Ainda que o Forte de Coligny tenha sido destruído, os franceses foram expulsos da região somente sete nos depois (SILVA apud LINHARES, 1990).

O segundo esforço colonizador francês ocorreu na região do atual Maranhão, sob a liderança de Charles des Vaux e Jacques Riffault. Em 1612, os franceses estabeleceram uma base comercial na grande ilha,

trouxeram membros na nobreza e fundaram São Luís do Maranhão, criando a **França Equinocial**, com o objetivo de explorar a região norte, visto que os franceses conheciam os potenciais econômicos do local e conheciam as drogas do sertão, que poderiam ser comercializadas como temperos, medicamentos, tinturas e condimentos muito lucrativos (DAHER, 2007). No mesmo ano, foram criados o Forte de São Luís e o Convento de São Francisco. Aos poucos, os franceses organizaram várias expedições para o reconhecimento do interior do território. A região recebeu um grande grupo de capuchinhos, muito importantes para organizar as relações entre os franceses e os indígenas. No entanto, os portugueses adotaram práticas agressivas para refrear o avanço francês, construindo fortes e declarando guerra armada, fazendo com que os estrangeiros deixassem a região em 1615 (KECHICHIAN, 2009).

Os holandeses, por sua vez, tentaram se fixar na região de Salvador, mas conseguiram fundar sua colônia em Pernambuco, em 1630, quando aportaram em Olinda. Após explorar a cidade por um ano, incendiaram-na e decidiram conquistar Recife, vista pelos estrangeiros como um local estratégico para a retomada da produção do açúcar, já que o primeiro objetivo dos holandeses era a retomada do domínio sobre o refino, a distribuição e a lavoura açucareira, o que seria facilitado pelo fato de a Holanda também dominar o comércio de escravos, garantindo o abastecimento de mão de obra (BOXER, 1961). Em 1634, os holandeses começaram a formar expedições para aumentar seus territórios no Brasil, alcançando o Maranhão, o Sergipe, o Ceará, a Paraíba e o Rio São Francisco. Três anos depois, o conde Mauricio de Nassau chegou ao Brasil como líder do governo da Holanda e seu representante mercantil, oferecendo empréstimos para recuperar a agromanufatura açucareira na região. Ele garantiu liberdade religiosa e trouxe consigo uma grande comunidade artística. Quando o conde retornou à Holanda, em 1644, foi implantado na colônia holandesa um sistema econômico mais rígido, causando uma grave crise que deu origem à Insurreição Pernambucana, cujo final foi marcado pelas lutas no Monte dos Guararapes, definindo o fim da presença holandesa no Brasil, em 1654 (VIEIRA, 2013).

A produção açucareira já havia se iniciado em território colonial alguns anos antes da instalação do Governo Geral. Em 1516, chegou ao Brasil o primeiro técnico na manufatura do açúcar. Além disso, o cultivo da cana-de-açúcar já era dominado pelos portugueses deste

o período da Conquista dos mouros na Península Ibérica, permitindo sua transferência para os domínios de Portugal nas Antilhas, a partir de 1493, prosperando em São Domingos, visto que "foi nas ilhas atlânticas que essa forma de organização do trabalho como base de um produto altamente capitalizado e comercializado cristalizou-se no sistema que se transformou no complexo da grande lavoura" (SCHWARTZ, 1988, p. 24). O açúcar tinha lugar garantido no consumo da aristocracia – tanto como condimento como remédio – tornando-se um elemento de consumo popular apenas no século XVI (FAUSTO, 2009).

Os primeiros domínios portugueses que vivenciaram a expansão açucareira foram as Ilhas Canárias e a Ilha da Madeira. No Brasil, o produto passou a ser cultivado, inicialmente, nas duas Capitanias que tiveram mais sucesso – Pernambuco e São Vicente, passando a ser implantada também no Maranhão e na Bahia. No período, o Nordeste atual era conhecido como capitanias de cima, mas compreendia somente uma "franja litorânea de disposição latitudinal que, de Natal no Rio Grande do Norte, alcançava Penedo às margens do São Francisco. O povoamento não ultrapassava a oeste os 70 quilômetros" (MELLO, 2007, p. 72). A região dividia-se entre o cultivo e fabricação do açúcar, em todo o seu litoral, e a produção de gêneros alimentícios básicos, fumo e extração de pau-brasil, de outro lado.

A instalação de um engenho colonial era uma operação dispendiosa, sendo financiada muitas vezes por créditos da Coroa ou por investidores estrangeiros. Os engenhos podem ser descritos como o conjunto de "plantações de cana, o equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande" (FAUSTO, 2009, p. 78) e eram caracterizados como "à beira-mar", quando eram litorâneos ou próximos aos rios; "da mata", quando eram interioranos; "reais", quando movidos à água; ou "de molinote", quando movidos por tração animal (SCHWARTZ, 1988).

A estrutura social do engenho define a sociedade escravocrata da Colônia brasileira. De um lado, é possível ver a família senhorial e, do lado oposto, o plantel dos escravos. Entre os dois extremos, podemos encontrar um grande grupo de artesãos, trabalhadores assalariados, indígenas (com mínimos salários) e religiosos. Segundo Gilberto Freyre, a família foi o principal elemento de colonização brasileira, pois ela foi "a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que

se desdobra em política” (FREYRE, 2006, p. 81). Assim, desenvolveu-se nas grandes fazendas uma sociedade patriarcal que, para o autor, exprimiu a imposição do imperialismo do branco sobre o negro, mas que, ao mesmo tempo, tornou as relações sociais flexíveis por adaptar-se às novas formas de se viver na Colônia. A casa-grande, onde vivia a família do senhor, era uma expressão inovadora que acomodava uma nova atmosfera e representava o sistema econômico que a Colônia estabelecia. Assim, a colonização seria alicerçada:

> **No aspecto econômico, a agricultura da monocultura baseada no trabalho escravo, e no aspecto social, a família patriarcal fundada na união do português e da mulher índia. Na política e na cultura essa sociedade estaria fundamentada no particularismo da família patriarcal para Gilberto Freyre. O chefe da família e senhor de terras e escravos era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até El Rei a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios (SOUZA, 2000, p. 75).**

A elite colonial era composta pelos senhores de engenho e suas famílias, em geral de origem nobre ou com altos cargos administrativos na administração. Viviam em constante contato com o universo urbano português e mantinham relações com o comércio internacional. Os escravos, por sua vez, viviam em condições deploráveis. Concentravam-se na lavoura canavieira, enquanto os que trabalhavam nas caldeiras, nas fornalhas e na moenda poderiam falecer pelo excesso de calor ou perder membros nos equipamentos. No século XVII, muitos senhores de engenho seguiam a teoria de Antonil, que definiu que os escravos apenas precisavam de três pês: pão, pano e pau. Ainda que muitos religiosos defendessem que os escravos mereciam melhor tratamento, a maioria dos senhores aplicava a ideia de que o trabalho, o castigo e a disciplina eram as formas ideais para retirar dos cativos quaisquer superstições, maus hábitos ou sinais de indolência (SCHWARTZ, 1988, p. 122).

Pesquise mais

Muitos historiadores discutiram a estrutura do sistema colonial brasileiro, destacando o papel do escravo negro na delimitação da economia, da cultura, da política e da sociedade do período. Um dos mais clássicos foi Bóris Fausto que, neste documentário, traz uma síntese do pensamento historiográfico acerca desta temática. **História do Brasil por Bóris Fausto – Colônia**. Direção: Mônica Simões. Brasília: MEC/TV Escola, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGFROOSJcx4>. Acesso em: 28 mar. 2017.

A escravidão não era novidade para os africanos, ela era comum na Etiópia, no norte do Saara e em alguns grupos no Oceano Índico. Muitas sociedades africanas se desenvolveram, já a partir do século XV, tendo como base o trabalho cooperativo, a organização familiar e a agricultura como fonte econômica, tendo o trabalho escravo como método de repreensão para os infratores. Nestes grupos, este sistema coercitivo possuía outros significados, visto que a riqueza era dada a partir da acumulação de bens agrícolas, especialmente alimentícios. A chegada dos europeus nestes territórios, no entanto, intensificou esse processo de forma nunca antes vista, fazendo com que aproximadamente 12 milhões de africanos tenham sido capturados e mandados ao Novo Mundo como escravos. Quando os europeus chegam em cena nas comunidades africanas, o trabalho escravo adquire, assim, novos sentidos (SILVA apud LINHARES, 1990).

Segundo Paul Lovejoy, a estrutura do sistema escravista africano preexistente à intervenção europeia foi completamente transformada a partir da intervenção do europeu. O autor considera, em primeiro lugar, que todas as bases da escravidão africana foram modificadas, como as formas de parentesco das comunidades, as relações de dependência entre os membros de uma mesma sociedade e ainda, a divisão do trabalho presente dos grupos africanos. O autor também define que é necessário levar em consideração a questão religiosa presente na escravidão africana: como muitas comunidades africanas eram muçulmanas, elas consideravam a escravidão como uma forma de conversão religiosa daqueles que não eram muçulmanos. Por fim, Lovejoy acredita no maior rompimento realizado com os tradicionais sistemas da escravidão africana oriundo do aumento da demanda do tráfico negreiro (LOVEJOY, 2002).

Ao contrário do que se pensa, Luis Felipe de Alencastro mostra como o tráfico atlântico tornou-se a razão para a escravidão na América, e não o contrário. O comércio de escravos africanos movimentou a economia europeia, especialmente a portuguesa, visto que cerca de 20% do valor do escravo ia diretamente para a Coroa de Portugal, no início do século XVII (ALENCASTRO, 2000).

Já em terras coloniais, os africanos encontraram duas formas principais de resistência à escravidão. A primeira delas, os quilombos, eram comunidades de escravos fugidos que se reuniam em locais escondidos para reviver sua cultura e reorganizar sua sociedade da forma mais próxima como viviam na África – posto que os escravos viessem de lugares distintos. A segunda delas era a rebelião aberta, ocorrida em várias ocasiões. O mais importante é concebermos que tanto africanos quando indígenas foram personagens ativos na formação de nossa sociedade, devendo ser reconhecido o protagonismo destes grupos.

O Quilombo dos Palmares foi um dos mais conhecidos da história do Brasil colonial. Localizado na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, chegou a contar com quase 20 mil habitantes, transformando-se em uma confederação de várias pequenas comunidades. Seu desenvolvimento ocorreu, em especial, entre 1630 e 1650, quando a invasão holandesa fez com que os portugueses perdessem o domínio sobre os escravos. Ganga Zumba, Zumbi dos Palmares e Dandara dos Palmares foram algumas de suas principais lideranças.

A sociedade colonial contava, ainda, com os trabalhadores brancos, uma camada intermediária composta por artesãos (fossem eles carpinteiros, ferreiros, serralheiros ou quaisquer trabalhadores manuais), militares e homens livres do campo, além dos religiosos (sobre os quais trataremos na próxima seção). Havia, também, alguns escravos libertos (FAUSTO, 2009).

É possível afirmar que o pleno desenvolvimento dos engenhos ocorreu até a metade do século XVII, quando a economia açucareira entrou em declínio no Brasil por diversos motivos, como a crise nos preços do produto no comércio da Europa (dada a concorrência), a dívida dos senhores de engenho pela compra de escravos e epidemia

de *bexiga* (doença comum na região). A pirataria reforçou o problema. Apesar disso, o açúcar manteve-se como o produto de exportação de maior lucratividade da Colônia até a descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais, no fim do século XVII.

Sem medo de errar

Em primeiro lugar, o professor Rafael quer criar um projeto com o 3º ano do Ensino Médio para ajudar a explicar as origens da desigualdade étnica atual brasileira. Quando estudamos a formação da sociedade colonial brasileira, aprendemos que os africanos chegaram ao nosso território como escravos fizeram parte de uma sociedade dividida em dois lados completamente opostos: enquanto a elite branca vivia na casa-grande, o grande contingente negro africano sustentava o regime senhorial a partir do olhar das senzalas. Ainda que a produção açucareira tenha entrado em decadência no final do século XVII, a escravidão permaneceu como o sustentáculo do Império e apenas foi abolida em 1888, sem receber nenhum aporte governamental para que a população negra fosse inserida no mercado de trabalho de forma digna.

Desse modo é possível discutir com os alunos que as dificuldades de inserção do negro e do pardo no mercado de trabalho possuem suas origens na história. Desde que chegou ao Brasil, o negro foi visto como um indivíduo inferior ao branco, como parte das posses dos senhores de engenho, criando-se assim um forte preconceito como o africano enquanto pessoa – isso inclui a cultura africana, sua forma de se organizar social e politicamente, suas heranças e tradições. No entanto, o professor Rafael pode seguir dois caminhos distintos para ressaltar o protagonismo da população negra durante a colônia: em primeiro lugar, pode discutir com seus alunos a criação de comunidades de escravos fugidos, os quilombos, e as diversas formas de rebeldia individual dos africanos durante o período colonial; em segundo lugar, pode apresentar a riqueza da cultura africana do período da captura de escravos, mostrando como os escravos aprisionados eram organizados e plurais.

Um segundo passo que o professor deve seguir é discutir as políticas governamentais do pós-abolição. A assinatura da lei Áurea não garantiu nenhum direito para os escravos além da liberdade,

fazendo com que muitos deles simplesmente morressem de fome ou ficassem jogados nas ruas por não conseguirem nenhum tipo de trabalho, dada a forma como o negro era visto no período. Nesse momento, surgiram as primeiras favelas e os negros e pardos passaram a habitar submoradias nas regiões periféricas.

Para um terceiro passo nesse projeto, cabe um projeto interdisciplinar. O professor poderia sugerir um trabalho conjunto com o professor de Geografia, fazendo um mapa étnico da cidade em que os alunos residem e tentando descobrir as predominâncias étnicas em cada bairro da cidade, trazendo essa discussão para a sala de aula e levantando possibilidades de mudanças do atual quadro.

Avançando na prática

E se fôssemos franceses ou holandeses?

Descrição da situação-problema

Após descobrir que o Brasil recebeu tentativas de invasão dos franceses e dos holandeses durante seu período colonial, um estudante do 8º ano do Ensino Fundamental disse que foi uma grande pena que nosso país não tenha sido colonizado pelos invasores, visto que hoje nós seríamos países desenvolvidos, já que o Canadá e a Ilha de Manhattan foram conquistados por esses dois países. Os outros alunos da sala concordaram e começaram a dizer como a colonização portuguesa foi prejudicial para o Brasil.

A professora Carla interveio nas manifestações e disse que comprovaria que os estudantes estavam equivocados. Quais argumentos ela poderia utilizar? Como é possível transformar a ideia maniqueísta sobre o processo colonizador?

Resolução da situação-problema

É importante, em primeiro lugar, que os estudantes compreendam que o colonizador sempre pretende explorar o novo território para retirar dele aquilo que precisa – sejam produtos alimentícios, novas terras para abrigo, minérios ou proteção. Não existe processo colonizador bom ou mau, todo processo colonizador tem interesses específicos: enquanto os franceses buscaram peles e madeira no Canadá, os holandeses viram a

ilha de Manhattan como um importante entreposto comercial. Visto isso, a professora Carla precisa evidenciar quais foram os interesses do Império colonial francês pelo mundo, mostrando a construção de suas várias empresas coloniais semelhantes à brasileira (a Indochina, o Haiti, o Marrocos, a Guiné, dentre outros vários), apontando como todas essas regiões vivem em situação muito pior à nossa na atualidade. O mesmo se dá com o caso do Império colonial holandês (e suas colônias, como Gana, Angola e o Suriname).

Faça valer a pena

1. A implantação da administração na Colônia passou por dois momentos muito importantes: a divisão do grande território e a criação de um governo com representação na própria Colônia. Sobre este momento, as duas colunas abaixo trazem os principais conceitos e suas definições.

Coluna 1
I – Capitanias Hereditárias
II – Sesmarias
III – Donatário
IV – Governador Geral

Coluna 2
A – Funcionário da Coroa responsável por supervisionar e gerenciar a administração da colônia nas terras brasileiras, sendo um representante legal do rei.
B – Pequenas parcelas de terras doadas pelos donatários para garantir o cultivo e a exploração de todo o território.
C – Divisões do território colonial em 14 grandes parcelas, entregando nas mãos de particulares a responsabilidade de descobrir as potencialidades mercantis brasileiras e retirando da Coroa portuguesa os custos deste processo.
D – Responsável pela administração da Capitania, tendo sob suas ordens o monopólio dos engenhos, da navegação fluvial, das moedas, da fundação das vilas, dentre outras questões coloniais.

Agora, assinale a alternativa que associe as duas colunas de forma correta:
a) I-B; II-C; III-A; IV-D.
b) I-B; II-C; III-D; IV-A
c) I-C; II-B; III-A; IV-D.
d) I-C; II-B; III-D; IV-A.
e) I-C; II-D; III-A; IV-B.

2. As tentativas de invasão francesas no território colonial brasileiro foram divididas em dois momentos distintos: em um primeiro momento, os franceses aportaram no Rio de Janeiro, criando a França Antártica. Em um segundo momento, eles chegaram ao Maranhão e deram origem à França Equinocial.
Podemos dizer que a principal diferença na ocupação destes dois territórios...
a) ...deu-se na definição no trato com os indígenas: enquanto os franceses mantiveram um forte contato com os tupinambás na Baía de Guanabara, praticamente não houve convivência entre os dois grupos no Maranhão.
b) ...foi o objetivo: a França Antártica buscava explorar o pau-brasil da Baía da Guanabara, já a França Equinocial visava exclusivamente encontrar as drogas do sertão.
c) ...ocorreu em sua ocupação: enquanto não houve colonos franceses vivendo fora dos limites da França Antártica, não houve a necessidade de construção de uma fortaleza que limitasse a França Equinocial.
d) ...esteve em sua composição: se a França Antártica foi formada principalmente por ex-prisioneiros, fugitivos e por protestantes, a França Equinocial foi composta por membros da corte francesa e por capuchinhos.
e) ... tem relação com seu exterior: enquanto não houve nenhuma resistência dos tupinambás para a formação da França Antártica, foi necessária travar uma guerra contra os nativos para fundar a França Equinocial.

3. Leia com atenção as afirmativas abaixo acerca da produção açucareira no Brasil, a partir do século XVI:

I. Permitiu o povoamento de todo o território colonial brasileiro, favorecendo o enriquecimento de grande parcela da população.
II. Foi praticada por pequenos, médios e grandes produtores rurais, dando origem à classe média sólida.
III. Criou, na região Nordeste, uma economia cuja base era a o latifúndio escravista, em que o açúcar era o único produto, atendendo aos interesses da Coroa portuguesa.

Agora, assinale a alternativa correta sobre a economia açucareira:
a) Apenas I é correta.
b) Apenas II é correta.
c) Apenas III é correta.
d) Apenas I e III são corretas.
e) Apenas II e III são corretas.

Seção 1.3

O Brasil minerador: o ciclo do ouro, a religião na Colônia e a chegada da Família Real

Diálogo aberto

O professor Rafael decidiu trabalhar a diversidade como o principal tema transversal em suas aulas de História no Ensino Médio. Para discutir a diversidade étnica e religiosa no Brasil, ele levou duas notícias de jornal: a primeira, datada de 2002, fala sobre a canonização do primeiro santo indígena da América, pelo então Papa João Paulo II (BBC BRASIL. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020731_papa1mtc.shtml>. Acesso em: 16 maio 2017). A segunda, do início de 2017, mostra o posicionamento favorável do Papa Francisco aos direitos dos indígenas sobre suas terras (HILL, David; The Guardian. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2017/02/22/papa-diz-que-povos-indigenas-devem-ter-a-palavra-final-sobre-suas-terras/>. Acesso em: 16 maio 2017).

O professor realizou um estudo dirigido das matérias jornalísticas com seus alunos e, em seguida, dividiu-os na sala em grupos. O objetivo da atividade era levar os estudantes ao questionamento sobre as relações entre a Igreja Católica e os indígenas americanos, especialmente os brasileiros, através dos séculos: porque a Igreja defendia os indígenas da escravidão? Quais os papéis dos religiosos na Colônia em sua relação com os indígenas? Por quais motivos levou tanto tempo para que um indígena fosse considerado santo? Como as relações entre indígenas e a Igreja Católica diferem em relação à Colônia e à atualidade?

Não pode faltar

A Carta Régia de Dom João III, trazida por Tomé de Souza no momento da criação do Governo Geral, afirmava que a maior preocupação da Coroa era a cristianização dos povos indígenas, visto que os portugueses consideravam que eles não possuíam nenhuma religião. Ela deveria ser liderada, então, pelos jesuítas. Nos dizeres

do rei, “a principal causa que me moveu a mandar a povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica” (CARVALHO apud HOLANDA, 1960, p. 138). De acordo com o historiador Charles Boxer, ainda que o estudo da História não se regule pelo que “poderia ter sido”, é bem presumível que sem a presença jesuíta na Colônia “não haveria nação brasileira como a conhecemos hoje”, dada a sua importância (BOXER, 1988, p. 88).

A Companhia de Jesus chegou ao Brasil junto à comitiva do primeiro governador geral, em 1549, buscando o cumprimento de três objetivos principais. O principal deles era a conversão e domesticação dos indígenas; além disso, também caberia aos jesuítas a educação dos meninos brancos da Colônia e a correção da moral e dos costumes dos colonos portugueses. Neste período, havia a clara noção de que os índios eram “folhas em branco nas quais era possível escrever o que o colonizador quisesse”, como o padre Manuel de Nóbrega escreveu para o rei D. João III, em 1551 (BOXER, 1988, p. 89-90).

A partir de 1554, o padre Nóbrega começou o trabalho de catequização dos indígenas da região de Piratininga, onde atualmente se localiza o município de São Paulo. Além do ensino da catequese, a Igreja também procurou ensinar ofícios para os indígenas. Existem diversos documentos que apontam que os índios foram ensinados a pintar e dourar igrejas, fazer pequenos instrumentos de marcenaria e instrumentos musicais.

O trabalho missionário se deu através da realização de batizados, missas, casamentos e conversões, permitindo aos jesuítas o avanço sobre o interior. Em 1566, um visitador jesuíta determinou a fundação de um colégio no Rio de Janeiro. Nas regiões litorâneas, ao norte de Piratininga, estes evangelizadores auxiliaram na preservação da língua tupinambá.

A partir do momento em que eles perceberam que a cristianização não seria efetiva em português, os jesuítas passaram a estudar a língua dos indígenas e a realizar a catequese através de tradutores, realizando até mesmo versões de cantigas sagradas para o tupinambá, compondo gramáticas nesta língua e publicando traduções das principais orações católicas, como o pai-nosso, a ave-maria e o credo (VILLALTA apud NOVAIS, 1997, p. 338). Cabe ressaltar que a Língua Portuguesa era pouco corrente nos primeiros anos de colonização, tanto pela presença constante de invasores europeus de outras nações como pela *indianização* do colono português.

O processo de adaptação dos colonos portugueses aos costumes dos indígenas na Colônia foi determinante para o sucesso da empreitada colonial. Conhecido como **indianização**, esse processo é descrito por Sergio Buarque de Holanda da seguinte forma: "Onde lhes faltasse [aos portugueses] o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que – afirmava Gabriel Soares – a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habituaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. Alguns, como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo [...]. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando fogo aos matos" (HOLANDA, 1995, p. 47).

No entanto, a proximidade ao litoral permitia que nosso idioma sobressaísse, dado a chegada dos escravos africanos e ao mercado do açúcar. Assim, se a Língua Portuguesa se tornou a dominante no Nordeste exportador do açúcar ainda no século XVI, ela tardou a prevalecer em São Paulo, que se manteve alheio às exportações durante muito tempo. Nessa região, falava-se a língua geral, difundida por todos os grupos sociais (VILLALTA apud NOVAIS, 1997).

Pesquise mais

A melhor forma de compreender a forma de vida de um jesuíta no Brasil Colonial é ler um texto de um dos evangelizadores. A obra do padre Antonil, publicada em 1710, mostra como era a sociedade da Bahia de final do século XVII e também como ele, como jesuíta, lia o mundo em que vivia.

ANTONIL, Pe. João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1737>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Enquanto os colonos portugueses viam nos indígenas apenas os braços para o trabalho agrícola ou doméstico, os jesuítas buscavam

cristianizá-los, sem contanto escravizá-los. Essa diferença causou muitos estranhamentos, especialmente até o início do século XVII, quando a escravidão africana foi inserida do Brasil (visto que, para os jesuítas, enquanto os indígenas devem ser poupados, os negros poderiam ser escravizados). O debate contrário à escravidão indígena tornou-se mais popular com as vozes de Frei Bartolomeu de Las Casas, no século XVI, e Padre Antônio Vieira, no século seguinte, que escreviam aos reis espanhóis e portugueses (respectivamente) solicitando que a mão de obra africana substituísse a servidão do nativo indígena (ALENCASTRO, 2000).

Desse modo, se a escravidão indígena foi combatida por jesuítas, poucos desses missionários se pronunciaram contra o cativeiro dos africanos, como o Padre Vieira, sem nunca se manifestar contrários ao sistema escravista. De acordo com um dos sermões de Vieira, o sofrimento dos africanos era comparável ao de Cristo crucificado, devendo ser suportado, visto que "tal resignação cristã seria devidamente recompensada no Paraíso" (BOXER, 1988, p. 102).

Os jesuítas auxiliaram na abertura dos caminhos para novos territórios coloniais desde o século XVI. Outro esforço datado desde o início do processo colonizador foi a busca por pedras e metais preciosos. No século XVII, os franceses organizaram campanhas para explorar as minas encontradas próximas à França Equinocial, no norte do país. Todavia, o Império português apenas passou a investir na procura por metais e pedras preciosas a partir da crise da economia canavieira, quando as Antilhas holandesas começaram a produzir o açúcar a valores mais baixos que os brasileiros, tornando-se uma forte concorrente para o maior produto de exploração da Colônia. A partir de 1697, no reinado de Dom Pedro II de Portugal, a procura por metais preciosos nas terras coloniais foi incentivada, desenvolvendo uma série de atividades econômicas na região de São Paulo e São Vicente, especialmente o *bandeirismo*, que levou ao crescimento destas áreas (SILVA apud LINHARES, 1990).

A historiografia dá o nome de bandeirismo ao conjunto de expedições realizadas por particulares (não pela Coroa portuguesa) para encontrar riquezas nos territórios do interior da Colônia, tendo como centros

dispersivos São Vicente e São Paulo, especialmente. Os bandeirantes podiam realizar uma série de tarefas distintas, como a destruição de quilombos, a busca por escravos fugitivos, o aprisionamento de indígenas para sua utilização como mão de obra cativa ou a exploração de novas terras para buscar drogas do sertão e metais preciosos. A principal consequência do bandeirismo foi a dilatação das fronteiras do território colonial.

Os esforços do bandeirismo levaram ao encontro de jazidas auríferas ao norte da capitania de São Paulo, entre 1693 e 1695. Por possuir um grande conjunto de minas de ouro, a região tornou-se famosa como "Minas Gerais", para onde várias expedições partiram a fim de averiguar a quantidade e a qualidade dos metais e pedras a serem explorados, principalmente na proximidade do Rio das Velhas. Neste contexto, foi fundado o arraial de Vila Rica, atualmente chamado de Ouro Preto. Segundo os relatos do padre jesuíta Antonil, a descoberta das minas deu origem a uma grande corrida para sua exploração: "Dificultosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão [...]. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos, pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem." (ANTONIL, 1982, p. 263).

As minas localizavam-se em áreas interioranas de difícil acesso e haviam sido pouco exploradas. Em 1720, os bandeirantes encontraram ainda mais jazidas ao sul do atual estado da Bahia e, pouco depois, outras ainda onde hoje se localizam os estados de Mato Grosso e Goiás. Além da produção do ouro, também foi possível a exploração de pedras preciosas (especialmente o diamante): em um primeiro momento, na região do Serro Frio, onde os colonos fundaram a cidade de Diamantina, à beira do Rio Tejuco; aos poucos, a exploração das pedras também ocorreu nos leitos dos Rios Araçuaí, Paraúna, Jequitinhonha, Pardo. Na região da Bahia e do Mato Grosso, as pedras também foram encontradas. Até então, os diamantes só tinham sido encontrados pelos europeus na Índia (MARTINS; BRITO, 1989). A exploração do ouro na região das minas cresceu a olhos vistos. Entre 1699 e 1704, a extração do ouro saltou de 725 quilos para 9.000 quilos, alcançando 25.000 já em 1720, próximo a alcançar seu auge. Esta ampliação favoreceu o desenvolvimento da principal região portuária colonial, o Rio de Janeiro, transformando-o em um

grande centro comercial para o envio de produtos mineradores e recebimento de mercadorias que abasteceriam os sertões (SILVA apud LINHARES, 1990).

Durante o Período Colonial, o ouro era explorado de duas formas distintas. A primeira forma, as *lavras*, demandava maior investimento e empregava o trabalho escravo, com o uso de ferramentas capazes de extrair o ouro a partir de jazidas localizadas em terra firme. A partir das lavras, foi retirada a maior parte do ouro enviado para Portugal. A segunda forma, a faiscação, não necessitava de grandes investimentos e empregava mão de obra livre, tendo como método a retirada do ouro nos leitos de rios (o "ouro de aluvião"). A faiscação possibilitou que escravos pudessem encontrar nos rios quantias suficientes de ouro para comprar sua liberdade (MARTINS; BRITO, 1989).

A mineração levou a uma grande transformação na sociedade colonial. Em primeiro lugar, o número de colonos portugueses cresceu vertiginosamente, visto que muitos aventureiros vieram buscar sua fortuna. O tráfico de escravos também foi intensificado, pois era necessária maior quantidade de braços para a exploração nas minas. O aumento da população ajudou o desenvolvimento da pecuária provinda da região do Rio São Francisco e das áreas ao sul da Colônia, aumentando a ligação entre as diversas regiões brasileiras, até então muito distantes (FURTADO, 2009). Além disso, a mineração foi responsável pela urbanização das regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e o sul da Bahia, que até o começo do século XVIII eram ruralizadas, agrícolas e pouco povoadas (ANASTASIA, 2005). Por outro lado, o crescimento populacional desordenado deu origem a uma série de problemas para a região: os negros libertos tinham dificuldades de encontrar trabalho e, muitas vezes, voltavam à condição de escravos; a rápida ocupação fez com que os núcleos de povoamento se formassem rápido demais, sem a infraestrutura necessária para abrigar os novos moradores; por fim, a Coroa portuguesa, mesmo com a rígida fiscalização, não conseguia lidar com a grande quantidade de aventureiros na região, fazendo com que o contrabando fosse prática corrente.

A sociedade das Minas começou a formar-se como um grupo plural, múltiplo e que não se espelhava na Corte portuguesa, fazendo com que os administradores coloniais tivessem certa dificuldade em engendrar este conjunto de forças com pouca hierarquização

e muita fluidez (SILVEIRA, 1997). Uma das marcas mais constantes desta sociedade foi a violência, responsável por levar o governo da Capitania à fundação de uma política de militarização, para a qual foram contratadas milícias negras indígenas para conter uma série de episódios de agressão e brigas, agradando aos interesses das elites locais e metropolitanas (COTTA, 2003).

O trabalho escravo foi necessário para o bom andamento do trabalho nas minas. Africanos oriundos de uma série de regiões distintas, com grande diversidade linguística, étnica e cultural, chegaram à região e essa pluralidade entre eles serviu de critério para os comandantes das minas determinarem os trabalhos em que eles seriam empregados (RESENDE; VILLALTA, 2007). Como Portugal realizava censos demográficos frequentemente na área das minas, podemos constatar que a população da região tinha maioria masculina (tanto entre os livres como entre os escravos) e os escravos compunham o grande contingente populacional da região. Além disso, é possível saber que os escravos mantinham laços de união estável, visto que muitos deles eram casados e tinham filhos legítimos, o que contraria a tese de que a formação de uma família autêntica em terras coloniais era uma exclusividade dos brancos livres (LOTT, 2008).

Os censos também tornaram conhecidos muitos escravos das minas que buscaram seus direitos, adquiriram propriedades e as transmitiram para seus filhos, cuidando de seus descendentes (FARIA apud SILVA; MATTOS; FRAGOSO, 2001). Ao mesmo tempo em que tinha o maior número de escravos, a Capitania das Minas também possuía a maior quantidade de alforrias da colônia. Cabe observar, durante todo o século XVIII, que os ex-escravos alforriados tinham o costume de comprar novos escravos, mostrando como o comportamento dos negros poderia assimilar-se ao dos brancos da colônia – não só quanto ao casamento, mas também à posse de bens e de escravos (PAIVA, 1996).

A presença da Coroa portuguesa na região das minas manifestava-se principalmente através da cobrança de tributos e da fiscalização sobre o ouro, determinando a submissão dos colonos sobre o poder real e a aceitação das regras impostas pela metrópole. Os contratadores mediavam a cobrança dos impostos, transformando esta atividade em uma responsabilidade privada, ainda que esta sociedade tenha desenvolvido um conjunto de estratégias para burlar a arrecadação

tributária, como o contrabando (FIGUEIREDO, 2002). Nesse sentido, a região mineradora presenciou as principais revoltas coloniais, sendo que a maior parte delas não questionava a fidelidade à Portugal, mas sim a ação destes administradores coloniais, buscando o retorno às formas anteriores da vigência de uma forma de organização.

Exemplificando

Um dos primeiros conflitos ocorreu entre 1707 e 1709, envolvendo bandeirantes paulistas (sob as ordens de Borba Gato) e os colonos das Minas e portugueses (sob a liderança de Manuel Antunes Viana) pela disputa da hegemonia sobre a região mineradora. Conhecido como Guerra dos Emboabas (nome dado aos portugueses exploradores das minas), o conflito resultou na criação da Capitania de São Paulo e na Capitania das Minas de Ouro, regulamentando a administração regional. Além disso, os paulistas não conseguiram dominar a região e partiram para a exploração de novas terras, encontrando metais e pedras preciosas no Mato Grosso e em Goiás (MARTINS; BRITO, 1989). Em 1720, a região de Vila Rica presenciou a Revolta de Vila Rica, em que os exploradores das minas negavam-se a aceitar a instituição das Casas de Fundição, que cobravam já na produção o imposto do Quinto Real (a retirada de 20% de todo o ouro produzido como tributo direto para a Coroa portuguesa), dificultando o contrabando do ouro em pó. Sob a liderança de Filipe dos Santos, estes homens se rebelaram contra a administração, mas foram presos, tiveram suas casas incendiadas e foram deportados para Portugal, enquanto seu líder foi condenado por traição ao Rei e executado em praça pública (FIGUEIREDO, 2002).

A Inconfidência Mineira foi o único movimento que questionou a legitimidade da aplicação do poder da Coroa portuguesa sobre as terras coloniais (MAXWELL, 1978). Em meados do século XVIII, a mineração começou a decair e reforçou os embates entre colonos e autoridades portuguesas. Assim, no ano de 1789, um grupo composto pelas elites locais decidiu unir-se, conhecendo as ideias iluministas e temendo a aplicação da *derrama*, com o objetivo de demonstrar sua insatisfação pelos desmandos reais na Coroa, criando um movimento autodenominado Inconfidência Mineira – desse modo, seus membros afirmavam sua infidelidade ao rei português.

Os inconfidentes desenvolveram um projeto que lutava pela separação imediata das terras coloniais frente à Portugal, transformando o Brasil em uma República nos moldes da Constituição norte-americana, dentro dos parâmetros do pensamento iluminista e liberal, com os preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade – que determinaram sua bandeira (muito semelhante à atual do estado de Minas Gerais). A capital do reino seria o município de São João Del-Rei. Para o novo Estado, deveria ser estimulada a produção siderúrgica e têxtil, além da criação de uma universidade aos arredores de Vila Rica.

Reflita

Como o projeto inconfidente tratava a questão da escravidão? Vale reforçar que os inconfidentes eram membros da elite colonial e, ainda que seu projeto defendesse a liberdade individual, muitos dos envolvidos possuíam grandes plantéis de escravos. Até que ponto, então, os inconfidentes lutavam pela liberdade? De qual liberdade eles tratavam?

A ação dos inconfidentes deveria ocorrer durante o recolhimento da derrama, mas foi denunciada para o governador da província por alguns de seus próprios membros. Os participantes foram presos e a cobrança da derrama foi suspensa. As autoridades consideraram Tiradentes como o principal líder, levando-o à forca. Para servir como exemplo, ele foi decapitado e esquartejado, sendo suas partes expostas publicamente, em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Os outros inconfidentes foram deportados para a África (MILLIET, 2001).

Se os conflitos ocorridos internamente, no final do século XVIII, já apontavam para o princípio da crise do sistema colonial português, a política externa acentuou o declínio da hegemonia da metrópole, no começo do século XIX. Entre 1803 e 1815, as Guerras Napoleônicas visaram expandir os domínios imperiais franceses sobre toda a Europa Ocidental, buscando acabar com os monopólios, estabelecer o comércio livre entre as diversas nações e afirmar as ideias burguesas (BETHELL, 1999). Além disso, a oposição direta de Napoleão aos ingleses levou à criação do Bloqueio Continental, em 1806, proibindo o acesso inglês aos portos de todos os países submetidos ao Império Napoleônico, o que incluía suas colônias (SLEMIAN; PIMENTA, 2008). No caso português, sua intensa tradição comercial mantida entre a

Inglaterra dificultava ainda mais a validade do Bloqueio, visto que as manufaturas inglesas eram as principais abastecedoras das colônias de Portugal. Desse modo, a França ordenou, em 1807, que a Coroa portuguesa rompesse relações com a Inglaterra e confiscasse os bens ingleses no território lusitano, caso contrário entraria em guerra com o país (FIGUEIREDO apud FURTADO, 2001).

Nesse momento, Portugal era muito dependente de seus acordos econômicos com a Inglaterra, mas não suportaria a invasão francesa. Assim, os portugueses firmaram um acordo com os ingleses, determinando a transferência da Corte portuguesa para as terras brasileiras em troca de proteção inglesa. Os navios portugueses seriam entregues aos britânicos. O contrato manteve os portugueses dependentes dos britânicos e acabou com a intermediação econômica entre o Brasil e a Inglaterra. Além disso, auxiliou no processo de independência da América portuguesa e consolidou a hegemonia inglesa no comércio colonial (SLEMIAN; PIMENTA, 2008). Desse modo, em 29 de novembro de 1807, a Corte de Portugal deixou seu país protegida pelos navios ingleses, trazendo para o Brasil cerca de 15 mil funcionários e todas as riquezas possíveis. Em resposta, as tropas napoleônicas invadiram a região norte de Portugal, tomando o Castelo de São Jorge, sob o comando de José Bonaparte, que delimitou novos impostos, extinguiu o Conselho de Regência, tomou os bens da Família Real e destituiu a Dinastia de Bragança (FIGUEIREDO apud FURTADO, 2001).

A Família Real chegou ao Brasil em 23 de janeiro de 1808, realizando uma parada intermediária na cidade de Salvador. As notícias sobre a transferência do príncipe regente Dom João VI fizeram com que os baianos acreditassem que sua cidade se tornaria o centro administrativo da colônia, levando-os a receber a Corte com grandes festejos, pois "ao aportar na Bahia, não era um refugiado que chegava e sim um chefe de Estado nacional em funções, que deliberava transmigrar pra cá" (PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 108). A elite soteropolitana criou um documento para solicitar a permanência da Família Real em suas terras, firmado por Balthasar da Silva Lisboa, sem sucesso. Mesmo assim, o príncipe regente legou como herança de sua passagem pela cidade a criação da Escola de Cirurgiões e a assinatura da Abertura dos Portos, um documento real registrado em 28 de janeiro daquele ano com o objetivo de permitir o comércio entre o Brasil e as "nações amigas" (BORGES, 2008). A Abertura

dos Portos levou ao cumprimento do convênio realizado com os ingleses, possibilitando que as manufaturas britânicas chegassem às colônias sem a intermediação de Portugal, impedindo que a frota francesa chegasse às terras brasileiras. O efeito imediato do acordo foi o aumento da atividade comercial entre os dois países, dada a intensificação do consumo (FIGUEIREDO apud FURTADO, 2001).

Em março do mesmo ano, a Família Real aportou no Rio de Janeiro, onde se instalou definitivamente, vivendo em residências confiscadas da população. As casas eram marcadas com a sigla PR, para indicar que nelas viviam famílias próximas ao Príncipe Regente. D. João VI cancelou o alvará de 1785, que proibia a existência de indústrias na colônia, incentivando a produção industrial (ainda que os produtos ingleses fossem melhores e mais acessíveis e a escravidão dificultasse a implantação deste mercado) (GUERZONI FILHO, 1986). Para garantir o aumento da exportação manufatureira britânica, foram assinados o Tratado de Aliança e Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação, ambos em 1810, determinando o apoio mútuo entre brasileiros e ingleses na esfera política e militar. Com isso, os ingleses garantir a permissão para explorar os produtos naturais brasileiros, manter sua esquadra em nosso litoral, criar um porto neutro em Santa Catarina e manter seu poder sobre a Ilha da Madeira, além de garantir liberdade religiosa para seus colonos que viviam em terras brasileiras e reexportar as mercadorias tropicais para outros países. O Brasil, por sua vez, garantia o fim gradativo da escravidão, o tráfico negreiro apenas nas colônias portuguesas na África e taxas especiais para as mercadorias britânicas: enquanto os ingleses cobravam 24% de impostos sobre os produtos para outras nações e 16% para Portugal, o valor era de 15% para o Brasil (FIGUEIREDO apud FURTADO, 2001).

As relações entre o governo joanino e os ingleses garantiram a composição de uma organização econômica, política e administrativa colonial autônoma, centralizando no Rio de Janeiro um grupo importante de funcionários reais, grandes proprietários e comerciantes. O governo joanino promoveu uma série de vantagens comerciais, promoveu a imigração, favoreceu a abertura de vias de interligação entre a capital e o interior e realizou a doação de muitas terras. Muitas casas de comércio e repartições públicas foram construídas na cidade. A população sofreu um grande aumento, transformando a urbanização da cidade, criando os bairros e reorganizando a distribuição de seus moradores de acordo com as diferenças sociais (CARDOSO apud LINHARES, 1990).

O governo joanino preocupou-se com o desenvolvimento de um ambiente cultural na colônia. Uma de suas primeiras medidas foi a criação da Imprensa Régia, em 1808, autorizando o funcionamento de tipografias e a publicação de periódicos. Também foram fundadas algumas escolas profissionais (PEREIRA, 1982). No mesmo ano, as atividades do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram iniciadas, com o intuito de aclimatar as especiarias orientais em terras brasileiras, como a baunilha, a pimenta e a canela. Em 1810, o príncipe regente começou a organizar o maior conjunto bibliográfico brasileiro, a Biblioteca Real, formada pelo grande conjunto de livros que ele mandou trazer da metrópole, também conhecida atualmente como a Biblioteca Nacional. Em 1816, chegou ao país um corpo de artistas recrutado pelo governo joanino, a Missão Artística Francesa. Tais homens tinham o objetivo de fundar a Academia Imperial de Belas Artes na colônia, criando o ensino formal das Artes no Brasil. Seus principais artistas foram Jean Baptiste Debret e Grandjean de Montigny. Em 1818, estes artistas deram origem ao Museu Real, hoje chamado de Museu Nacional (GUERZONI FILHO, 1986).

Cabe ressaltar que o governo joanino tinha o mesmo modelo de seu espelho português, carregando um enorme conjunto de vícios, como a utilização dos recursos públicos para o custeio de despesas privativas da Família Real, o empreguismo e a corrupção. Para manter a Corte e equilibrar a balança comercial, os impostos foram quadruplicados entre 1808 e 1820. Para administrar o recolhimento das taxas, foi fundado o Banco do Brasil, em outubro de 1808, recebendo sua primeira agência no ano seguinte (CARDOSO apud LINHARES, 1990).

Sem medo de errar

A leitura das duas notícias jornalísticas vai possibilitar ao professor Rafael a abertura das discussões a um tema bastante delicado para o trabalho historiográfico: a questão acerca do tratamento dado pelos religiosos aos indígenas em território nacional. Quando o aluno se depara com as relações atuais entre a Igreja e os indígenas, ele precisa da condução do professor para compreender que estas relações ocorrem desde o princípio da colonização, mas que passaram por várias etapas distintas – por isso, é indicado que a primeira leitura das

notícias seja conduzida pelo professor, responsável por contextualizar os textos e evitar o anacronismo das comparações. Em primeiro lugar, o professor precisa ressaltar para seus alunos a diferença do papel da Igreja Católica no Brasil Colonial e no Brasil Contemporâneo. Na Colônia, o catolicismo era a religião oficial promulgada por lei. Portanto, todas as medidas que a Coroa Portuguesa tomava em relação às terras coloniais deveriam ser confirmadas pela Igreja para terem validade. Nas aldeias em que não existiam autoridades governamentais, a palavra final era a do padre. Na colônia, entre os séculos XVI e XVIII, apenas a Igreja tinha o poder de registrar os casamentos, nascimentos e óbitos, visto que não havia cartórios civis. Desse modo, o poder da Igreja equivalia ao do governo e não havia liberdade de culto. Atualmente, o Estado é laico. A Igreja não interfere nas decisões governamentais e seu poder deve centralizar-se unicamente no cuidado de seus fiéis – e não na determinação das leis e na administração dos bens públicos, como na colônia.

Compreendida a diferença dos papéis da Igreja, ele precisa mostrar que a Companhia de Jesus teve papel preponderante no processo de colonização do território brasileiro. Os jesuítas entendiam que os indígenas eram seres sem cultura, como crianças, que poderiam aprender qualquer coisa que lhes fosse ensinada. Assim, passaram a defender que os indígenas não fossem escravizados pelos colonos brasileiros, travando verdadeiros conflitos. Foram criados aldeamentos dos jesuítas em várias regiões brasileiras, com o trabalho indígena, buscando ensinar-lhes a fé católica e vários ofícios manuais. Em algumas dessas regiões, foi preservada parte da cultura e da língua indígena local. Isso permitiu que alguns grupos nativos tivessem sua cultura preservada.

Por fim, cabe ao professor indagar os motivos de ter demandado tanto tempo para a elevação de um indígena à categoria de santo. Juan Diego foi o jovem que, segundo as crenças mexicanas, teve a visão da Virgem de Guadalupe, em 1531, dando origem à maior crença católica do México. O professor deve conduzir a questão acerca da forma como os indígenas foram vistos pela Igreja Católica ao longo dos séculos – como uma folha em branco na qual qualquer coisa poderia ser escrita, tudo poderia ser ensinado – considerados infantilizados e inferiores perto do conhecimento eurocêntrico. Até a metade do século XX, algumas tentativas de beatificação (o reconhecimento de um milagre pela Igreja) de santos indígenas já

tinham sido realizadas sem sucesso, visto que contrariavam as alas mais tradicionais. A possibilidade da canonização de Juan Diego só ocorreu após a abertura da Igreja Católica para ideias mais modernas, nos anos de 1980, com o reconhecimento da diversidade étnica e religiosa e a criação de outras práticas católicas menos tradicionais. Atualmente, o Papa Francisco, que também é jesuíta e considerado mais progressista que os últimos pontífices, coloca-se com frequência como um porta-voz dos indígenas, defendendo seus direitos à terra, à igualdade e à manutenção de sua cultura.

Avançando na prática

Revolta ou revolução?

Descrição da situação-problema

Durante uma aula de História, a professora Márcia explicava as diferenças entre os conceitos de revolta e revolução: enquanto os movimentos revolucionários são aqueles que buscam transformações estruturais da sociedade, as revoltas lutam pela mudança de alguma questão pontual. A professora, então, lançou aos seus alunos a seguinte questão: durante o século XVIII, o Brasil minerador vivenciou uma série de revoltas ou revoluções? Enquanto alguns deles defenderam que foram revoltas, porque lutavam apenas pelo fim de impostos, outros disseram que eram revoluções, pois queriam a independência do Brasil – como a Inconfidência. Como seria possível responder satisfatoriamente ao questionamento da professora?

Resolução da situação-problema

Alguns dos movimentos ocorridos no Brasil minerados foram revoltas. A Guerra dos Emboabas, por exemplo, foi um movimento pela disputa da hegemonia sobre a região da mineração, opondo paulistas e colonos portugueses. A Revolta de Vila Rica, por sua vez, lutava contra a imposição das Casas de Fundição e a cobrança do Quinto Real. Estes dois exemplos são movimentos que buscavam a transformação de questões pontuais e, portanto, podem ser conceituados como revoltas.

No entanto, a Inconfidência Mineira deve ser encarada como um movimento diferente. Os inconfidentes queriam modificar a

estrutura social, política e econômica, separando o Brasil de Portugal e criando um novo Estado com a capital em São João Del-Rei, baseado na Constituição norte-americana e nas ideias iluministas. Assim, esse movimento pode ser encarado como uma revolução.

Faça valer a pena

1. O texto abaixo é um trecho da carta do Padre Vieira, enviada ao padre da província do Maranhão, em 1653. Leia-o com atenção:

"Na primeira carta disse a V. Rev. a grande perseguição que padecem os índios, pela cobiça dos portugueses em os cativarem. Nada há de dizer de novo, senão que ainda continua a mesma cobiça e perseguição, a qual cresceu ainda mais. No ano de 1649 partiram os moradores de São Paulo para o sertão, em demanda de uma nação de índios distantes daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com a intenção de os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo, e aí se servirem deles como costumam." (Padre Antônio Vieira, Carta ao padre provincial, 1653).

A ação jesuíta no período colonial foi marcada por uma série de conflitos com os colonos. Assinale a alternativa que justifique estes confrontos:

a) Os padres jesuítas eram contrários à escravização indígena realizada pelos colonos, pois queriam cristianizá-los e mantê-los nas missões.

b) Os jesuítas lutavam igualmente contra a escravização do indígena nativo e do negro africano que aportava em terras brasileiras, pedindo que os colonos utilizassem a mão de obra destes homens de forma livre.

c) Enquanto os jesuítas eram católicos pacíficos que não tocavam em armas, os colonos eram belicosos sem religião, tornando a ação de cristianização muito difícil.

d) Os padres jesuítas eram contrários à escravização dos africanos que chegavam ao Brasil, lutando contra os colonos que queriam utilizar a mão de obra negra escrava.

e) Os jesuítas lutavam pela integração dos indígenas como mão de obra assalariada, enquanto os colonos buscavam escravizá-los.

2. Durante o período da exploração mineradora no Brasil Colonial, a sociedade foi formada por muitos contrastes. De meados do século XVII até o final do século XVIII, foi possível ver grandes quantidades de dinheiro sendo extraídas das jazidas e dos leitos de rios, enquanto a maioria da população da região vivia em um constante estado de pobreza.

Leia com atenção as afirmativas abaixo e assinale a CORRETA acerca do período tratado:

a) A Igreja Católica tinha uma presença forte na região mineradora, mas todo o século XVIII presenciou grande liberdade de culto, influenciada pelas ideias iluministas. Assim, tanto os imigrantes brancos quanto os escravos podiam praticar sua religião de forma livre e respeitada na Capitania das Minas.
b) Na Capitania das Minas, somente alguns trabalhos especializados utilizavam a mão de obra escrava, como a culinária e o conserto de máquinas. A predominância era do trabalho livre.
c) Segundo os censos demográficos realizados na colônia, a maioria da população da região mineradora era masculina, principalmente escrava. Os cativos eram exclusivamente africanos, visto que se desconfiava da mão de obra crioula e não se aceitava nenhum tipo de miscigenação entre brancos, negros e indígenas no período.
d) No período minerador, a sociedade era composta por muitos atores distintos que podiam mudar de posição social, desenvolvendo uma série de manifestações culturais dentro de um universo coordenado pela Igreja Católica.
e) A sociedade mineradora era muito diversa. No entanto, a mobilidade social era praticamente impossível em seu interior. A alforria era uma prática muito rara, ocorrendo apenas nos casos dos escravos que conseguiam comprar sua liberdade em idade bastante avançada.

3. Leia com atenção o texto abaixo:
A instauração da Família Real no Brasil levou à criação de uma série de instituições nas terras coloniais pelo governo joanino, como o Banco do Brasil, a Imprensa Régia e a Biblioteca Real. A primeira medida tomada pelo Príncipe Regente no Brasil foi a assinatura do acordo de Abertura dos Portos, que determinava a _______________ das atividades comerciais com as nações _______________. Este acordo possibilitava que _______________ da Inglaterra continuassem chegando ao Brasil, agora sem a intermediação portuguesa, aumentando a atividade comercial entre brasileiros e _______________.
Agora, escolha a alternativa que preencha as lacunas corretamente:
a) permissão; amigas; produtos agrícolas; ingleses.
b) proibição; amigas; manufaturas; franceses.
c) permissão; amigas; manufaturas; ingleses.
d) proibição; europeias; produtos agrícolas; ingleses.
e) permissão; europeias; manufaturas; franceses.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A geografia do crime**: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2005.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia/Edusp, 1982.

BANDEIRA, Julio. **O Brasil na rota de navegação francesa**. Rio de Janeiro: Reler, 2006.

BARRETO, Luís Lima. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos XV-XVII). **Administração**, v. X, n. 36, p. 367-381, 1997-2º.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial. v. 2. São Paulo: Edusp/Funag, 1999.

BORGES, Eduardo. Em solo baiano. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, Observatório de Imprensa, v. 28, 2008.

BOXER, Charles. **Os holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

______. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

______. **Relações raciais no império colonial português 1415-1825**. 2. ed. Porto, PT: Afrontamento, 1988.

BRUIT, Héctor Hernan. **Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos**. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América Portuguesa. 1750/1822. In: LINHARES, Maria Yedda L. (org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARVALHO, Laerte Ramos de. Ação Missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. v. 1, tomo I. São Paulo: Difel, 1960. p. 138-144.

COSENTINO, Francisco Carlos. **Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI-XVII)**: ofícios, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

COTTA, Francis Albert. Milícias negras e pardas nas Minas do século XVIII. **Revista Cronos**, Natal, UFRN, n. 7, 2003.

DAHER, Andrea. **O Brasil francês**: as singularidades da França Equinocial 1612-1615. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.). **Escritos sobre história e educação**: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos oceânicos**. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2001.

______. **Prudência e luzes no cálculo econômico do antigo regime**: fiscalidade e derrama em Minas Gerais (notas preliminares para discussão). 10° Seminário sobre economia mineira. Diamantina, MG: Cedeplar, 2002. (publicação eletrônica).

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no Período Colonial. **Revista História da Historiografia**, Mariana, UFOP, n. 2, 2009.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GUERZONI FILHO, Gilberto. **Política e crise do sistema colonial em Minas Gerais (1768-1808)**. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Fundamentos geográficos da história brasileira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial. 1° volume do descobrimento à expansão territorial. 6. ed. São Paulo: Difel, 1981.

______. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

______. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

KARNAL, Leandro. **Teatro da fé**: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI. São Paulo: Hucitec, 1998.

KECHICHIAN, Melissa (coord.). **A presença francesa no Brasil**: de Villegaignon ao século XXI. São Paulo: Conteúdo, 2009.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A visão dos vencidos**. São Paulo: L&PM, 1985.

LOTT, Mirian Moura. **Nas formas do ritual romano**: casamento e família nas Minas Gerais. São Paulo: Annablume, 2008.

LOVEJOY, Paulo. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MANSO, Maria de Deus. A expansão portuguesa e a construção da globalização. In: SARMENTO, Clara (coord.). **Diálogos interculturais**: os novos rumos da viagem. Porto, PT: Vida Económica, 2011.

MARTINS, Roberto Borges; BRITO, Octavio Elisio Alves de. **História da mineração no Brasil**. São Paulo: Empresa das Artes Projetos e Edições Artísticas, 1989.

MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Unesp; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo: Editora 34, 2007.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes**: o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. LPH: Revista de História. **Anais do X Encontro Regional de História**. Anpuh, MG, n. 6, 1996. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/lph/images/stories/numero_6.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1996.

PEREIRA, Miriam Halpern et al. (orgs.). **O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX**. Lisboa, PT: Sá de Costa, 1982. 2 vols.

RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.). **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas. v. 2. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

SALGADO, Graça. (coord.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Maria Catarina; HESPANHA, António Manuel. Os poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). **História de Portugal**. v. 4. Lisboa, PT: Estampa, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América portuguesa. O Brasil colônia 1500/1750. In: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVEIRA, Marco Antonio. **O universo do indistinto**: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. **A corte e o mundo**: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**. São Paulo, p. 69-100, maio 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a05.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

______. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Brasil-França ao longo de 5 séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

VIEIRA, Hugo Coelho (org.). **Brasil holandês**: história, memória e patrimônio. São Paulo: Alameda, 2013.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

O Primeiro Reinado

Convite ao estudo

Olá aluno, na primeira unidade estudamos a colonização e a formação da América portuguesa. Abordamos, de forma panorâmica, as dinâmicas históricas desse processo com ênfase no quadro político-social. Visitamos tópicos que vão das grandes navegações à chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, sua então nova sede.

Aqui, nosso objetivo é apreender sobre o momento subsequente: o século XIX. Trata-se de uma época *sui generis*, afinal é nesse período que o Brasil passa a ser, efetivamente, gestado. Estamos diante de uma grande negociação sobre os seus sentidos, sobre o que viria a ser o "brasileiro" e o seu povo. Varnhagen, Von Martius, Jean-Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas são alguns dos grandes nomes que entraram nessa disputa, haja vista que são discursos cujos usos posteriores ao momento de sua criação concorrem para a ideia que hoje temos a respeito do que seria o Brasil. Contudo essa batalha não se delimitava tão somente a intelectuais e artistas, antes a todos que fossem membros dessa sociedade, dos mais diversos segmentos, passando pelo monarca, pelos legisladores (de diversas orientações e interesses), pelo Conselho de Estado, pela burocracia estatal, pela classe senhorial, pela burguesia urbana... mas também por escravos, ex-escravos, libertos, africanos livres e seus descendentes, pelo movimento abolicionista, pelos quilombolas e todos os indivíduos marginalizados a quem interessava o final da escravidão.

Veremos como a escravidão e o seu final é objeto de intensa discussão desde o início do século, isso vai se intensificar com o

passar dos anos chegando ao ápice a partir da década de 1870. A despeito do que dizem os vencedores, por assim dizer, havia uma disputa. O processo histórico em questão é mais fragmentário e incerto do que pode fazer parecer algumas narrativas normatizadoras. Muitas das ideias que temos sobre a nossa sociedade foram forjadas nesse período, logo, para entender o Brasil contemporâneo revisitar esse período é fundamental.

Suponha que você lecione numa escola em que há poucos alunos negros e que esses, ao reclamar do racismo vigente em nossa sociedade, sejam constantemente desautorizados. Nesse semestre você irá lecionar o século XIX no Brasil e pensa que está diante de uma boa oportunidade para abordar a temática racial. Como você agiria partindo do escravismo e de suas nefastas consequências para compreender melhor a formação do Brasil contemporâneo? Segundo o IBGE a população de pretos e pardos (e aqui estamos usando as categorias classificatórias desse órgão) é de 53%. A ONU capitaneou um estudo que mostra que, a despeito do que recomenda o senso comum, os jovens negros são a população mais suscetível à morte violenta no país. Em 2012, por exemplo, na região de Alagoas, foram assassinados 87 jovens negros para cada grupo de 100 mil ao passo que para jovens brancos o índice cai para 17,4. Mesmo após a implementação de ações afirmativas o percentual de negros nas universidades é somente de 12,8% (antes de 2005 o índice era de 5%). Esses dados são diretamente relacionáveis com a história da escravidão no Brasil, posto que sobretudo a partir da segunda metade do século XIX escravidão e raça passam a ser relacionáveis. Lembremo-nos ainda que desde 1831 vigorava a lei que proibia o tráfico atlântico para o país. Considerando que foi necessária uma nova lei em 1850 para efetivamente proibir o tráfico e que nesse período concentra-se mais de 2/3 de todos os aprisionados que entraram no país na condição de cativo é possível dizer que além de imoral (uma ficção do direito positivo) esta foi também ilegal. Conforme demonstra Wlamyra Albuquerque (2009) havia uma política de dissimulação que era estrutural ao governo brasileiro.

Para pensarmos nessas questões, nesta segunda unidade vocês vão acompanhar essa história, o século XIX brasileiro, passarão um pouco pela história política, no sentido mais clássico que o tema possa oferecer, mas também por pontos de vistas outros que podem nos revelar aspectos interessantes desse período.

Bons estudos!

Seção 2.1

O Primeiro Reinado

Diálogo aberto

Em uma aula de História do Brasil, um aluno, baseando-se no que havia ouvido num programa popular de televisão, argumentou que não via problema na escravização dos negros no Brasil, uma vez que estes já haviam sido escravizados na África. Esta fala está baseada num falso problema, já que o aluno acreditava que a África fosse uma unidade simplificadora. O continente africano é formado por mais de 50 países e apresenta uma variedade linguística que pode chegar a mais de 2 mil línguas, formando diferentes grupos etnolinguísticos num mesmo país. Para se ter uma ideia um país como o Senegal registra hoje cerca de 9 línguas oficiais, sendo que ao todo contabiliza-se 36 idiomas.

A fim de combater esse raciocínio veiculado na mídia de maneira inconsequente, você, como professor, deve pensar em uma atividade que ajude a desmistificar o senso comum dos alunos e fazê-los enxergar que a escravização está presente desde a colonização do Brasil, perdurando até o século XIX. Qualquer forma de relativismo, portanto, pode significar concordância com a violência e opressão desse sistema. O que você poderia fazer nessa atividade para atingir esse objetivo? Como oferecer aos alunos elementos para que consigam enxergar que: primeiramente, "África" é uma abstração muito grande, um conceito impetrado sobre esses pelos europeus e que, definitivamente, não explica as diferenças entre os grupos que habitam o mesmo território; pelo contrário, só reforça estereótipos e preconceitos.

Vamos lá?

Não pode faltar

Período Joanino

Em 1808 o governo português transferiu-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. A partir da chegada da coroa em terras brasileiras inaugurou-se um novo período na então colônia que passava à Vice-Reino. Com isso uma série de medidas foram tomadas; desde a criação do Banco

do Brasil até a fundação da Imprensa Oficial, passando pela fundação de duas universidades de medicina, a liberação da atividade industrial e o rompimento do exclusivo colonial. Uma época, portanto, de transformações. Essas podem ser percebidas, por exemplo, ao olharmos para a tela de Nicolas-Antoine Taunay[1] intitulada Cascatinha da Tijuca (Figura 2.1). É possível notar uma "elevação da nacionalidade, conforme pontua Lilia Schwarcz:

> [...] uma espécie de tributo à natureza do Brasil fica expressa nas águas luminosas da cascata, devidamente aumentadas, e na pujante paisagem que contorna e adorna a pintura. Taunay se faz retratar bem ao centro, minúsculo em seu ofício de pintor diante da majestade da natureza tropical. Um guarda-sol displicentemente deixado ao lado, ou o largo chapéu do pintor mostram como é forte o sol do Brasil e como sua luminosidade invade toda a cena. Ladeando o pintor estão seus escravos, que observam a tela pintada por Nicolas, mas que, por sua posição, como que subvertem uma convenção. Surgem igualados a seu senhor, observando atentamente a pintura. Não carregam o guarda-sol nem seguram o cavalete como seria de se esperar. Taunay chama os escravos para apreciarem a sua tela, mostrando, ao mesmo tempo, que, em sua cascatinha, os escravos recebem a educação através da pintura e, sobretudo, dentro de sua natureza. (SCHWARCZ, 2009, p. 38)

[1] Tratou-se de um pintor de origem francesa e que veio ao Brasil em 1816 como um dos artistas da famosa "Missão Francesa", isto é, um grupo de artistas que a convite da coroa portuguesa vem ao Brasil fundar sua academia de artes, a Academia Imperial de Belas Artes.

Figura 2.1 | Nicolas-Antoine Taunay. Cascatinha da Tijuca. Óleo sobre tela, [s.d.]

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay_-_Cascatinha_da_Tijuca.jpg>. Acesso em: 5 maio 2017.

Essa é uma tela produzida por um pintor estrangeiro, é um dos diversos casos de viajantes que vieram para o Brasil nesse período (DOMINGUES, 2008, p. 38). Atento que estava às questões locais, logo nota que a escravidão é um tema capital para entender essa sociedade. A história do século XIX é "a história da construção das nações"; definem-se "por um considerável montante de acontecimentos políticos prévios". Essas duas assertivas foram proferidas, respectivamente, por Walter Bagehot e John Stuart Mill, dois intelectuais britânicos de meados do século XIX. Embora estivessem referindo-se **exclusivamente** ao contexto europeu, essas sentenças são válidas para o caso brasileiro. Intelectuais e artistas foram fundamentais na condução e apreensão desse debate. Em seu *Nações e Nacionalismos*, Eric Hobsbawm demonstra que a *inteligentsia* daquele período debateu com empenho os critérios que, no avançar do século, definiriam os Estados-Nações, isto é:

etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns. Aspectos que podem soar "naturais" a um observador contemporâneo, mas que evidentemente, como qualquer outra ideia têm um histórico de negociação. Cada país, com as suas devidas particularidades, "inventa" uma história para si, um mito que consiga abarcar essa grande abstração que constitui o conceito de nação; a narrativa elementar que passa a definir quem e o que será contemplado na narrativa elementar.

O período que ficou conhecido como Joanino compreende dois eventos básicos: a vinda da família real ao Brasil em 1808 e a Independência em 1822. Como mencionado anteriormente foi uma época de grandes transformações. No campo do ensino, por exemplo, temos que esse passou de ser eminentemente religioso para uma completa reformulação, haja vista a criação de cursos de superiores de outra natureza. Segundo Luiz Antônio Cunha havia a necessidade de criar "[...] cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, como subproduto, formar profissionais liberais" (CUNHA, 1986, p. 67 apud BOAVENTURA, 2009, p. 129).

A vinda da família real ao Brasil é frequentemente tida como uma solução diplomática para o avanço das Tropas Napoleônicas sobre a Europa, contudo não devemos nos esquecer das pressões inglesas para a condução da política externa lusitana. Decerto uma relação assimétrica, que culmina no estreitamento dos tratados comerciais com o vice-reino. Tendo abolido a escravidão de suas colônias desde 1807, o Império Britânico tentou incluir esse tópico no tratado de 1810 (VERSIANI, 2008, p. 14).

Em 1820 é deflagrada a revolução do porto. Com isso Dom João se vê obrigado a voltar a Lisboa deixando em seu lugar o príncipe Regente. Posto que o momento político europeu havia mudado, logo interessava à corte o regresso do monarca para Lisboa. O Brasil, assim como grande parte da América, emancipou-se nesse período. A escolha da monarquia como sistema de governo (único caso entre as nações independentes na América), o caráter aristocrático da constituição de 1824, a repressão às revoltas separatistas (assim como das revoltas escravas dão o tom dessa firma), como exemplos podemos citar: a Revolução Pernambucana (1817), a Federação do Guanais (1832), o Levante de Malês (1835), a Sabinada (1837) e a Farroupilha (1835-1845).

O processo de independência do Brasil

Figura 2.2 | Pedro Américo. Independência ou Morte! (O Grito do Ipiranga). Óleo sobre tela. 415 × 760 cm. Museu Paulista, São Paulo

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independence_of_Brazil_1888.jpg>. Acesso em: 5 maio 2017.

Quando se fala em Independência do Brasil a primeira imagem que nos vêm à cabeça é, muito provavelmente, a tela de Pedro Américo (Figura 2.2). De certa maneira ela pode ser lida como uma certidão visual para a nação (SCHLICHTA, 2009). A despeito de ter sido produzida em outro contexto o fato é que essa representação conforma nossa visão sobre o acontecimento histórico em questão. Somos levados a crer que a independência foi antes um evento do que efetivamente um processo, a junção de interesses de diferentes atores que, enfim, culminou no famigerado grito do Ipiranga. Desmistifiquemos isto.

A historiografia da emancipação política no Brasil é vasta e plural, transita entre as Histórias Social, Econômica, Política e Cultural. Soma-se a isso o frequente diálogo que esses autores têm mantido, sobremaneira nas últimas décadas, com as historiografias portuguesa e norte-americana. Trabalhos de interlocução significativa como *From Colony to Nation: essays on Independence of Brazil*, de Russel-Wood ou o *Império-Luso Brasileiro*, organizado por Maria Beatriz Nizza da Silva são bons exemplos. É difícil localizar, contudo, o início desse debate. Seria Varnhagen? Em certo sentido que é ele quem inaugura um certo "léxico de continuidade", para utilizar as

palavras da historiadora Wilma Peres Costa (2008). Em *História Geral do Brasil*, o historiador bávaro é o primeiro a intuir a formação do Estado Brasileiro por essa chave, curiosamente a mesma posição perfilhada, *mutatis mutandis*, por Oliveira Lima, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Varnhagen, entretanto, não só enfatiza as continuidades entre a Colônia e o Brasil Independente como positiva essa experiência. Há nos seus escritos uma valorização da construção por meio da colonização. O passado ibérico somado aos projetos imigrantistas europeus (que àquela época eram já ansiados pelas elites políticas) combinam com a sua defesa dos brancos como superiores aos índios e negros. A independência é vista como a real continuidade desse legado. Oliveira Lima é o autor da tese da "Democracia coroada". Assim como Rocha Pombo e Joaquim Aurélio Barreto Nabuco enquadra-se naquilo que Stanley Stein nomeou como historiadores da escola conservadora, entusiastas do império. Embora, é bem verdade, diferenciassem-se de Varnhagen quanto ao papel da colonização nesse projeto. Entendiam o processo de emancipação política do império como a conservação da ordem. A permanência da Dinastia dos Bragança seria sua feição mais acentuada. Manuel Bonfim, por seu turno, formulou a relação colonial traduzida como independência e exploração. Aposta na ideia do parasitismo das metrópoles frente às colônias, pois aquela sociedade passou a viver às custas de iniquidades e extorsões.

Ainda sobre a historiografia, Iara Lis Schiavinatto (1999, p. 17) recupera as "[...] redes de poder, discursivas, festivas, cotidianas que regiam a noção de Brasil, enquanto um corpo político autônomo". Converteram, portanto, o Brasil em um ser. A *persona* de Dom Pedro I pode ser vista como essa mediação. Ele é signo do corpo político do país. Exerce um poder real que foi forjado na discussão política, no processo pelo qual o pacto e a soberania se elaboraram, nas práticas sociais e nos debates jurídicos, assim como em festas, músicas, fogos, procissões e desfiles; rituais com uma dimensão litúrgica. O fim do exclusivo colonial na década de 1810, somado a uma série de outros fatores da geopolítica do momento afundaram Portugal numa crise econômica ao passo que o Brasil vivia situação oposta. Assim sendo "protagonistas sociais" do Rio, de Pernambuco e outras províncias capitais viriam a vislumbrar na sua separação uma hegemonia política e social desejável. A autora nos mostra ainda que se por um lado Portugal passava por uma crise tal que, a certa altura, parecia que a

metrópole convertia-se em Colônia (com destaque para o retorno do Rei à Lisboa a fim de conter as ameaças separatistas), por outro as circunstâncias internacionais somada à necessidade de conter os ânimos das elites locais, tornam Dom Pedro I "[...] uma solução política, aos olhos de uma elite que perdia seu estatuto de corte e continuava ansiando por ocupar espaços políticos e públicos que serviam à sua necessidade de implementar um mercado próprio e garantir sua riqueza" (SCHIAVINATTO, 1999, p. 90). Sua persona é acedida por meio de símbolos e ações públicas: retratos, sermões, pálios etc., uma vez que reconhecem nele a vitalidade necessária para acolher um pacto com o povo; sofrear a cena pública.

A Constituição de 1824

A constituição de 1824 (ou Constituição Política do Império do Brasil) foi a primeira que o país conheceu. O seu Governo era Monárquico Hereditário, Constitucional e Representativo, conforme definição do Art. 3. O processo de sua feitura foi conturbado, com clara intervenção do monarca que por discordar do caminhar das coisas promoveu a prisão de alguns membros da então assembleia constituinte. Os referidos congressistas redigiram um texto em que, basicamente, reconhecia-se a existência de quatro poderes: Legislativo, Moderador, Executivo e o Judicial. Embora fosse um Imperador constitucional cabia a Dom Pedro I (Figura 2.3) (e posteriormente a seus descendentes) um poder superior aos demais, um poder privativo reservado à sua figura (a despeito de tentativas de alguns congressistas da constituinte que o queriam tão somente como uma peça decorativa).

Figura 2.3 | Simplício Rodrigues de Sá. Pedro I, c. 1830. Óleo sobre tela. Museu Imperial de Petrópolis, RJ

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:DpedroI-brasil-full.jpg>. Acesso em: 5 maio 2017.

Sobre a constituição

A leitura da constituição de um país é interessante para se entender o jogo político e a vida social neste, posto que o documento é fruto de tensões e disputas. Aquilo que encontra definição expressa interessa tanto quanto as ausências, revelam muito sobre o jogo político. Por exemplo, embora o Brasil fosse um país cuja base era definida pela escravidão esse termo simplesmente não aparece, em nenhum de seus 84 artigos. A única menção indireta ao escravismo está no Art. 6, aquele em que se define quem é brasileiro:

> I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
> II. Os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.

> III. Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil [G.M]" (BRASIL, 1824).

Percebamos que "ingênuos" e "libertos" são categorias sociais outras. Tão específicas que se decidiu pelo seu destaque. Ingênuos, a essa altura, são indivíduos libertos nascidos de países livres, logo, embora não tivessem passado pela escravidão carregavam o estigma. Já os libertos são indivíduos que embora tenham uma carta de alforria não adquirem, jamais, o mesmo status de um cidadão livre. Há ainda outras passagens que citam, ainda que indiretamente, os negócios envolvendo a população escrava sem, contudo, nomear a situação de maneira explícita (CABRAL, 1974, p. 4). Curiosamente a constituição de 1824 é a que esteve em vigência por mais tempo na história do país, ela atravessa o século XIX e apenas é derrubada com o fim da monarquia.

Padroado

Lembremos do papel da igreja nesse estado. É um papel, por sinal, constitucional. A rigor todo membro da igreja era também um funcionário público posto que não há uma separação entre uma coisa e outra. Seguia-se, desta maneira, as tradições ibéricas. Isso só vai acabar com a proclamação da república. Se consultarmos qualquer fonte oficial do século XIX veremos menção à igreja católica em seu cabeçalho, posto que se nomeava, costumeiramente, a data indicando-se dia e ano de "nosso senhor jesus cristo". Se a igreja era a religião oficial a constituição garantia, porém, a liberdade de culto. Entenda-se, nesse caso, que esse artigo foi aprovado por pressão inglesa. Na prática o que se via era repressão às religiões de matriz afro.

Revoltas Imperiais

Se por um lado nós temos indivíduos projetando o Brasil como um país com território uno, povo e língua comum, há, decerto, grupos de indivíduos descontentes com esse projeto. Daí temos a existência de revoltas. Podemos dividi-las entre revoltas que

buscavam a emancipação territorial e as revoltas escravas (ainda que seu estopim fosse, em geral, aleatório). As primeiras, de modo geral, nasciam do interesse de determinados grupos em emancipar-se do império brasileiro, por motivos que variam no tempo e no espaço. Na primeira década do período regencial, por exemplo, havia um descontentamento crescente com os rumos do governo, e a influência portuguesa nos destinos da nação. Vide, por exemplo, a Sabinada de 1837 que começou por motivos bastante diversos da Balaiada (1838-1841) (o primeiro começa como uma reação popular ao recrutamento militar instituído pelo Governo imperial ao passo que o segundo teve início pela detenção de um vaqueiro) e que por seu turno acontece de maneira completamente diversa do levante dos Malês (essencialmente uma revolta escrava).

Levante de Malês de 1835

Em 1835 um grupo de escravos africanos muçulmanos (haussás) tomaram conta da cidade de Salvador por cerca de 5 horas. A libertação de todos os escravizados que fossem muçulmanos e o controle do governo eram os objetivos centrais desse levante. Como resposta o que se teve foi uma das agendas mais repressivas de todas as revoltas do império. Escravos condenados à morte, perseguidos e a reformulação de formas de cerceamento de agrupamentos de negros urbanos. Durante todo o século XIX o evento, vez ou outra, é lembrado em momentos de tensão e conflito entre senhores e escravos.

Reflita

Em meados do século XVII um cronista português de nome Diogo Gomes Carneiro produziu, a mando da coroa portuguesa, uma História do Brasil. Uma atitude que tem a ver com a geopolítica do momento, mas o ponto curioso é que o seu financiamento ocorre com verba das câmaras do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e de Luanda. Quando Varnhagen, já no século XIX, vai relatar esse episódio no seu História Geral do Brasil, deliberadamente o nome de Luanda é omitido. Isto é, àquela altura lhe pareceu descabido incluir o nome de uma câmara africana como financiadora de uma narrativa acerca do Brasil, um constrangimento certo. Algo para se refletir.

Reconhecimento da Independência

Em 1825 o governo português resolve reconhecer a independência do Brasil mediante uma elevada quantia em dinheiro. Longe de ser um ritual meramente protocolar esse ato ajudou o governo brasileiro a controlar algumas revoltas provinciais de setores da sociedade que se mantinham fiéis à coroa portuguesa. Foi com intermédio da Inglaterra que em 29 de agosto daquele ano foi assinado o tratado de paz e aliança. A partir disso o Brasil pôde estabelecer relações comerciais com demais países.

Em 1831 o Brasil assina a sua primeira lei de abolição do tráfico. Muito dessa pressão veio da Inglaterra, posto que aquele país cobrava essa postura por ter auxiliado o Brasil no reconhecimento de sua independência. Como se sabe a famigerada lei passou a ser desrespeitada no momento de sua assinatura (e ficou conhecida como Lei para inglês ver). É possível dizer que o Estado brasileiro participava de um jogo de dissimulação, para utilizar a expressão consagrada por Wlamyra Albuquerque (2009). Digo isso, pois entre 1831 e 1856 quotidianamente entram navios nos portos brasileiros. Eusébio de Queiroz, que por sinal é quem nomeia a segunda lei, de 1850, chegou a ser chefe de polícia da corte por muito tempo. Era público e notório que navios e mais navios chegavam abarrotados de escravizados. Mais do que isso essa prática, por assim dizer, era uma política de Estado estrutural para o país (RODRIGUES, 2000).

Revoltas Escravas

Diferente dos EUA em que podemos contar nos dedos o número de revoltas escravas, no Brasil, por todo país temos uma série de levantes por todo o século XIX. A revolta dos Malês é, certamente, a mais conhecida, ocorreu em Salvador em 1835. Comandada por africanos de orientação religiosa islâmica, essa revolta envolvia duas questões centrais: escravidão e intolerância religiosa. Sua repressão foi bastante particular tendo como consequência aquilo que a historiadora Célia Marinho nomearia como “medo branco”. Durante as décadas que se seguiam o temor de que uma revolta dessa magnitude acontecesse levou chefes e inspetores de polícia endurecerem o cerco contra escravos e seus descendentes. A consequência mais ou menos direta desse tipo

de prática é o cerceamento do direito de ir e vir e das formas de lazer e sociabilidades coletivas desses sujeitos, seja por meio da repressão ou da marginalização de suas práticas sociais.

Para saber mais leia o texto a seguir:

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995/1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 17 maio 2017.

Sem medo de errar

Com o conhecimento adquirido nesta segunda unidade, você tem que contestar a versão equivocada da opinião emitida pelo apresentador de TV. O termo "africano" é demasiado genérico e não dá conta da complexidade dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Para combater esse raciocínio veiculado na mídia de maneira inconsequente você pode propor uma atividade que ajude a desmistificar o senso comum e fazer seus alunos enxergarem que a escravização está presente desde a colonização do Brasil, perdurando até o século XIX. Qualquer forma de relativismo, portanto, pode significar concordância com a violência e opressão desse sistema.

Ofereça a eles elementos para que consigam enxergar que: primeiramente, "África" é uma abstração muito grande, um conceito impetrado sobre esses pelos europeus e que, definitivamente, não explicam diferenças entre os vários grupos que habitam o mesmo território, pelo contrário, só reforça estereótipos e preconceitos.

Você aprendeu que a escravidão foi a prática socioeconômica que susteve o Brasil por mais de três séculos e que, além de imoral, o tráfico era também ilegal. E que o Estado brasileiro, de maneira dissimulada, agia fazendo vistas grossas a essa situação. Tratava-se, efetivamente, de uma política de Estado muito bem estruturada, e não uma infeliz exceção. Se não levarmos essas questões a sério, se não pensarmos essas questões como fundamentais não há como entender não só a história do Brasil como o Brasil contemporâneo.

Faça valer a pena

1. A constituição de 1824 é um marco na história do país, nossa primeira constituição e a mais longínqua. Quais são os poderes que a governam?
Assinale a alternativa correta:
a) Poder Moderador, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo.
b) Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo.
c) Poder Moderador, Poder Executivo e Poder Provincial.
d) Poder Provincial, Poder Legislativo e Poder Executivo.
e) Poder Legislativo e Poder Executivo.

2. As revoltas imperiais tinham diferentes motivos e foram praticadas por sujeitos de diferentes ideários e intencionalidades políticas.
Assinale a alternativa correta:
a) As revoltas imperiais encontram maior adesão no período joanino.
b) As revoltas escravas são relativamente poucas se comparamos com o século XIX norte-americanos.
c) As revoltas escravas tinham baixa adesão.
d) Em alguns casos as revoltas imperiais tinham outras motivações para além da tomada do poder.
e) Os artistas viajantes eram artistas formados na Academia Imperial de Belas Artes, contemplados com o Prêmio de Viagem.

3. No fim do século XIX, tanto na Europa como no Brasil, identificamos o Ecletismo, que se manifesta na arquitetura, na pintura e nas diversas artes. A pintura Eclética se caracteriza por ser uma renovação da linguagem e dos gêneros artísticos. Qual a característica principal da pintura Eclética?
Assinale a alternativa correta:
a) A pintura eclética se caracteriza pela temática variada.
b) A pintura eclética se caracteriza pela gestualidade expressiva.
c) A pintura eclética se caracteriza pelo uso de cores contrastantes.
d) A pintura eclética se caracteriza por reunir aspectos de vários estilos artísticos.
e) A pintura eclética se caracteriza por reunir aspectos de várias nacionalidades.

Seção 2.2

Período Regencial

Diálogo aberto

Em abril de 2012, os ministros do Supremo Tribunal Federal apoiaram, de forma unânime, o voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski, em favor da criação do sistema de cotas para negros nas universidades federais, resultando na Lei Federal de Cotas (Nº 12.711). Um momento ímpar na história dos direitos sociais, especialmente para o movimento negro no país. Imagine que você é professor de história no Ensino Médio. Em uma de suas aulas, quando o assunto discutido era o "racismo científico", você é confrontado com a opinião de um aluno que acredita que as cotas são injustas. Que argumentos você poderá utilizar para levá-lo a repensar sobre essa opinião?

Gilberto Freyre falava que a herança da escravidão era positiva, décadas depois essa tese foi contestada por Florestan Fernandes para quem essa "herança" era negativa. No momento atual o debate historiográfico tenta mapear de que maneira decisões tomadas a tanto tempo continuam ainda assombrando a nossa vida, sobremaneira a das pessoas negras.

O Estado brasileiro, é bom ressaltar, tomou, ao longo do tempo, uma série de medidas que visavam, explicitamente, "embranquecer" a sociedade brasileira e perseguir a população de escura epiderme. Por meio de políticas de imigração em massa, por exemplo, visando sobremaneira o retirante europeu, a lei de repressão à vadiagem de 1888 (que foi discutida concomitantemente à lei áurea) – cuja questão racial aparece tanto nas discussões parlamentares quanto na prática quotidiana das ações coercitivas policiais –, a perseguição à capoeira, ao samba, às religiões de matriz afro etc.

Para Luiz Felipe de Alencastro, a necessidade das cotas está: [...] retratada nas creches, nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas cadeias, nos laudos dos IML de todo o Brasil". Como você, sendo professor da turma, justificaria esse ato do poder judiciário a partir da história da escravidão, da abolição e do racismo no Brasil?

Bons estudos!

Não pode faltar

Introdução

A história do século XIX pode ser contada de várias formas, a que escolhemos aqui prioriza tratar dos eventos-chave, consagrados pela historiografia, sem, contudo, deixar de olhar para todos os segmentos sociais (na medida do possível). Cremos que a história não se faz apenas de grandes nomes e datas, mas da vida quotidiana de sujeitos comuns, que, insistentemente teimam em existir. Assim sendo é impossível pensar no século XIX brasileiro sem pensar na história de luta, resistência e agência de escravos e seus descendentes para a conquista de sua liberdade (individual ou coletiva). Com a Independência o Brasil passou, efetivamente, a formar um país. É a partir dessa data que uma história nacional passa a fazer sentido. Trata-se de uma conjunção de saberes, ideias e sentimentos organizados numa estrutura abstrata a que nomeamos de nacionalidade. Pode parecer natural aos olhares contemporâneos, mas organizar toda uma sociedade em torno uma língua comum, história e cultura não é tarefa fácil. A nacionalidade, ao menos no caso que nos interessa, é construída a partir da definição daquilo que somos, mas, sobremaneira, daquilo que não somos (ou pensamos não ser) e do que almejamos nos tornar. Uma série de discursos e práticas políticas entram nessa contenda. A disputa mais ressonante, decerto, está na grande política, aquela que acontece na relação entre os quatro poderes e as classes mais abastadas, contudo não podemos nos esquecer que há um sem número de sujeitos outros que vivem à margem desses interesses e que tentam, na medida do possível, negociar suas respectivas existências. Nesse módulo procuraremos passar por essas histórias a fim de que consigamos conhecer um pouco mais dessas várias narrações convergentes.

Da abdicação ao ato adicional

Começaremos essa unidade, portanto, com um olhar para a política institucional. Em 1831 Dom Pedro I abdicou do trono. O patrono perpétuo do Brasil, chefe do poder executivo, o poder moderador em pessoa, portanto, abandonou o posto na nova nação que, ao menos na narrativa consolidada, havia ajudado a construir. A historiografia aponta basicamente que o evento se deu pela perda de apoio dos

liberais, de setores de exército, com um debate, particularmente caloroso que ocorreu nos órgãos da imprensa (PANDOLFI, 2012). A partir daí Pedro II tornou-se, como se sabe, herdeiro do trono, ficando sobre a tutoria de José Bonifácio de Andrade e Silva, o velho. Foi um período de muita instabilidade política, como podemos imaginar, e com uma acirrada disputa entre liberais e conservadores, ou ainda, como se dizia à época, "luzias" e "saquaremas". A tese clássica sobre o tema é de autoria de Ilmar Rohloff de Mattos. Para esse autor os Saquaremas (conservadores) dominaram a política do império, travando propostas de reformas, neutralizando as forças sociais e políticas progressistas (MATTOS, 2004).

O ato adicional consistiu, basicamente, numa reforma constitucional. Após a abdicação de Dom Pedro I, o país passou a ser governado por uma regência. Foram quatro entre 1831 e 1840, data em que Dom Pedro II enfim assume o trono. São elas: a Provisória Trina, a Permanente Trina, a Una do Padre Feijó e a Una de Araújo Lima. Durante a regência provisória, portanto, foi quando o ato adicional entrou em vigor. Pode-se dizer, *grosso modo*, que foi uma agenda imposta por alguns setores do partido liberal. A seguir vejamos as principais mudanças elencadas:

1. Criação de assembleias legislativas provinciais.

2. Criação do Município Neutro, a vila de Praia Grande, mais tarde nomeada Niterói.

3. A regência passou a ser una e com mandato de quatro anos.

4. Extinção do Conselho de Estado.

Todas essas medidas, de certa forma, diminuem a concentração do poder no governo federal, sobremaneira no executivo. Abrem caminho para que forças regionais, dantes ignoradas, sejam ouvidas e, em alguns casos, terminem em situações conflituosas, de enfrentamento com o poder constituído. Como veremos, contudo, há uma miríada de interesses nesse caminho.

Como isso reverberou nas senzalas, por assim dizer? A revolta dos malês me parece ser a grande resposta. O levante escravo de 1835 foi o grande propulsor do medo branco, e da histeria coletiva senhorial, receosa da possibilidade de que ocorresse algo similar ao que tivemos no Haiti (1791-1804).

Poder moderador

O poder moderador, ao menos em tese, é inspirado em Benjamin Constant, o político francês. Na formulação deste o poder moderador é concedido ao monarca, substitui, por assim dizer, o exercício do poder executivo por este. Não foi esse, entretanto, o caso brasileiro; e não se trata, decerto, de uma "má cópia" da ideia original do intelectual francófono, afinal "[...] a ideia de estruturar o Estado com quatro poderes políticos ao invés de apenas três, em cada um dos dois casos, buscou servir a objetivos variados, determinados por conjunturas históricas específicas" (AMBROSONI, 2004, p. 8). Para além da conceituação devemos também pensar nas práticas políticas, posto que o quarto poder, como se dizia à época, foi exercido de diferentes maneiras: por Dom Pedro I, pelos regentes e posteriormente por Dom Pedro II (AMBROSINI, 2004, p. 9). Se Dom Pedro I foi a resposta política mais satisfatória que as forças dominantes encontraram para enfrentar esse novo momento político Independente de Portugal, o poder moderador pode ser visto como uma resposta prática para a condução dessa situação.

No período regencial o poder moderador sai do horizonte político, é o "Tempo Saquarema", que Ilmar Rohloff de Mattos descreve em seu clássico trabalho (MATTOS, 2004), isto é, há hegemonia diretiva dos conservadores saquaremas. Havia aí um acordo tácito entre os membros dessa elite política em preservar a imagem do Imperador, posto que nesse sistema de governo é imprescindível que sua imagem seja inviolável; uma vez que esse princípio foi ferido, Dom Pedro II perdeu a sustentação política necessária ao exercício de seu cargo (AMBROSINI, 2004, p. 127).

Pesquise mais

Benjamin Constant, o teórico francês, homônimo do político brasileiro, foi o idealizador do conceito de "Poder Moderador", contudo, como ficou claro no texto, sua aplicação real na constituição e práticas políticas brasileiras são muito distantes da conceituação teórica de Constant.

Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

Rebeliões regenciais

A historiografia definiu como rebeliões regenciais uma série de levantes ocorridos no período que compreende 1831-1840. Podemos citar como exemplos: a cabanagem, a balaiada, a sabinada, a guerra dos farrapos, a revolta dos malês entre outras. Por muito tempo essas foram associadas à independência e ao início do império, de Sérgio Buarque de Holanda à Emília Viotti da Costa, posto que estávamos diante de um período de instabilidade política (IAMASHITA, 2009, p. 1-2). Essa historiografia, por sinal, tendia a enfatizar a atuação política das elites, em detrimento de verificar como os demais segmentos sociais comportavam-se diante desses focos de insurgência. Sérgio Buarque afirma, por exemplo, que na cabanagem os mestiços e índios tinham uma "consciência primária" das coisas (HOLANDA, 1967, p. 115), Magda Ricci, por seu turno, revisita o tema e enxerga esses sujeitos como agentes complexos e capazes de reelaborar o patriotismo em uma identidade étnica comum (RICCI, 2006). Há hoje em dia uma série de estudos que se ocupam de investigar, para além de uma história política mais tradicional, outros aspectos até então ignorados dessas revoltas. Aspectos esses que nos ajudam a entender com maior propriedade o tema proposto. É o caso, por exemplo, do clássico artigo de João José Reis (1976), ou da dissertação de Juliana Lopes (2008).

Mas será que as revoltas escravas se enquadrariam nessa categoria? Afinal elas dizem respeito também à disputa do poder político? Eu diria que certamente. A revolta dos malês, por seu turno, é o único evento, dos acima elencados, que nasce, especificamente, de um desejo de colocar fim na escravidão. Esses sujeitos, escravos africanos de origem muçulmanas. Trata-se de uma proposta radical, que visava revolucionar a sociedade. Como mencionado na seção anterior o que se sucedeu após o evento foi uma forte repressão, culminando na redefinição de uma política nacional para combate de sublevações escravas. Daí, desse evento símbolo, é que nasce o medo branco, estudado por Célia Marinho Azevedo e que veremos com maior cuidado na próxima sessão.

Em suma, a instabilidade política foi combustível para que os sujeitos de diferentes origens se sublevassem contra o poder central, mas seus motivos são variados. Cada contexto guarda suas respectivas especificidades que longe de serem detalhes moldam o caráter do levante em questão, como vimos na primeira seção desta segunda unidade.

Exemplificando

Outra revolta escrava que vale mencionar é a de Carrancas em Minas Gerais, ocorrida em 1833. Trata-se da maior regência escrava acontecida naquela província e como conseguinte teve grande repercussão nacional, e alguns projetos de lei foram levados à câmara objetivando discutir a criminalidade escrava, antecipando em partes a lei de 1835.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência**: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. 1996. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 1996.

Golpe da maioridade

Pode se dizer, *grosso modo*, que o golpe da maioridade foi uma forma de aquietar as revoltas. Mais do que isso, foi uma resposta potente à crise política em que se estava metido o governo imperial. Das revoltas há pouco mencionadas a Balaiada findou em 1841 e a Farroupilha em 1845 (a Balaiada referia-se a um levante organizado por Raimundo Gomes e seu bando no Maranhão, e a Farroupilha o movimento separatista republicano frente ao governo imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul). A classe senhorial cria que o processo de descentralização político-administrativa, levado a cabo no período regencial, afetava seus interesses sociais. Assim sendo, ocorreu uma articulação política para que Dom Pedro II tivesse sua ascensão ao trono antecipada. No campo da grande política, por assim dizer, foi um movimento iniciado pelos liberais. O movimento "maiorista" beneficia-se da consequente ascensão do jovem Pedro Alcântara ao trono, posto que dias depois é seu gabinete que toma o controle da câmara. Dom Pedro II aparece, tal qual seu pai, como uma esperança para parte dos setores dominantes.

Há toda uma iconografia que tenta emplacar sua figura como um monarca acima das coisas mundanas, um predestinado para ocupar aquele lugar de destaque tão nevrálgico para os projetos de nação das classes dominantes. O dito golpe, por assim dizer, funciona em certo sentido, posto que as revoltas acabam por cessar, contudo, mais interessante ainda é observar a dinâmica que passa a imperar na política brasileira a partir desse acontecimento. Como mencionado anteriormente é só em 1889 que o governo perde fôlego e acaba

destituído, justamente quando mexe numa questão de grande monta como a escravidão.

Figura 2.4 | François-René Moreaux (1807-1860). *Coroação de Dom Pedro II*, 1824. Óleo sobre tela, 2,38 x 3,10 m. Museu Imperial, RJ

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio/obra-de-1824-retrata-o-ato-de-coroacao-de-d.-pedro-ii/view>. Acesso em: 2 jun. 2017.

Reflita

A imagem apresenta Dom Pedro II, ainda jovem e futuro imperador. Suas vestimentas e postura corporal indicam o destino do jovem príncipe. À luz do texto reflita sobre a construção da imagem de Dom Pedro II como o sintetizador da república.

Figura 2.5 | Félix Émile Taunay. Retrato do imperador Pedro II aos 12 anos vestindo o uniforme imperial de gala, 1837. Museu Imperial, RJ

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RetratodompedroIIcrianca.JPG>. Acesso em: 17 maio 2017.

Assimile

Nesta segunda seção, que trata do período regencial, devemos nos lembrar que com a abdicação de Dom Pedro I há um vazio de poder, grupos que antes apoiavam o imperador e viam nele uma figura que conseguisse administrar interesses diversos. Assim, entramos num período de grande instabilidade política, em que podemos citar as rebeliões regenciais como um bom termômetro. Decerto que os grupos dominantes economicamente se digladiavam para terem seus desejos satisfeitos, contudo não devemos nos esquecer que os escravos também conseguiram ter o momento político do país e, em alguns casos, impetraram revoltas que objetivavam o final da escravidão.

Sem medo de errar

Como responder a situação proposta? Nessa segunda seção vimos como justamente no ápice do sistema escravista o país passava por uma situação política muito instável. Há, hoje em dia, uma historiografia que avança nessa temática, a despeito do que nos dizia uma historiografia mais tradicional preocupada com grandes fatos e temas.

Aqui estudamos como se deram as rebeliões regenciais e, sobremaneira, os esforços das elites dirigentes por construir um governo forte e coeso, a fim de, em última instância, não ter de abrir mão de seus privilégios. A despeito das articulações políticas efetuadas pelo partido liberal, quase sempre o partido conservador se manteve no poder e dali conseguiu articular a manutenção do sistema escravista pelo século XIX.

Apropriando-se desse conhecimento, mais o que você já apreendeu na primeira seção dessa segunda unidade, há elementos suficientes para responder ao aluno, descontruindo a ideia da escravidão como uma herança positiva, ou ainda de sua completa irrelevância para as questões atuais. Você consegue perceber que as "distorções sociais e históricas" mencionadas pelo ministro Lewandowski possuem uma ampla história, forjada na desigualdade e na violência do sistema escravocrata, além disso consegue ver essas personagens não mais como seres anômicos (ou seja, sujeitos à margem das regras e das leis), à espera de serem salvos, mas antes como indivíduos capazes de articular suas próprias experiências na busca pela sua liberdade.

Faça valer a pena

1.

Conheço a necessidade que tem o Brasil de algumas Reformas na sua constituição, mormente naquelas cousas que dizem respeito à servil e pesada dependência em que estão as Províncias a respeito da Corte:
mas no modo de efetuar essas reformas é que está quanto a mim toda a dificuldade: porque entendo que estas deverão ser arranjadas de tal arte, que em nada prejudique a integridade do Império, nem se ofendam as atribuições do senhor Dom Pedro 2º. (SILVA; FELDMAN, 2010, p. 148)

Sobre o período regencial é possível afirmar que:

a) Foi uma transição para o republicanismo que se instalou no país a partir de 1871.

b) Os regentes fizeram o uso indiscriminado do poder moderador.

c) Formaram-se as lideranças políticas que teriam atuação marcante no II Reinado.

d) Foi um período de pouca agitação social, sem o registro de qualquer sublevação escrava.

e) A maioridade antecipada de Dom Pedro II foi a forma mais viável para o governo aceitar a abolição da escravidão.

2. O próprio inquérito e o julgamento

> [...] representaram um ritual de força vivamente acompanhado por baianos e africanos. Além do espetáculo exemplar do fuzilamento de quatro rebeldes e do açoitamento de dezenas de outros, os libertos minimamente suspeitos foram deportados para a África e muitos escravos vendidos para fora da província. As organizações (como os cantos de trabalho) e reuniões africanas passaram a ser cuidadosamente vigiadas e qualquer suspeita de Islamismo investigada e punida aqui. (REIS, 1995-1996, p. 26)

O trecho acima refere-se a:

a) Sabinada.

b) Balaiada.

c) Levante de Malês.

d) Guerra dos Farrapos.

e) Revolta do Quebra-quilos.

3.

Figura 2.5 | Félix Émile Taunay. Retrato do imperador Pedro II aos 12 anos vestindo o uniforme imperial de gala, 1837. Museu Imperial, RJ

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RetratodompedroIIcrianca.JPG>. Acesso em: 17 maio 2017.

Sobre o chamado golpe da maioridade é correto afirmar que:

a) A classe política cria, em sua maioria, que a pacificação do país só ocorreria com a reintrodução da autoridade monárquica.

b) Os luzias apostavam numa reforma descentralizadora, que redistribuísse o poder da federação com a província.

c) Não foi propriamente um golpe, pois era uma manobra prevista na constituição de 1824.

d) Representou um regresso para a classe senhorial, posto que contrariava seus interesses.

e) Representou um regresso para a implementação de uma sociedade mais democrática.

Seção 2.3

O Segundo Reinado

Diálogo aberto

Ainda supondo que você é professor de história no Ensino Médio, certo dia, durante a leitura do livro didático adotado pela escola em que você leciona, o autor tece comentários positivos sobre a personalidade de Dom Pedro II. Afinal, tratava-se de um chefe de Estado moderno, culto e interessado em arte, literatura e fotografia; tinha viajado por diversos países, possuía uma coleção invejável de fotografias. Se hoje em dia conhecer o exterior é ainda um luxo, no final do século XIX era algo que só estava nos horizontes das elites.

Membros de famílias abastadas passavam temporadas na Europa, supostamente estudando e tornando-se "cultas", em oposição à "antimoderna" sociedade brasileira, "atrasada" e escravocrata. Coloco esses termos entre aspas já que há algum tempo que a historiografia brasileira parou de associar o capitalismo à modernidade e a escravidão ao atraso, haja vista que a escravidão, por sinal, foi condição primeira para que o capitalismo florescesse nos países centrais da economia europeia.

Assim, você está ciente dos perigos desse argumento, e sabe das suas consequências. Quando alguém, seja um político ou um grupo empresarial, traça algo como "moderno" é quase inevitável pensar que a modernização, como qualquer outra ideia, é um projeto político-ideológico e não uma etapa natural de toda sociedade e que, se por um lado, visa reformular a vida das classes mais altas (marcando cada vez mais essas diferenças), por outro, tende a marginalizar, na mesma proporção, os despossuídos.

Então, você como professor que irá usar esse material com os seus alunos, se imagine nessa situação e pense numa solução para relativizar as ideias de "moderno" e "atrasado". Por que o termo "moderno" denota conceituação positiva nesse contexto e o "atraso" refere-se à escravidão e aos vícios da nação? Diante disso problematize a passagem e ressalte esses aspectos para que os alunos tenham uma visão renovada a respeito do tema.

Bons estudos!

Não pode faltar

Os primeiros anos – Brasil e Inglaterra no século XIX – A modernização brasileira durante o Segundo Reinado

Como mencionei anteriormente, a figura de Dom Pedro II passa a ser explorada como signo de novos tempos; ele é o monarca culto, que lê, viaja, fotografa etc. Verifica-se, portanto, uma tentativa de plasmar sua figura com o país. Certamente que entre as intenções e sua efetiva aderência entre a população há uma distância, além disso há diferentes percepções a respeito da figura do Imperador ao longo do tempo (BALABAN, 2009). Mas de qualquer forma o que viria a ser essa modernização? Quais os seus limites? O que ela, efetivamente, mudou na dinâmica social da sociedade brasileira?

Atualmente há um consenso na historiografia da escravidão de que esses processos são conectados. Isto é, não há como pensar, por exemplo, a industrialização na Inglaterra sem mencionar sua ampla participação no tráfico atlântico de escravos (GILROY, 2001; LINEBAUGH, 1983).

Olhar para o contexto internacional me parece uma decisão acertada. Tomich, por exemplo, chega a falar em uma "segunda escravidão", isto é, as contingências da estruturação do capitalismo na Inglaterra criaram desafios outros para Cuba, o Sul dos EUA e Brasil posto que havia crescente demanda por café, açúcar e algodão (TOMICH, 2011).

Já do ponto de vista econômico a agenda liberal passou a estruturar o Estado, sua economia (BENTIVOGLIO, 2002).

Do ponto de vista da organização do trabalho, o século XIX inteiro convive com a ideia da inevitabilidade do final da escravidão. Isso se reflete nos inúmeros projetos de lei discutidos no parlamento que tem esse teor em suas discussões principais. Há um duro embate que acaba por culminar na lei áurea, mas mais adiante voltaremos nesse assunto com mais vagar. Por ora basta esclarecer que havia, *grosso modo*, duas correntes. A daqueles que queriam uma abolição efetiva, isto é, o final imediato da escravidão e aqueles que apostavam numa emancipação lenta, civilizada e gradual.

O Brasil vive, necessariamente, esse dilema, entre uma nação que se quer moderna e pronta e o arcaísmo que o escravismo suscitava.

Ao mesmo tempo as pressões exteriores, entenda-se nesse caso, o governo Inglês, levaram o país a uma desconfortável situação, a de um país em que, oficialmente adere ao final do tráfico atlântico de escravos, mas que na prática vê crescer como nunca sua escravaria.

O governo inglês, que havia exigido o compromisso do Brasil de acabar com o tráfico para reconhecer sua independência vive essa relação conturbada. O governo daquele país não impôs exatamente uma data, mas propôs um prazo que as autoridades brasileiras postergaram ao máximo. Geralmente quando pensamos em Inglaterra, esquecemo-nos que o Império Britânico não é um ser amorfo e unilateral, aliás trata-se de seu exato contrário; uma abstração que organiza uma série de sujeitos com interesses diversos. Ao mesmo tempo que queria o final do tráfico, sobremaneira para o controle dos mares (MARQUESE, 2006), alguns setores daquele país muito lucravam com essa dinâmica.

Sobre o escravismo

Antes de falarmos sobre o final do escravismo talvez fosse mais interessante recordar como ele funcionava de fato. Para encetar essa discussão escolhi observar um documento, entre vários outros possíveis, que contempla esses pleitos. Pontos que num eventual curso voltariam e seriam debatidos com maior aprofundamento em aulas específicas. Escolhi para isso uma imagem, uma obra de arte. Refiro-me à tela *Estudo para a Libertação dos escravos* de Pedro Américo.

Figura 2.6 | Pedro Américo (1843-1905). Libertação dos Escravos (estudos), 1889. Óleo sobre tela, 140,5 x 200 cm. Acervo do Palácio dos Bandeirantes, SP

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Am%C3%A9rico_-_Liberta%C3%A7%C3%A3o_dos_Escravos,_1889.jpg>. Acesso em: 13 jun. 2017.

Como se sabe Pedro Américo foi dos mais importantes artistas brasileiros do século XIX. Um dos primeiros frutos da AIBA, que havia sido fundada em 1816. Um projeto da coroa portuguesa para a formação de artistas no Brasil. Era um intelectual, afinal defendeu uma tese cujo mote fora o estatuto científico à luz da História e da Filosofia Natural. Produziu quadros como *O Grito do Ipiranga, Dom Pedro II na abertura da assembleia geral* e *A Batalha do Avahy*, que por sinal são canônicas na arte nacional. Não por acaso pinturas de História, isto é, um gênero pictórico (que encontra seu ápice na França napoleônica) dado ao "registro" de acontecimentos históricos. Gonzaga Duque, um importante crítico de arte brasileira do período, disse, certa vez, referindo-se à *Primeira Missa no Brasil* de Vítor Meirelles (outra pintura histórica seminal), que ela (a primeira missa) não podia ser outra coisa senão o que aí está, isto é, essas pinturas a despeito de, evidentemente, não corresponderem a uma versão fidedigna dos fatos, convertem-se em verdade histórica, isso dito por uma personagem do século XIX; elas não representam, elas são! Criam uma memória, possuem uma função de discussão e construção de uma versão da história. Seria esse o caso da tela que agora vemos?

Primeiramente há de se ressaltar um aspecto externo à obra. Ela foi encomendada em 1889, o "Estudo" é a primeira fase desse projeto que por motivo desconhecido acabou sendo abandonado. Embora não seja exatamente uma pintura histórica, e sim uma alegoria, *Libertação dos escravos* acaba por cumprir essa função.

Notemos a obra. Em sua porção inferior avistam-se três personagens negras; não temos acesso às suas faces; estão descalças, a marca indistinta da escravidão; formam um conjunto indissociável composto por: uma criança, que está nua, alheia à ação dos adultos que o acompanham, uma mulher, com o torso nu, e um homem, com rotas vestes; estão prostrados; a musculatura saliente sugere o esforço do trabalho compulsório; a mulher faz um gesto resignado de entrega ao passo que o homem, enfaticamente, numa relação de flagrante subserviência, roga. Roga a uma figura alegórica: a liberdade, que rompe os grilhões. Atrás desse grupo há um demônio morto, é a escravidão que chegava a seu fim. Em sua porção superior nota-se a figura da Vitória alada, sustentada por outras tais como a Música e Afrodite. Há ainda a presença da Igreja, representada por uma etérea cruz que vai ao fundo.

A escravidão, o mal supremo, foi derrotado. A espada, contudo, está embainhada. Não há morte. A demanda escrava é atendida, mas trata-se de uma *concessão*; não há também protagonismo nesses sujeitos, tampouco no governo Imperial. Ao invés de uma pintura de História episódica: uma alegoria despersonificadora. O inimigo é morto sem derramamento de sangue. A resolução perfeita para um problema nacional de grande monta. É justamente essa versão do que teria sido a abolição que a classe senhorial quer emplacar. Certamente que a negociação para a lei áurea foi mais tensa e imbricada do que faz supor o sucinto texto de sua lei, aliás o fato de ser relativamente sucinto, sobretudo se compararmos com as demais leis emancipacionistas, nos leva a crer que esse pequeno excerto foi exatamente tudo que os eminentes congressistas conseguiram acordar: que a escravidão devia acabar imediatamente.

Essa tela encerra uma discussão que é estrutural nesse debate da constituição do Brasil enquanto nação. Durante todo o século XIX é um embate importante para a ilustração brasileira. Não faltam autores preocupados em discutir problemas relativos a essa temática. Em 1823, José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca, vai defender a extinção lenta e gradual do elemento servil. O primeiro passo para tal seria, no seu entender, o término do tráfico. O jovem Nabuco, em 1851, vai definir a escravidão como "a grande ferida de nossa Pátria" (NABUCO, 1851, p. 31). Se voltarmo-nos ao início do século XIX, encontramos autores empenhados em discutir a constituição do povo brasileiro e da formação do país. Do que ele era, do que se esperava que ele se tornaria e dos caminhos que deveríamos perseguir para atingir esses objetivos e convertermo-nos a uma "nação avançada". O trabalho escravo e os problemas que dele advém eram temas recorrentes, no mais das vezes centrais em suas reflexões. Tanto de escravocratas que viam esses sujeitos como "inimigos domiciliares" como abolicionistas convictos. O ponto de discordância entre essas duas tendências, digamos assim, era quanto ao método e ao que se fazer depois.

Reflita

O tráfico atlântico de escravos é um triste episódio da história recente da humanidade. Por mais de três séculos seres humanos eram sequestrados e comercializados como objetos. Desenraizados eram transportados nas

piores condições possíveis para logo em seguida passar a ser mercadoria de outrem, extensão do desejo senhorial. Diferente do que podemos imaginar esses dados estão disponíveis na internet, no site (já disponível em português): <http://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 21 jul. 2017. Acesse o portal e reflita, a partir dos gráficos e tabelas disponíveis na plataforma, um pouco mais sobre a extensão dessa empresa.

Pesquise mais

Há uma obra de Rosana Paulino, um dos vários trípticos compositivos da série Atlântico Vermelho, que traz o seguinte questionamento: "A ciência é a luz da verdade?". Essa frase repercute nas laterais, alternando o tamanho e a justificação da fonte. A tipografia datilográfica vermelho sangue contrasta com o tecido branco, recortado em retângulos. Ao centro duas imagens impressas sobrepostas: na debaixo uma azulejaria portuguesa com motivos decorativos; a que vai acima reproduz uma página de um manual de frenologia do século XIX, donde vê-se um crânio, desenhado de diferentes ângulos. Tudo isso vinculado por uma costura aparente. A obra condensa uma crítica que avança sobre a colonização e o racismo científico, sobre a classificação e controle dos corpos negros, sobre a violência que envolve a empresa colonial e o imperialismo. Ao mesmo tempo a técnica escolhida pela artista (negra) remonta às experiências das escravas rendeiras e bordadeiras. É o seu inscrever-se na história.

Veja essa e outras obras da artista disponíveis no link: Disponível em: <http://www.galeriasuperficie.com.br/exposicoes/rosana-paulino-atlantico-vermelho/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Cerca de onze milhões de africanos foram trazidos para as Américas em pouco mais de três séculos e meio: nagôs, jêjes, haussás, fons... e muitos mais. Desse contingente, cinco milhões e oitocentos e cinquenta mil para o Brasil, dos quais ¾ aqui aportaram a partir da década de 1830 até 1856 (data de chegada do último navio). Esse país funda-se na ilegalidade. Para além da imoralidade que representava – muito discutida em determinados circuitos intelectuais da época – havia um jogo de dissimulação, posto que em 1831 entra em vigor a lei que proibia essa atividade. Onze milhões de espectros aprisionados, desenraizados,

transmutados de pessoas às mercadorias. Indivíduos que sofreram toda sorte de violência: o combustível dessa agência por sinal.

É justamente em meados do século XIX que surge o racismo científico. Fruto dos "olhos do império", para utilizar a expressão de Mary Louise Pratt (1999). Uma vontade de ordenar o "Novo" Mundo a partir de sua observação e classificação racional, imparcial, europeia. O eurocentrismo aí desponta, como observam autores como Quijano e Amin; um tipo de etnocentrismo mais complexo, posto que não se trate tão somente da miopia de um determinado grupo étnico frente a um outro desconhecido, mas antes da inabalável certeza de sua natural superioridade.

O estudo do século XIX ajuda-nos a perceber como conceitos e ideias cristalizadas, entranhadas na nossa sociedade foram inventadas nesse período. Nesse sentido podemos nos apropriar desse passado para nossas lutas quotidianas a fim de se chegar numa sociedade mais justa, menos preconceituosa e desigual. Como estamos vendo ao longo dessa unidade, por exemplo, os escravos para além da ideia de que seriam sujeitos incapazes de agir graças à dureza do sistema escravista, conseguiam, dentro das possibilidades históricas do seu período e meio, contestar a verticalidade das relações. Não se trata de heroicizar o seu comportamento, mas antes de ampliar nossos horizontes e sair do lugar comum ao qual acostumamos a pensar esse período tão marcante.

Os Estados Nacionais (ao menos em sua acepção moderna) formam-se "no longo século XIX", como demarcou Hobsbawm. Cientistas europeus procuravam, a partir das expedições científicas realizadas no mundo não europeu, criar teorias que justificassem sua alegada superioridade, desembocando em teorias como o Darwinismo Social ou ainda mais adiante a Eugenia. Conjugam a ideia de que para sê-lo é necessário: um território, homogeneidade racial, unidade linguística e um sentimento de pertença forjado a partir de valores e histórias comuns. Esse modelo, decerto, não foi imposto, mas lentamente negociado, um processo difuso e claudicante. Uma ficção com consequências bastante reais em nossa sociedade. Da "invenção" dos judeus à formação do Estado de Israel, passando pela política do *Apartheid* na África do Sul,

da aplicação das Jim Crow laws nos EUA e do complexo sistema que leva à desmobilização das discussões raciais no Brasil, uma sociedade altamente racializada.

Pesquise mais

O chamado racismo científico refere-se a um ramo da ciência do século XIX que passou a dividir os seres humanos em raça. Dentro dessas divisões hierarquizavam os diferentes grupos, sendo alguns (entenda-se brancos europeus) sendo considerado mais aptos e desenvolvidos, e outros (negros africanos) menos "civilizados", inteligentes e capazes. Entender esse conceito é importante posto que ordena não só a dinâmica social do período escravista como é a base para o preconceito racial ainda hoje muito presente em nossa sociedade.

Veja os links a seguir e pesquise mais:

Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/o-lado-sujo-da-ciencia-e-a-consolidacao-do-racismo-cientifico/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Texto que discute o papel do racismo científico no campo da ciência do século XIX.

Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/hilton%20costa.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

O texto relaciona o racismo científico e o seu papel na marginalização da população negra no período pós-abolição. Entrevista conduzida por Drauzio Varella em que a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz comenta as reflexões do racismo histórico no seio da sociedade brasileira.

Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/videos/lilia-schwarcz-e-os-reflexos-do-racismo-historico/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Fim do escravismo

Como mencionei no início desta seção há duas formas de se olhar para esse processo. A emancipação era a aposta da classe senhorial, desejosa que era de exaurir o máximo possível desse perverso sistema. As leis emancipacionistas seriam formas de aos poucos libertar a escravaria, concomitante a isso emplacaram

diversas legislações que visavam controlar os corpos negros. Da lei de repressão à vadiagem (CHALHOUB, 1986) aos projetos imigrantistas que visavam embranquecer a população nacional.

Exemplificando

Com o final do escravismo temos uma série de senhores libertando escravos. Machado de Assis foi certeiro ao escrever uma crônica para a série bons dias na qual um senhor comenta que ele teria "previsto" o final da escravidão. O autor utiliza da ironia para criticar a classe senhorial. Vejamos o texto:

19 de maio

Bons dias! Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar. Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico. No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua),levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado. Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembléia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo. No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza: — Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que... — Oh! meu

senhô! fico. — ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos... — Artura não qué dizê nada, não, senhô... — Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha. — Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete. Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu.

Boas noites

Machado de Assis. Publicado originalmente na Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1888. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr11.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Contudo, trata-se, evidentemente, de uma questão de perspectiva. Como vimos na seção anterior, o levante de Malês deflagrou um certo medo branco de que os escravos se revoltassem e transformassem o Brasil num verdadeiro Haiti. Na década de 1880 esse medo é bastante evidente, afinal pudera. Avançava, por um lado, a luta abolicionista, seja por meio dos ditos radicais como Antônio Bento e Luiz Gama (MACHADO, 2014), ou ainda de sua frente parlamentar. As estratégias

variam de acordo com o período e as oportunidades de negociação aparentes (ALONSO, 2015). Ao mesmo tempo temos uma série de casos em que a população está claramente se insurgindo contra a ordem vigente (AZEVEDO, 2008).

As leis emancipacionistas, excetuando-se a lei de 1831, podem ser vistas antes como resultado de uma negociação do que mera concessão senhorial, como estes fazem questão de afirmar a cada momento. Creio que um bom exemplo disso seja a lei de 28 de setembro 1871, chamada de ventre-livre que, além de a partir daquela data interferir diretamente na liberdade do ventre das escravas, também passa a legislar sobre a possibilidade de se pleitear a liberdade mediante à apresentação de pecúlio independentemente da vontade senhorial, registra-se, portanto, a quebra da sua inviolabilidade (CHALHOUB, 1990).

O aumento da produção de café introduz uma demanda escrava que não condiz com a abolição do tráfico, como propunha a Inglaterra, desta maneira o país adotou uma política de deliberada dissimulação, isto é, as autoridades não só eram coniventes com o tráfico legal a partir de 1831 como partícipes ativos.

A abolição, como vimos, foi pintada, literalmente, como dádiva, quando na década de 1930 entra efetivamente na academia brasileira figura como branda e menos cruenta do que a americana (FREYRE, 2015). Nos anos 1960 passa a ser vista como uma conquista, embora localizassem uma herança negativa que transformava os indivíduos que dela participaram em sujeitos atávicos. É nos anos 1980 que surge uma nova geração de historiadores que se preocupa em investigar a vida dos sujeitos subalternos e descobre uma série de aspectos até então inimagináveis para uma bibliografia clássica. A questão toda é que a abolição foi, portanto, uma conquista, forjada a duras penas. O Brasil foi o último país das américas a abolir o tráfico transatlântico, e também o derradeiro em pôr fim à escravidão.

Sem medo de errar

Como vimos ao longo dessa segunda unidade, a ideia de que Dom Pedro II era um sujeito moderno e inovador é, antes de mais nada, um projeto político-ideológico. Esse projeto não era individual, coadunava ao interesse das elites econômicas, fossem os senhores ou os industriais.

Se por um lado tentavam plasmar nele essa imagem, por outro, a realidade da sociedade brasileira era um tanto quanto diferente. O Brasil era, eminentemente, um país agrário e escravocrata. E isso não depõe, curiosamente, contra as intenções do Brasil em ser moderno, muito pelo contrário. Como vimos nessa terceira seção, o escravismo foi fundamental para o desenvolvimento da indústria na Inglaterra, o processo de "modernização" naquele país ocasionou uma demanda de algodão, café e açúcar. Com isso os países periféricos na ordem mundial até então vigente passaram a suprir essas necessidades, num grande acordo transatlântico. Logo essa oposição entre moderno e "atrasado" é um falso problema. Ao mesmo tempo, o país vivia um dilema, posto que o tráfico ilegal esteve vigente no país por mais 20 anos após a sua primeira proibição, mais do que isso, tratou-se de um projeto conscientemente arquitetado pelo Estado. Logo, além de imoral a escravidão foi também ilegal.

Diante da situação-problema proposta sugiro que você descontrua essa narrativa presente no livro didático, mostrando como nada é natural e inevitável, trata-se, evidentemente da vontade e do empenho dos sujeitos para que esse ou aquele rumo seja tomado na direção em que se registre o interesse.

Faça valer a pena

1. Sobre a economia do segundo Reinado é correto afirmar que:
a) Destacou-se pela exportação de carne bovina e produtos industrializados.
b) Passou a ter grande relevância no mercado europeu com a exportação de algodão.
c) Diversificada, garantindo grande dinamismo econômico.
d) Eminentemente açucareira, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.
e) Foi um dos maiores exportadores de café no mundo.

2. Podemos dizer sobre a vida política do império que:
a) Praticamente não havia oposição, haja vista o baixo número de revoltas e motins.
b) Inclusão do negro e do índio como cidadãos a partir da lei de 1850.
c) A interiorização por meio do estreitamento dos comércios.
d) Pouco poder de fogo nas guerras externas, haja vista o insucesso na guerra do Paraguai.
e) Consolidação da unidade territorial e da organização diplomática.

3. O processo de industrialização que o país se submeteu no segundo reinado estava relacionado:

a) À crise no mercado europeu, logo fuga de capitais e investimento no Brasil.

b) Ao lucro acumulado com a venda de café.

c) Às articulações políticas de Dom Pedro II.

d) Ao lucro acumulado com a venda de açúcar para o mercado europeu.

e) Ao final da escravidão e à imigração, posto que os europeus estavam mais acostumados com a indústria do que os anômicos escravizados.

Referências

ABRIL CULTURAL (Org.). **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril, 1979. 1 v.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição, raça e cidadania no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1866-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMBROSINI, Diego Rafael. **Do poder moderador**: uma análise da organização do poder na construção do Estado imperial brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Rebeldia e resistência**: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 1996.

ASSIS, Machado de. **19 de maio de 1888**. Publicado originalmente na Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1888. Disponível em: <http://machado.mec.

gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr11.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017.

AZEVEDO, Celia Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

BALABAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARATA, Mário. Século XIX. Transição e início do século XX. In: ZANINI, Walter (Org.). **História geral da arte no Brasil**. v. 1. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983.

BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). **Sobre arte brasileira**: da pré-história aos anos 60. São Paulo: Martins Fontes/SESC, 2014.

BELLUZZO, Ana Maria et al. **Coleção brasiliana**: fundação estudar. São Paulo: Via Impressa Edições de Arte, 2007.

BENTIVOGLIO, Júlio. **O império das circunstâncias**: o código comercial e a política econômica brasileira (1840-1860). 2002. (Tese de doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição política do império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 16 maio 2017.

CABRAL, Paulo Eduardo. O negro e a constituição de 1824. **Revista de Informação legislativa**. p. 69-74, jan./mar. 1974. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180818/000350195.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 maio 2017.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. O pintor Eliseu Visconti (1866-1944), o impressionismo e o meio artístico parisiense do final do século XIX. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 7, n. 10, p. 149-160, 2005.

______. O último tamoio e o último romântico. **Revista de História**, 8 fev. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/CZmo7x>. Acesso em: 29 nov. 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

______. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONSTANT< Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. 1819. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

COSTA, Richard Santiago. **O corpo indígena ressignificado**: Marabá e o último Tamoio de Rodolfo Amoedo e a retórica nacionalista do final do Segundo Império. 2013. (Dissertação de mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. In: BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência [on-line]. Salvador: Edufba, 2009. p. 129-141. Disponível em: http://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523208936.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

DIAS, Elaine. Arte e academia entre política e natureza (1816 a 1857). In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). **Sobre arte brasileira**: da pré-história aos anos 60. São Paulo: Martins Fontes; SESC, 2014.

______. **Paisagem e academia:** Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851). Campinas: Unicamp, 2009.

______. **Pedro Américo**. São Paulo: Folha de São Paulo; Instituto Itaú Cultural, 2013. (Coleção Grandes Pintores Brasileiros)

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000100007>. Acesso em: 5 maio 2017.

DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco A. (Orgs.). **Nacionalismo no novo mundo**: a formação dos Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Artistas viajantes**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3778/artistas-viajantes>. Acesso em: 28 nov. 2016.

______. **Eduard Hildebrandt**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23332/eduard-hildebrandt>. Acesso em: 28 nov. 2016.

______. **Thomas Ender**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa11773/thomas-ender>. Acesso em: 28 nov. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2015.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora 34; UCAM – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Regência. In: AB'SABER, Aziz Nacib; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1967, tomo II, v. 2.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. A historiografia das rebeliões regenciais e as representações políticas rebeldes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: ANPUH, 2009.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ano 3, n. 6, p. 7-46, set. 1983.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim. **Identidades políticas e raciais na Sabinada** (Bahia, 1837-1838). 2008. (Dissertação de Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 74, p. 107-123, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 maio 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIGLIACCIO, Luciano. A arte no Brasil entre o segundo reinado e a belle époque. In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). **Sobre arte brasileira**: da pré-história aos anos 60. São Paulo: Martins Fontes; SESC, 2014.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1851.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (Orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Política, imprensa e a participação dos militares na Abdicação de Dom Pedro I. **História Unisinos**, v. 16, n. 3, 2012.

PEDROSA, Mário; ARANTES, Otília (Orgs.). **Acadêmicos e modernos**: textos escolhidos. São Paulo: Edusp, 2014.

PICCOLI, Valéria. O olhar estrangeiro e a representação do Brasil. In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (Org.). **Sobre arte brasileira**: da pré-história aos anos 60. São Paulo: Martins Fontes; SESC, 2014.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

REIS, João José. A elite baiana face os movimentos sociais na Bahia. **Revista de História**, n. 54, out./dez. 1976.

______. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995-1996.

RIBEIRO, Maria Izabel Branco. **Eliseu Visconti**. Coleção Grandes Pintores Brasileiros. São Paulo: Folha de São Paulo; Instituto Itaú Cultural, 2013.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, n. 22, dez. 2006.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora Unicamp, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **A Independência**: revolução e contrarrevolução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, 1975.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Pátria coroada**: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni B. D. Independência ou morte (1888), de Pedro Américo: a pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0765.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Paisagem e identidade: a construção de um modelo de nacionalidade herdado do período joanino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 19-52, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/98/98>. Acesso em: 5 maio 2017.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X011021008>. Acesso em: 17 maio 2017.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. Paisagem revelada, paisagem construída. In: BELLUZZO, Ana Maria et al. **Coleção brasiliana**: fundação estudar. São Paulo: Via Impressa Edições de Arte, 2007.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

VERSIANI, Flávio Rabelo. D. João VI e a (não) abolição do tráfico de escravos para o Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 9., 2008, Nova Orleans. **Anais**... Nova Orleans: BRASA, 2008. Disponível em: <http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Flavio-Rabelo-Versiani.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

ZANINI, Walter (Org.). **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983. 1 v.

Da Proclamação da República ao Estado Novo (1889-1945)

Convite ao estudo

Olá aluno!

Nas unidades anteriores você pôde conhecer a História do Brasil Colônia e Império. Passou por temas relacionados à escravidão, à Independência e os esforços do governo brasileiro para manter a unidade política, seja apostando na figura do imperador, na adoção de determinadas políticas públicas ou ainda na repressão de revoltas e motins.

Nesta terceira unidade chegamos, enfim, ao período republicano, seu início. Da monarquia à república mudanças significativas aconteceram no país, essa unidade visa, justamente, explorar essas diferenças e, mais do que isso, pretende entender essa nova dinâmica à luz não somente do poder constituído e dos acontecimentos internacionais, mas também da história dos sujeitos subalternos, isto é, nos interessa tanto saber sobre temas relativos à história política institucional do Brasil quanto a história dos sujeitos que viveram à margem desse poder, no mais das vezes sendo afetado por eles sem, contudo, poder negociar suas existências em igualdade de condições.

Para essa unidade imaginemos que você é um professor de história de ensino fundamental. Justamente quando você está a lecionar, o momento político do país começa a preocupar seus estudantes. Muitos deles respondem com sensos comuns que colhem na mídia, opiniões emitidas gratuitamente, desprovida de conhecimento histórico mais aprofundado. Comentários muitas vezes repetidos pelos adultos mais próximos. Sua tarefa consiste, portanto, em desfazer essa sensação de imutabilidade

e impotência, conseguir demonstrar a partir desses processos históricos que as mudanças ocorrem.

Bons estudos!

Seção 3.1

Crise do Segundo Reinado e a República da Espada

Diálogo aberto

Você leciona numa escola particular de alto padrão num bairro nobre de São Paulo. A escola promove, anualmente, uma festa das nações. Nesta exalta-se, *grosso modo*, a ascendência dos alunos, que vestidos à caráter fazem apresentações de dança e culinária, mesmo que essas não necessariamente correspondam às danças e comidas provenientes das regiões que seus antepassados efetivamente vieram, ou seja, ocorre muita estereotipagem.

Quase a totalidade desses estudantes são brancos, descendentes de italianos, alemães e portugueses. Muitos poucos têm de fato algum contato com a língua desses países de origem, sendo, em alguns casos, uma referência difusa e longínqua. Exibem, orgulhosos, os símbolos eleitos como sínteses culturais desses países.

Sua tarefa aqui vai ser a de mostrar como essas identidades são construídas, como o processo de imigração nunca é pacífico ou ocorre de maneira romantizada, como teima em querer nos fazer crer novelas exibidas em horário nobre da TV brasileira; muito pelo contrário, há aí histórias que nem sempre terminaram de maneira alegre e com superação. Como professor, seu propósito aqui será, portanto, o de reposicionar narrativas simples e heroicas a fim de aproximar essas histórias de outras narrativas, com o intuito de contribuir para que os alunos comecem a descontruir o racismo e outros caracteres derivados do nacionalismo exagerado. Para isso, veremos nessa seção os primeiros anos da República no Brasil e como nesse contexto se deu a imigração estrangeira por aqui.

Vamos lá?

Não pode faltar

A Proclamação da República

A Proclamação da República, como sabemos, ocorreu em 1889, um ano após o 13 de maio. Teriam esses acontecimentos alguma

relação? Afinal não seria muita coincidência o fim do império coincidir com o final da escravidão? Com o final do cativeiro o governo Imperial perdeu, efetivamente, fôlego. Como aponta Emilia Vitotti da Costa, após a proclamação da república desenvolveu-se a explicação dos vencedores, sobremaneira com a criação de uma cronologia da república, ressignificando inclusive a inconfidência mineira (VIOTTI DA COSTA, 1999, p. 387). Há, *grosso modo*, um cabo de guerra entre monarquistas e republicanos pela disputa da memória do império, para os primeiros locais de progresso e modernização, para os segundos de retrocesso e atraso. Segundo ainda esta autora:

> **Enquanto os republicanos consideravam a República a concretização dos ideais republicanos, obra de um punhado de idealistas auxiliados pelas valorosas classes militares, os monarquistas diziam que as classes militares, impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina, haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos (VIOTTI DA COSTA, 1999, p. 388).**

O governo de Marechal Deodoro da Fonseca

Deodoro ocupou o poder por dois anos apenas (1889-1891), e o deixou após uma real ameaça bélica, os canhões do navio Aquidaban (LUSTOSA, 1989). O final dramático dá conta de demonstrar talvez sua principal marca: a instabilidade política, uma imagem bastante diferente daquela que Henrique Bernadelli tentou emplacar com uma tela (Figura 3.1), em que retrata o presidente do Brasil, marechal Deodoro da Fonseca. Longe de ser aclamado, Deodoro não era consenso nem mesmo entre os militares.

Figura 3.1 | Henrique Bernadelli. Proclamação da República, 1890. Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, RJ

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Republica1889.jpg>. Acesso em: 31 jul. 2017.

A despeito de seu histórico monarquista, Deodoro convocou um ministério repleto de republicanos históricos, são eles: Campos Sales: Ministro da Justiça; Eduardo Wandenkolk: Ministro da Marinha; Benjamin Constant: Ministro da Guerra e Instrução Pública, Correios e Telégrafos; Quintino Bocaiúva: Ministro de Negociações Estrangeiras; Aristides Lobo: Ministro do Interior; Demétrio Nunes Ribeiro: Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Rui Barbosa: Ministro da Fazenda.

Rui Barbosa funcionaria como o grande contraponto para a flagrante centralização do velho militar ex-amigo de Dom Pedro II, contudo, sua política econômica foi, digamos, equivocada. O encilhamento consistiu na impressão de papel moeda para estimular o crescimento da economia, contudo com os bancos imprimindo mais do que o necessário, a inundação de papel moeda no mercado ocasionou grave inflação.

A baixa popularidade do presidente não o impediu de convocar uma assembleia constituinte. Desse imbróglio nasceu a nova constituição de 1891. É a primeira vez que temos uma constituição com os poderes tripartite. Outra inovação diz respeito ao voto, dito "universal", embora fosse destinado apenas a homens letrados.

Da "transição" da mão de obra escrava para o trabalho livre

Por muito tempo a historiografia comprou a ideia de que 1888 de fato é um divisor de águas. Antes a maior parte do trabalho era escravo e teria passado, de um dia para o outro a ser remunerada.

A questão toda é que a partir da década de 1980 os historiadores descobriram que mesmo durante o período escravista, senhores e escravizados conviviam com o trabalho não escravo dentro dessa sociedade. Desde a lei de 1871, por exemplo, escravos poderiam pleitear na justiça a sua liberdade, mediante a apresentação de pecúlio (cujo valor era determinado pela justiça) e sob as guardas de um curador, isto é, alguém que fosse cidadão e que, portanto, pudesse exercer representação jurídica a um escravo, em tese propriedade de outrem.

O que temos na prática é a quebra do monopólio do senhor nos destinos de seus escravos, o aparecimento de redes de solidariedade entre negros, além do próprio fundo de emancipação federal. Além

disso na década de 1880 muitos senhores passaram a conceder alforrias condicionais a seus agora ex-escravos, logo, esses sujeitos não eram mais escravos, mas tinham que, em contrapartida, cumprir determinado tempo de serviço sob determinadas condições. Decerto que em ambos os lados há negociação, mas o fato todo é que em 1888 apenas 1/3 dos negros eram ainda escravizados, muito antes da assinatura da Lei Áurea esses sujeitos conviviam com o trabalho livre, posto que já estava no horizonte de possibilidades.

O 2º governo presidencial – Marechal Floriano Peixoto

O governo de Floriano Peixoto também foi curto, durou quatro anos (1891-1894). Deveres com maior estabilidade do que o de seu antecessor, embora tenha sofrido dois ataques sérios. A revolta da armada, motivacionada por grupos monarquistas dentro da marinha, e a revolução federalista, que culminou com a vitória do poder central e a rebatismo da cidade de Desterro para Florianópolis. Para alguns autores é nesse período que, curiosamente, a participação popular se faz notar, por meio de um certo "jacobinismo brasileiro" (PENNA, 1997).

Reflita

Jacobinismo é um termo que deriva, originalmente, da Revolução Francesa. Ao longo do tempo passou a significar, basicamente, posições políticas associadas à extrema-esquerda e/ou a um certo extremismo e propostas eminentemente radicais. Conforme anota João Júlio Gomes dos Santos Júnior: "O florianismo de rua equivaleria a manifestações espontâneas de grupos políticos que estavam à margem do jogo político convencional" (SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 110). O jacobinismo queria a manutenção não só do florianismo, mas de um poder militar.

A imigração estrangeira

Concomitantemente ao final da escravidão o governo brasileiro começa a discutir políticas de incentivo à imigração estrangeira. Há um grande debate durante todo século XIX que fala a respeito de uma suposta "falta de braços" na lavoura, haja vista que os negros, uma vez escravos, segundo certos teóricos, tenderiam ao não trabalho, à vadiagem, à vagabundagem. Assim sendo, trazer grupos de pessoas de países outros seria uma forma de melhorar o país inclusive geneticamente, conforme estudos científicos daquele período

(SEYFERTH apud MAIO; SANTOS, 1996).

Durante o século XIX temos algumas tentativas de introdução de grupos europeus, mas é sobremaneira a partir da abolição da escravatura que esse volume cresce de maneira bastante rápida. Itália, Portugal e Alemanha são de onde vêm a maioria desses sujeitos, sobretudo para o Sul do país. A partir de 1908 a imigração japonesa também entra no horizonte. Na década de 1920 em dois momentos entram em discussão no parlamento projetos que visavam proibir a imigração negra, em especial à afro-americana, posto que os EUA vez ou outra deixava escapar sua pretensão de exportar esses sujeitos por esses indesejados de seu território.

Pesquise mais

A imigração no Brasil ocorreu, em grande medida, entre o final do século XIX e início do século XX, privilegiando, nesse caso, países europeus tais como Itália, Alemanha e Portugal. Além disso tivemos outros movimentos imigratórios como o de japoneses, chineses e libaneses. Para conhecer um pouco mais dessa história sugerimos que visite o sítio do Museu da Imigração do Estado de São Paulo que abriga um grande acervo documental digitalizado. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/>. Acesso em: 30 jun. 2017.

O Brasil do café e a política do café com leite

O café, como se sabe, passou a ser o produto que o Brasil mais exportava ao mundo. A imigração de escravos das regiões Norte e Nordeste para o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, atendiam a essa demanda. A tese de Cláudia Viscardi (2012) põe em xeque um mito, aquele de que o Estado brasileiro durante a República Velha foi governado por uma espécie de consenso entre a São Paulo cafeeira e Minas produtora de leite. A começar pelo fato de que Minas, efetivamente, era o segundo maior produtor de café do país. Esse rodízio, por assim dizer, pressupunha negociação, muita negociação com os demais Estados, muito longe que estavam de simplesmente ocupar um lugar marginal e contentar-se por estarem definitivamente longe de gerir o poder. Segundo essa autora, na prática, esses grupos "mais se temiam do que se uniam" (VISCARDI, 2012).

Raça, imigração e políticas públicas

O período subsequente ao final do Império gerou, no campo da grande política, muita instabilidade. Isso abriu espaço para que determinados grupos levassem a cabo novos projetos de sociedade.

O Brasil (ou ao menos um Brasil burguês) queria se ver desassociado do "atraso" escravista, para isso a imigração europeia era vista como uma maneira de embranquecer a população, civilizá-la.

Esse tipo de decisão foi informada não apenas pelas próprias ideias de deputados como Fidélis Reis e tantos outros, como por uma literatura científica que cria na existência de raças humanas, povos mais e menos evoluídos, como se cultura e moralidade fossem categorias mensuráveis.

Sem medo de errar

Ao longo desta primeira seção, você pôde acompanhar um pouco mais sobre o Brasil republicano. Vimos que o final da escravidão foi um período de muita instabilidade política, afinal de contas o país mexeu na estrutura político-econômica que funcionava há mais de três séculos, certamente isso foi contrário a interesses de determinados grupos que descontentes contribuíram para o final do império.

Ao mesmo tempo corria de maneira concomitante uma série de projetos de lei que discutiam as possibilidades de se implementar a imigração de países europeus para o Brasil. Trata-se de uma ideia que não era nova, mas que com o fim iminente da escravidão tomou corpo.

Por um lado, utilizava-se o argumento de que os negros, até então forçados ao trabalho, não se adaptariam a essa nova realidade (que hoje vimos ser uma falácia). Além disso, era necessário, aos olhos de muitos dos congressistas da época, "melhorar" o país geneticamente embranquecendo-o. Assim, o governo brasileiro investiu de forma massiva em propaganda no exterior a fim de capitalizar essa força de trabalho, algo que conseguiu com muito êxito (sobretudo para a região Sudeste do Brasil).

Ao longo do tempo esses migrantes estabeleceram-se enquanto

grupo, suas gerações futuras organizaram narrativas que aos poucos transformaram a traumática experiência da imigração em outra coisa, histórias que falam sobre a superação, o esforço, a meritocracia. Essa seção serviu para mostrar que a atitude do governo brasileiro de receber esses sujeitos (traduzidas em alguns casos em uma série de benefícios jamais imaginadas para os ex-escravos e seus descendentes) permitiu que essas personagens se organizassem coletivamente e aos poucos prosperassem, seja no campo industrial, nas artes ou na vida pública e, portanto, os discursos vão sendo mudados e a história reescrita, ressignificada.

Faça valer a pena

1. A proclamação da república foi um golpe militar. Em 15 de novembro de 1889 o então Marechal Deodoro da Fonseca (um monarquista histórico) tomou as rédeas do poder executivo. As peculiaridades do ato têm a ver com as razões para seu acontecimento.
Dentre as possíveis causas para a queda do Império e a proclamação da república podemos apontar:
a) O fim da escravidão desagradou os senhores de escravo do Oeste paulista, um dos últimos sustentáculos do governo Imperial.
b) Tratou-se de um golpe eminentemente militar e que não contava, até então, com apoio de outros setores da sociedade.
c) O despotismo esclarecido de Dom Pedro II fez com que sua relação com o exército se deteriorasse ao longo do tempo.
d) A ideia de que foi uma proclamação sem sangue é falaciosa, posto que vários grupos republicanos foram reprimidos dias antes.
e) Os republicanos conseguiram a proclamação a despeito do não apoio das camadas médias urbanas.

2. A “transição” da mão de obra escrava para a mão de obra livre foi por muito tempo um marco da historiografia nacional que disserta sobre a escravidão. Hoje em dia esse termo caiu em desuso.
Em relação à “transição” da mão de obra escrava para a mão de obra livre assinale a alternativa correta:
a) Durante a escravidão muitos ex-escravos e senhores já experienciavam outras situações de trabalho para além da escravidão.
b) As continuidades entre um período e outro são muitas, trata-se de uma formalidade que torna o termo “transição” descabido. Assim como a lei de 1831, a lei de 1888 foi para “inglês ver”.
c) A mão de obra escrava foi, na maior parte dos casos, assimilada pelos ex-senhores, com a inclusão de um salário e contrato de trabalho fixo.

d) A crueza da experiência que os negros enfrentaram durante a vigência da escravidão não os preparou para competir no mercado de trabalho livre.
e) Em 1888 há uma ruptura clara, a descontinuação de todo um sistema de trabalho.

3. Sobre a imigração é correto afirmar que:
a) A imigração ocorreu devido à falta de trabalhadores, portanto, parte da necessidade de aumentar a oferta de mão de obra.
b) Ganhou fôlego no início do século XIX, sobretudo para os estados do Sul e do Sudeste.
c) Foi um processo conduzido pela classe senhorial, com a promoção de propaganda no exterior, sem quaisquer interferências estatais.
d) Independentemente da nacionalidade, o Estado brasileiro tinha uma política de acolhimento bastante democrática.
e) O Brasil importou o mesmo número de imigrantes quanto o número de escravos acumulados nos três séculos anteriores.

Seção 3.2

A República café com leite

Diálogo aberto

Nosso objetivo nesta unidade é que consigamos compreender o período que vai da Proclamação da República ao Estado Novo, passando por todas as alterações que tivemos nos campos social, político, cultural e econômico. Nesta seção insistiremos nesses pontos. Não esgotaremos esses tópicos, evidentemente, pela complexidade que os envolve, mas de toda maneira é válido salientar como esperamos conseguir dar conta das principais questões que ajudarão o aluno a ter uma visão menos superficial sobre o período abordado.

Você é um historiador e está num grupo de conversa com uma série de amigos não historiadores. A certa altura alguns deles começam a reclamar da situação política do país e a dizer que o Brasil é o pior país do mundo, que não tem "cultura" etc., mas algo realmente incomoda seu ouvido: dizer que os brasileiros são apáticos. Para além da série de clichês a qual Nelson Rodrigues denominou "complexo de vira-latas", se há uma coisa que não houve na história do Brasil foi apatia, muito pelo contrário. De modo geral olhamos para o contexto europeu com admiração, afinal tiveram grandes revoluções, como se ele fosse o correto, e o percurso explicasse a situação econômica e geopolítica atual.

A história do Brasil é um vai e vem de revoltas, levantes não raramente reprimidos com uma violência assustadora pelo poder constituído. Da revolta dos malês a Canudos. Como você explicaria para esses amigos que embora seja um país cheio de problemas tomar a Europa como parâmetro não só não faz sentido lógico (posto que cada país, cada grupo ou povo possuem as suas respectivas histórias, não há um caminho "correto" a se seguir) como é um argumento perverso. Você se lembra que está lecionando história do Brasil república para seus alunos e pensa em trazer um pouco do conteúdo dessa aula para a conversa, mesmo que num tom informal e menos professoral, já que está entre pessoas queridas. Como você reagiria? Que argumentos acredita que poderia tecer para convencê-los? Ao

longo desta seção veremos conteúdos que o auxiliarão a responder essas questões com mais propriedade.

Não pode faltar

A *Belle Époque* no Brasil

O período a que convencionamos chamar de *Belle Époque* refere-se a uma faixa de tempo um pouco anterior à primeira grande guerra em que a sociedade francesa viveu um período de experiências estéticas bastante intensas, seja no campo das artes visuais, da literatura ou da arquitetura. No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, coincide com o final da escravidão. A incipiente burguesia brasileira mirava a França e a partir daí tentava emplacar uma capital renovada, sem "atrasos" e o ranço escravista. Para isso o governo federal propôs modificações estruturais capitais nessa cidade, "botando abaixo" parte da cidade colonial, expulsando ex-escravos e seus descendentes dos centros urbanos, a era das demolições, enfim. A administração do prefeito Pereira Passos foi salutar para que isso se desenvolvesse. Inspirou-se nas modificações que o prefeito Haussmann havia feito em Paris (ROCHA, 1995). Seria Pereira Passos um Haussmann tropical (BENCHIMOL, 1992).

Um dos maiores aliados do governo nessa empreitada era o discurso científico, mais precisamente o saber médico personificado na figura dos higienistas. Quem eram esses sujeitos? Basicamente cientistas que gozavam de prestígio social, graças aos anos de estudo dispensado ao estudo de determinado tema, conseguiam ter força política para que seus escritos tivessem consequências práticas na vida das pessoas comuns. A grande questão é que o discurso científico não é neutro e desapaixonado, muito pelo contrário. Esses doutos senhores brancos determinavam as políticas públicas sob alegações pretensamente verdadeiras e incontestes, mas que na prática contribuíram para a marginalização dos mais pobres e para a criminalização de seu comportamento, entenda-se que, nesse caso, as pessoas mais afastadas eram os negros.

Lima Barreto chegou a escrever numa crítica que esse Rio de Janeiro novo queria ser Buenos Aires, branca e asséptica. Se queria "sem pretos".

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos (BARRETO, 1915).

É valido ressaltar que, ao mesmo tempo que havia esse Brasil branco, educado e higienista havia um outro que, mesmo que à revelia, tentava se fazer ver. É nesse mesmo período que outros símbolos nacionais como o samba e o chorinho são criados. O samba em especial foi bastante perseguido sendo que na década seguinte passou a sintetizar, curiosamente, as dores e as delícias da epopeia nacional. Foi assim que se criaram as "favelas". O nome aliás vem de um morro, o morro da favela, também chamado de morro da previdência. A expulsão dos pobres, em especial dos negros, dos centros urbanos os levou a ocupar espaços marginalizados da sociedade, cada vez mais longe dos olhos e narizes de uma burguesia que queria, definitivamente, enterrar seu passado escravista, ao menos nas aparências (CHALHOUB, 1996).

O Movimento Operário brasileiro

A história do movimento operário é a história da luta dos trabalhadores pelos seus direitos, a assertiva pode parecer clichê, mas isso não a faz menos verdadeira. Trata-se de uma definição que já está presente em Marx e na literatura marxista que busca analisar o surgimento da classe operária. Segundo Cláudio Batalha, devemos, antes de mais nada falar em classes operárias, haja vista a diversidade que marca essas categorias, empiricamente verificável pela historiografia pertinente ao tema (BATALHA, 2000).

Mas quando esse teria começado? O aluno deve estar se indagando. Bom, é difícil apontar origem em movimentos sociais. A historiografia, digamos, mais tradicional, num primeiro momento apostava na imigração europeia como um marco central. Por certo

tempo a historiografia brasileira do movimento operário enfatizou a chegada desses sujeitos como algo de fundante nessa história, isto é, apenas com a imigração em massa teríamos sujeitos esclarecidos e com experiência social compatível para construir um movimento operário, ainda que à brasileira. Entretanto, nas últimas duas décadas temos visto surgirem trabalhos que flexibilizam um pouco essas ideias (VELASCO E CRUZ, 2010).

Hoje, felizmente, pensa-se o movimento operário como mais dinâmico e nuançado, e não mais preso à ideia empiricamente insustentável de que apenas europeus por terem passado por experiências muito específicas eram capazes de adquirir uma consciência de classes e se organizar em torno de uma casa, até porque como temos visto durante esse curso, a historiografia da escravidão também tem mostrado que a escravidão, embora cruel e impiedosa, não tinha a capacidade de transformar os indivíduos em seres anômicos. Muito pelo contrário, os indivíduos traçavam suas próprias estratégias de resistência e agência, a despeito das condições precárias que encontravam para o trabalho, o convivo social, a repressão de suas formas de lazer, organização política, enfim, a vida de uma maneira geral.

Reflita

De modo geral, costumamos a pensar que o trabalhador é apenas aquele que está dentro das fábricas, fazendas e que responde a um patrão, contudo nos esquecemos das situações de trabalho informal. Lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, vendedoras de quitutes, jornaleiros etc. Dada a precarização do trabalho esse tipo de atividade costuma ser muito comum no Brasil. Há uma pintura de Gustavo Dall’Ara que nos ajuda a enxergar essa questão.

Figura 3.2 | Gustavo Giovanni Dall'Ara. Rua 1º de Março, 1907. Óleo s/tela. 118 X 98,5 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gustavo_Dall%27Ara_-_Rua_1%C2%BA_de_Mar%C3%A7o.jpg>. Acesso em: 5 jul. 2017.

Greves e Revoltas

As greves e revoltas são uma constante e designadas pela situação política, seja pela observação de certa instabilidade, pela deflagração de uma revolta numa situação limite pela sobrevivência etc. É uma história muito diferente daquela que nos acostumamos a ver nos livros didáticos, ou ainda ouvimos fora da academia, de que o Brasil é um país apático, uma sociedade cordial (nesse caso uma má interpretação do conceito proposto por Sérgio Buarque de Holanda).

Uma forma interessante de pensar na articulação desses movimentos é olhar para os grandes momentos de tensão, como as greves operárias. A mais famosa, certamente, é a de 1917, seja pelo seu alcance, durabilidade, êxito e memória eleita pelo operariado nacional. Trata-se de uma greve sem precedentes na história brasileira. Tratou-se de um movimento político em que participaram ativamente trabalhadores do setor industrial e comerciário, com forte inspiração anarquista. Havia sérias questões materiais que justificavam seu avanço e êxito: a alta da inflação e o consequente arrocho salarial. Não nos esqueçamos, também, que no pano de fundo internacional eclodia a Revolução Russa. Cerca de 70 mil trabalhadores paralisaram suas atividades por dois meses, o que levou ao patronato reconhecê-los como sujeitos interlocutores legítimos e a ceder parte de suas exigências, por exemplo, o aumento salarial imediato. Podemos citar ainda como outros exemplos de revolta: Revolta de Boa Vista (1892-1894), Revolta da Armada (1893-1894), Revolução Federalista (1893-1895), Guerra de Canudos (1893-1897), Revolta da Vacina (1904), Segunda Revolta de Boa Vista (1907-1909) Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912-1916), Sedição de Juazeiro (1914), Greves Operárias (1917-1919), Revolução Libertadora (1923), Revolução de 1930.

A Guerra de Canudos é um bom exemplo de movimento insurgente que anuncia o descontentamento de uma boa parcela da população com a situação de marginalização social e desesperança as quais foram submetidas, ao mesmo tempo o empenho das tropas oficiais para suprimir esse movimento dá o tom de como o Estado brasileiro sentia-se ameaçado por movimentos sociais de contestação.

Euclides da Cunha fez uma cobertura jornalística/sociológica que pode ser vista no seu grande clássico Os Sertões. Trata-se, por sinal, de uma das grandes sínteses que a massa crítica brasileira vai produzir nesse período acerca do que viria a ser o povo brasileiro, sua cultura e seus dilemas. Texto original disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00451800#page/1/mode/1up>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Sobre Canudos veja DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras movediças**: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos. São Paulo: Hucitec, 2007.

E o site da UNEB que fala sobre o Parque Estadual de Canudos. Disponível em: <http://www.uneb.br/canudos/parque-estadual-de-canudos-pec/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Tenentismo

Outro tópico importante sobre o período é o tenentismo. Seja por sua peculiaridade ou ainda pela sua forte penetração no tecido social. Em dados momentos mobilizou as massas de uma maneira bastante eficiente, envolveu pessoas que, historicamente, não tinham uma participação política tão ativa quanto no desenrolar desse movimento, ou melhor dizendo, movimentos, no plural, posto que é heterogêneo e espaçado no espaço e no tempo. O tenentismo é uma história à parte dentro das revoltas que acabamos de elencar. Ela englobou uma série de revoltas que são, fundamentalmente: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus, e também em 1924 e a mais famosa: Coluna Prestes.

Grosso modo, todas aconteceram por meio das mãos de jovens militares insatisfeitos com a situação política do país. Esse movimento começa no contexto da república velha e vai se estender para as décadas seguintes. Se os três primeiros são, propriamente, episódios mais ou menos pontuais, a Coluna Prestes foi seu exato oposto. Durou cerca de três anos, consistiu, basicamente, numa marcha pelo interior do Brasil. Uma marcha cujos principais componentes eram militares e que visava a denúncia da pobreza e da marginalização, arregimentar pessoas para combater o poder centralizador das oligarquias. Luís Carlos Prestes foi seu líder maior e principal personagem, o "cavaleiro da esperança", como ficou conhecido.

Assimile

A Revolta da Chibata foi um motim liderado por João Cândido, um negro da marinha brasileira que ajudou a dar voz a reclamações comuns a seus pares, isto é, propuseram que a marinha repensasse as práticas racistas que fazia com que marinheiros negros (em sua maioria de baixa patente) recebessem castigos físicos propostos por oficiais brancos. Como consequência, após muita negociação os revoltosos tiveram suas reivindicações atendidas com uma nova legislatura e sua anistia.

Sobre João Cândido e a construção de sua memória veja:

ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 61-84, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/263/26319123004/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

A Semana de Arte Moderna de 1922

Aqui chega o momento em que vamos discutir um movimento artístico, mas que, efetivamente estava tentando empreender uma narrativa sobre o Brasil. Seja na maneira de se contar a sua história ou ainda nos caminhos que propunham que os brasileiros deveriam percorrer para se chegar a uma sociedade renovada, que deixasse para trás as mazelas de séculos de escravidão. Trata-se, portanto, também de uma maneira de se fazer política, num sentido menos estreito do que normalmente temos do que viria a ser a atividade política. Já dizia Lukács (2003) certa vez, que as mudanças nas estruturas formais são onde encontramos as efetivas revoluções sociais.

A semana de arte moderna de 1922 foi um evento artístico vanguardista empreendido por pintores, escultores e escritores paulistas. Esse grupo, de maneira geral, propunha que a arte brasileira necessitava de uma guinada para conseguir compreender o Brasil de maneira mais própria, isto é, deveria abraçar as suas peculiaridades. Propunham, dessa maneira, uma remodelagem em todos os sentidos, da linguagem ao conteúdo, sendo nesse caso os dois vistos como matérias inescapavelmente imbricadas. De certa maneira é a negação de tudo que a burguesia carioca da Belle Époque tentava empreender na capital federal. Seus nomes mais importantes foram Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Graça Aranha e Oswald de Andrade. A reação da mídia, de maneira geral, foi bastante crítica, no entanto ao longo do tempo o evento começou a ganhar importância dada a consolidação dessa, digamos, maneira de se ver e fazer arte. Não por acaso, e veremos mais adiante nas seções futuras, a Tropicália, foi bastante influenciada por figuras como Oswald de Andrade.

Figura 3.3 | Mário de Andrade (sentado), Anita Malfatti (sentada, ao centro) e Zina Aita (à esquerda de Anita), em São Paulo, Brasil, 1922. Prefeitura de São Paulo

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arte-moderna-1922.jpg>. Acesso em: 5 jul. 2017.

Pesquise mais

A vanguarda modernista vai além do evento em si, em princípio com pouco eco dentro de seu próprio contexto, contudo, quando avançamos no tempo sua influência nas letras e nas artes visuais é inegável. Dessa maneira essa vanguarda tornou-se paradigma na arte brasileira, seja para reforçar suas propostas ou simplesmente para negá-las e eventualmente abandoná-las. Isso posto julga-se que a leitura do Manifesto Antropófago é essencial para a compreensão do espírito da época:

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto antropófago e manifesto da poesia pau-brasil**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Veja também o manifesto que o diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa fez a respeito do modernismo de Oswald, recuperado no contexto da ditadura militar no ano de 1967.

CORRÊA, José Celso Martinez. **O rei da vela**: manifesto do Oficina. 1967. Disponível em: <https://artesescenicas.uclm.es/archivos_subidos/obras/1510/oreidavela.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

E por fim convidamos o leitor a visitar um texto fundamental para a análise das artes plásticas da semana de 22, refiro-me, nesse caso ao trabalho de Aracy Amaral.

AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na semana de 22**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

A crise da república café com leite

Como vimos no começo dessa seção, a ideia de café com leite é um tanto quanto falha, contudo a expressão foi consagrada pela historiografia como o momento de revezamento entre os governos paulistas e mineiro na sucessão presidencial. A ruptura nesse evento, seria, portanto, ocasionada em função do rompimento desse acordo tácito, posto que Washington Luís faz Júlio Prestes seu sucessor. Logo, Minas se alia ao Rio Grande do Sul formando a Aliança Liberal que lança a candidatura de Getúlio Vargas. Desse conflito inicia-se a revolução de 1930, mas esse é um assunto que veremos com mais vagar na próxima seção.

Sem medo de errar

Como vimos ao longo desta seção, o período subsequente ao final da república dos marechais é ainda marcado por certa instabilidade. Como pudemos acompanhar há uma série de grupos e movimentos insurgentes, movimentos desgostosos dos rumos que a política nacional tomava, ávidos pela descentralização da ordenação da vida pública. Isso é a maior prova de que, a despeito do que recomenda o senso comum, o brasileiro não é passivo e ignora os problemas que o afligem, pelo contrário.

Da revolta da chibata ao movimento modernista, passando pela coluna prestes, tratava-se, fundamentalmente, de brasileiros que estavam descontentes com algo e resolveram agir. Cada qual sofreu as suas respectivas consequências, mas fizeram ouvir a sua voz, seja João Cândido fazendo a marinha extinguir os castigos físicos, os Modernistas reinterpretando o Brasil a partir de um prisma original, ou ainda, Prestes com o seu sem número de arregimentados que cruzaram o país tentando modificá-lo e espalhando esperança e o desejo de dias melhores.

Trata-se, evidentemente de um Brasil muito mais nuançado e problemático do que poderíamos supor anteriormente, pelo senso comum. Quando for descontruir esse discurso detalhe esses eventos, que normalmente são vistos como peculiaridades que não influenciam no todo. Pode ser por meio de um quadro produzido pelos modernistas, um trecho do livro de Euclides da Cunha, um trecho de o Rei da Vela de Oswald etc.

Faça valer a pena

1. A *Belle Époque* no Brasil foi um período de mudanças, sobretudo no Rio de Janeiro, a então capital federal. A partir de seus conhecimentos sobre esse período observe as alternativas que lhe parecerem mais pertinentes.
Dentre essas mudanças podemos destacar:
a) A consolidação de uma arquitetura com inspiração na Bauhaus.
b) A reestruturação urbana inspirada na experiência francesa.
c) A preservação da cidade colonial como um apego às raízes fundantes do nacional.
d) A criação de uma linguagem artística ensimesmada nas contribuições de portugueses, indígenas e africanos.

e) A influência de Turim como grande modelo.

2. O trovador Sentimentos em mim do asperamente dos homens das primeiras eras...
As primaveras do sarcasmo
intermitentemente no meu coração arlequinal...
Intermitentemente... Outras vezes é um doente, um frio
na minha alma doente como um longo som redondo...
Cantabona! Cantabona!
Dlorom...
Sou um tupi tangendo um alaúde!
(ANDRADE apud MANFIO, 2005).
O texto de Mário de Andrade evidencia:
a) Intenso diálogo com as matrizes culturais africanas.
b) Há aí a síntese do brasileiro (alaúde) / (tupi).
c) Dialoga com o modernismo europeu, sobretudo o pós-impressionismo.
d) A poesia evoca o romantismo do século XIX.
e) O termo arlequinal nos remete ao carnaval, marca da brasilidade.

3. "O tenentismo vinha preencher o vazio deixado pela falta de lideranças civis aptas a conduzirem o processo revolucionário brasileiro que começava a sacudir as já caducas instituições políticas da República Velha." (PRESTES, 1995, p. 73).
A partir da leitura do texto podemos afirmar que:
a) O tenentismo foi uma resposta à instabilidade política que tomava conta do país.
b) Tratou-se de um movimento de esquerda que visava a tomada do poder de maneira democrática.
c) O tenentismo queria dialogar com os queremistas.
d) O êxito do tenentismo foi ter ajudado a derrubar as oligarquias de poder.
e) A baixa adesão ao movimento decretou seu fim.

Seção 3.3

Governo Vargas

Diálogo aberto

No início desta unidade tínhamos por intenção ver a história de diferentes ângulos, pontos de vista múltiplos. Como mencionado, focaremos na abordagem das consequências sociais negativas de uma sociedade que promove a desigualdade, visto que nos ensina sobre as lutas e demandas de outros tempos, além de nos ajudar a interpretar a realidade de maneira diferente. Trataremos aqui de um tema espinhoso, pois questionaremos uma visão de mundo que fragiliza a pluralidade, seja de ideias, de partidos, de pessoas etc. Assim sendo, considere a seguinte situação.

Você é um professor de ensino fundamental e a escola promove uma "semana de história". Um dos pontos altos dessa atividade é uma festa em que as crianças se travestem de "personagens históricas importantes". Você é convidado para julgar essas fantasias quando se depara com uma situação constrangedora. Um grupo de alunos está fantasiado de integralistas, isto é, um movimento brasileiro de inspiração fascista do início do século XX. Alguns pais mais informados sobre a situação mostraram-se estarrecidos e você é chamado a fazer uma fala de intervenção para acalmar os ânimos.

Há projetos de lei que determinam a total isenção de opinião de professores em sala de aula. No entanto, não se constrói competência crítica sem debates entre ideias contrapostas, sem análise de argumentos contrários e favoráveis. Supõe-se, erroneamente, que possam existir discursos imparciais, confundindo, muitas vezes, parcialidade com proselitismo, que se define pela tentativa de converter uma ou várias pessoas em prol de determinada causa, doutrina, ideologia ou religião. Tal termo também tem sido usado como sinônimo de "doutrinação. Há toda uma mobilização de profissionais de educação que visa levar esse debate a público para esclarecer que a ciência, em especial as ciências humanas, não são um emaranhado de achismos, se não se produz a "verdade", tal qual acreditavam os positivistas, aqueles que colecionavam fatos a fim de chegar à verdade, há nesse campo método, rigor acadêmico e

especialmente debate de ideias, observação empírica na tentativa de entender o mundo ao nosso redor.

Ciente disso, como você encararia esse desafio? Como explicaria para esses pais e alunos que a celebração do movimento liderado por Plínio Salgado não está no mesmo patamar de outras ideias e/ou movimentos políticos ali presentes sem correr o risco de ser acusado de ser um "doutrinador comunista"?

Não pode faltar

A "Revolução" de 1930

A chamada "Revolução" de 1930 consistiu num movimento militar e armado organizado pelas províncias de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Como consequência tivemos o golpe que depôs Washington Luís por meio de uma junta militar. Após a conturbada eleição e a vitória de Júlio Prestes, candidato do PRP, sobre Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal, a morte de João Pessoa (então candidato a vice pela chapa da aliança liberal).

Esse é, *grosso modo*, o pano de fundo do evento. Na historiografia pertinente ao tema, contudo, nas interpretações mais coladas temporalmente ao evento temos, basicamente, duas correntes: na primeira delas essa seria uma proposição das classes médias, isto é, teria sido motivada por questões de ordem econômica; por outro lado há ainda uma corrente que entende que esse evento foi uma disputa política no seio da burguesia com a ascensão de uma burguesia industrial que passa a compor o Estado (FAUSTO, 1970). Para Boris Fausto os militares ajudaram a golpear a burguesia cafeeira, até então, no seu entender, hegemônica.

Há ainda outros autores como Vesentini e Decca que demonstram como o processo histórico a que chamamos revolução de 1930 é uma construção histórica, uma memória forjada pelos vencedores desse processo que criaram um discurso engessado que desconsidera o que veio antes, os processos concorrentes e ainda se pretende influenciar *ad infinitum*, ainda que por contaminação, o que está por vir. Essa era uma preocupação manifesta dos ditos agentes da revolução, segundo esses autores: "O discurso advindo de alguém intimamente relacionado com o exercício do poder ao mesmo tempo em que sugere a memória histórica também é parte do fazer da histórica" (VESENTINI; DECCA, 1976).

O Primeiro Governo Vargas

O período que marca o primeiro Governo Vargas vai de 1930 até 1934, quando então o chefe do governo provisório é precedido de uma eleição indireta prevista na constituição de 1934, que viria substituir a constituição de 1891 revogada assim que Washington Luís foi destituído do poder.

Já no seu primeiro mandato Vargas mostrou-se interessado, portanto, em diversificar a economia a partir da construção das indústrias de base, do nacionalismo econômico e de um diálogo muito próximo com as classes populares. Franklin Delano Roosevelt, presidente norte-americano, esteve no país, mas Vargas procurava não um alinhamento direto, mas antes construir diversas possibilidades de diálogo, em todas as frentes possíveis. O país, efetivamente, passou por uma série de modificações. Afinal, a burguesia cafeeira não estava mais no poder, não ao menos como chefe condutora. Pode-se dizer que uma das grandes habilidades do governo Vargas foi, por um lado, associar-se com essa dita burguesia industrial, que possibilitou a efetiva criação de um parque industrial até então inexistente no país e diversificando a economia, por outro há uma negociação da sua imagem diante das classes trabalhadoras, haja vista que por ser um governo formado a partir de um golpe, portanto, sem legitimidade política, criam e divulgam uma narrativa que visa convencer as pessoas (em especial a classe operária da sua mais absoluta necessidade e importância histórica (FERREIRA, 1990). Uma grande prova de sua capacidade de dialogar com a sociedade é a inclusão do voto feminino na constituição de 1934.

A "Revolução" de 1932

A Revolução de 1932 ou ainda revolução constitucionalista foi uma resposta de certos setores da sociedade paulista à revolução de 1930. Mais especificamente à ausência de uma constituição, posto que, como mencionado anteriormente, entre 1930 e 1934 não havia exatamente uma constituição. O movimento de 1932 tinha essa questão como foco central. Em maio daquele ano houve um conflito na praça da república, na capital paulista, em que quatro rapazes acabaram morrendo. As siglas das iniciais desses moços formavam M.M.D.C (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) e foi adotada por um movimento clandestino. São Paulo cria que as elites políticas de

outros Estados descontentes com a ditadura iriam aderir a revolta com armas, o que de fato acabou não acontecendo. O governo federal, por seu turno, resolveu atacar as fronteiras de São Paulo a fim de suprimir essa revolta ainda em seu início. Ela só teria final três meses depois, após a rendição do exército constitucionalista.

Reflita

Figura 3.4 | Cartaz convocando jovens paulistas para a revolução de 1932

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cartaz_Revolucion%C3%A1rio.jpg>. Acesso em: 15 jul. 2017.

O cartaz da Figura 3.4 mostra o exército constitucionalista convocando os paulistas à luta pela deposição de Getúlio Vargas e à formação de uma constituinte. Ele guarda semelhanças importantes com uma peça publicitária norte-americana de guerra, que por sinal inspira-se em uma peça publicitária inglesa. Contudo, no caso brasileiro, não há uma figura representativa como Tio Sam ou o próprio Lord Kitchener. Aqui o soldado paulista genérico, portanto, despersonalizado, nos aponta tendo a bandeira paulista ao fundo. Mais do que dizer que o governo paulista precisa desses sujeitos a frase mandatória dá conta de lembrar o espectador de que se trata de um dever, flertando, portanto, com o nacionalismo.

Tio Sam apontando para o espectador como parte do esforço do governo dos Estados Unidos para recrutar soldados durante a Primeira Guerra Mundial, com a famosa lenda "Eu quero você para o Exército dos EUA", 1917.

Figura 3.5 | Tio Sam apontando para expectador

Fonte: Lynchburg Museum System. Domestic Propaganda in World War 1, dec., 8, 2014. <http://www.lynchburgmuseum.org/blog/2014/12/8/domestic-propaganda-in-world-war-1>. Acesso em: 15 jul. 2017.

Figura 3.6 | Alfred Leete (1882-1933). Britânicos (Kitchener) precisamos de você. 1914 (reimpressão), 74 X 50 cm. (Slg.Nr. 552)

Fonte: <https://goo.gl/FJcKiv>. Acesso em: 15 jul. 2017.

Integralismo

É difícil falar sobre esse período sem mencionar o integralismo, um movimento ultraconservador de extrema direita. Interessante pensar que ele nasce no mesmo período em que o Nazismo crescia na Alemanha assim como o partido Fascista na Itália, muito embora não nutrissem simpatia por esses movimentos, posto que pregassem o nacionalismo e a necessidade da existência de um governo que partisse necessariamente da história e contexto brasileiros, sem espelhamentos e adaptações, com um Estado forte. O integralismo teve milhares de adeptos e participou ativamente da vida política do país durante o governo Vargas, sendo que apenas em 1938 eles romperiam com o então presidente. Eram pejorativamente chamados de "galinhas verdes" pela esquerda. Vejamos a seguinte citação:

Além dos seus efeitos evidentes dentro da coletividade italiana, a ação do Fascismo e do antifascismo italianos no Brasil teve consequências de importância também para a sociedade que hospedava tais imigrantes. De fato, as tensões surgidas na colisão do nacionalismo italiano e do brasileiro, a intensa batalha de propaganda travada pelas grandes potências no Brasil dos anos 30, e vários outros pontos demonstram que a questão do fascismo italiano no Brasil nunca foi restrita às fronteiras da comunidade italiana e nem mesmo, na realidade, às fronteiras brasileiras, sendo sempre uma problemática completamente transnacional (BERTONHA, 2001, p. 98).

O texto de Bertonha mostra como havia uma conexão muito próxima à ascensão do fascismo na Itália. A adoção de símbolos nacionais, invariavelmente, é um discurso conservador que se quer único e verdadeiro. A postura política desse nacionalismo se pretende imparcial, como se a ideia de nação não fosse uma construção, uma escolha que visa exaltar esse ou aquele traço identitário de um povo.

2° Como entendemos a Nação Brasileira

A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de

seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os congressos Provinciais elegem o governador da Província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha (INTEGRALISMO, 2017, p. 1).

O excerto acima é um trecho do Manifesto Integralista. Dentre seus líderes tínhamos a figura de Plínio Salgado. Tratou-se de um movimento fascista com diálogos muito próximos daquilo que estava ocorrendo na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. A oposição entre integralistas e comunistas (na maior parte do tempo na clandestinidade) foi a grande questão política que dominava as paixões e os discursos durante os anos do governo Vargas.

A polícia política de Vargas monitorava debates políticos. Para uma apreciação sobre o tema vide:

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. **Estudos históricos**, n. 22, p. 379-288, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2074/1213>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Garantias trabalhistas durante o varguismo

As garantias trabalhistas, como mencionadas anteriormente, consistiam numa forma de negociar com os trabalhadores fazendo parecer que está outorgando. Diferentemente de alguns presidentes da república velha, Vargas não parecia estar disposto a esperar os trabalhadores se organizarem e demandar direitos por meio de greves e afins.

Foi no governo Vargas, por exemplo, que a consolidação das leis trabalhistas (CLT) foi criada. Uma legislação que passou a organizar a relação entre patrão e empregados, rompendo com o paternalismo tradicional imperante, até o momento, nas relações de trabalho no Brasil, sendo nesse caso o agente a mediar essa relação. Segundo Schwarcz e Starling:

> **Numa (das partes da proposta), (Vargas) criou as leis de proteção ao trabalhador – jornada de oito horas, regulação do trabalho da mulher e do menor; lei de férias, instituição da carteira de trabalho e do direito a pensões e à aposentadoria. Na outra, reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado – sufocou, com particular violência, a atuação dos comunistas. Para completar, liquidou com o sindicalismo autônomo, enquadrou os sindicatos como órgãos de colaboração com o Estado e excluiu o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios da legislação protetora do trabalho (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).**

Intentona Comunista

Em 1935, o PCB, sob comando de Luís Carlos Prestes numa frente com a então Aliança Nacional Libertadora (uma frente de esquerda que congregava comunistas, operários, intelectuais e alguns tenentes) intentaram um golpe contra Vargas. Luís Carlos Prestes – o mesmo da coluna Prestes que vimos em seções anteriores. O grupo chegou a se pronunciar na câmara em 1935 revelando que entre suas propostas estava: a reforma agrária, nacionalização da indústria e a suspensão do pagamento da dívida externa. Nesse mesmo ano Prestes foi aclamado líder do movimento e voltou ao país, clandestinamente, de uma temporada que vivera na União Soviética. Vargas tornou a organização clandestina com base na Lei de Segurança Nacional. Em Natal ocorreu o levante de maior sucesso, com os revoltosos chegando a dominar o governo por 4 dias, contudo esta foi facilmente repreendida. A consequência direta disso foi o fechamento do regime e a transformação do governo Vargas, uma vez mais, numa ditatura, com a revogação da constituição de 1934 (aquela supostamente inspirada na Carta del Lavoro italiana).

Assimile

A CLT geralmente é associada à carta del lavoro italiana. Veja essa entrevista do historiador Fernando Teixeira na qual ele contesta essa origem. ORSI, Carlos. **Militares e empresários minaram Justiça no golpe, demonstra livro**. Jornal da Unicamp, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/02/16/militares-e-empresarios-minaram-justica-no-golpe-demonstra-livro>. Acesso em: 17 maio 2017.

O Estado Novo

Em 1937 Vargas deu um golpe de estado (o segundo) e fundou um novo governo sob a égide de uma nova constituição (redigida ainda em 1937). Mais do que representar um partido, Vargas era personalista. Ele é geralmente associado ao populismo, termo, aliás, pouco esclarecedor, uma vez que cada contexto em que o termo é utilizado é particular o suficiente para se falar em outro tipo de populismo. Como características principais desse governo vemos o nacionalismo, centralização, personalização da política. Em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é criado. No texto dessa constituição há o seguinte trecho: "Às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e do extremamento de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil." A tortura e a perseguição política, portanto, tornam-se *modus operandi*.

Sobre a constituição temos que ela foi inspirada no modelo polonês, daí o apelido de "polaca". Tratava-se de um documento extremamente autoritário.

Exemplificando

Um exemplo de como Vargas negociava, na maior parte do tempo, com as forças sociais está no fato de que pessoas como Carlos Drummond de Andrade fizeram parte do governo. O poeta mineiro (que era comunista) esteve junto ao gabinete de Gustavo Capanema, então ministro da educação até 1945.

Sem medo de errar

Nesta seção vimos que o período que vai de 1930 e 1945 foi extremamente conturbado, com reviravoltas importantes e, no mais das vezes, com a vitória das forças conservadoras. Vimos que havia uma polarização política entre comunistas e integralistas, contudo, diferentemente do que recomenda o senso comum, não se tratavam de forças equivalentes. Ser comunista, liberal, neoliberal, anarquista, socialista, socialdemocrata etc., são posicionamentos políticos, visões de mundo, formas de organizar grupos humanos em torno de uma ideia, ponto ou princípio. Em essência, o integralismo é tudo menos isto, logo quando você, eventualmente, advertir o aluno não será pelo seu posicionamento político, mas antes porque defender o integralismo é justamente defender a não política, o fascismo, a repressão e a intolerância. Não é razoável que um grupo de crianças se fantasie dessa maneira com essas alegações e cabe ao professor ajudar a descontruir essa ideia.

Para além do conservadorismo, os integralistas defendiam partido único, ideias únicas e poucas e a aniquilação do contrário. Nessas condições chamar a atenção dos alunos para esse tipo de situação é um dever. Fica a sugestão de que, diante dessa situação, você promova uma discussão pública em que essas ideias sejam esclarecidas, com todos alunos e pais de alunos, mostrando o que, efetivamente, cada uma dessas ideologias prega para além do senso comum e de achismos.

Faça valer a pena

1. Dentre os principais motivos para a eclosão da revolução de 1930 podemos elencar:

a) O alinhamento do governo federal com a URSS.
b) Descontentamento das classes populares com as leis trabalhistas.
c) Uma quebra na aliança política até então firmada entre São Paulo e Rio de Janeiro.
d) O alinhamento da Aliança liberal com o PRP.
e) Enfraquecimento da burguesia cafeeira paulista.

2. A revolução de 1932 tinha como demanda principal:
Assinale a alternativa correta:

a) O constitucionalismo.
b) O parlamentarismo.
c) O republicanismo.
d) A democracia.
e) A exigência de novas eleições.

3. O Integralismo foi um movimento de massa, com milhares de aliados no Brasil de Getúlio. Embora não fizesse parte do governo de maneira oficial, teve influência na sua administração até o seu rompimento.
Sobre esse movimento, o Integralismo, é correto afirmar que:
a) Era um movimento que propunha a democracia como um bem fundamental.
b) Era uma ideologia totalitária com inspiração no fascismo e no nazismo.
c) Era um movimento de centro que pendia para o governo que melhor atendesse seus interesses econômicos mais imediatos.
d) Tinha como principais adversários políticos o Partido Democrático.
e) Defendia a internacionalização da economia.

Referências

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na semana de 22**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

ANDRADE, Mário de. In: MANFIO, D. Z. (org.). **Poesias completas de Mário de Andrade**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2005.

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto antropófago e manifesto da poesia pau-brasil**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BARRETO, Lima. **Vida urbana**. 26 de janeiro de 1915. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BATALHA, Cláudio de M. **O movimento operário na primeira república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BERTONHA, João Fábio. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 98, 2001.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

______. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORRÊA, José Celso Martinez. **O rei da vela**: manifesto do Oficina. 1967. Disponível em: <https://artesescenicas.uclm.es/archivos_subidos/obras/1510/oreidavela.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 39, set./dez. 2008.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 1970. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 180-195, 1990.

FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro et al. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

INTEGRALISMO. **Manifesto integralista**. 7 out. 1932. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=75>. Acesso em: 15 jul. 2017.

LUCA, Tania R. de. República velha: temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando T.; NAXARA, Márcia R.; CAMILOTTI, Virgínia. **República, liberalismo, cidadania.** Piracicaba, SP: Ed. da Unimep, 2003.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUSTOSA, Isabel. Humor e política na primeira república. **Revista USP**, out./nov. 1989.

MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro. **Estudos históricos**, n. 22, p. 379-288, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2074/1213>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA, André Cortes de. **Quem é a gente negra nacional?** Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2006.

ORSI, Carlos. **Militares e empresários minaram Justiça no Golpe, demonstra livro**. Jornal da Unicamp, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/02/16/militares-e-empresarios-minaram-justica-no-golpe-demonstra-livro>. Acesso em: 17 maio 2017.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da ordem**: o florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PEREIRA, Leonardo A. M. **As barricadas da saúde**: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PRESTES, Anita. **A coluna prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação, 1995.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos. Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na república velha. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 89-106, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: "homens de cor" brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**, v. 11, n. 20, p. 114-135, jan./jun.

2010.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar Salvadori de. A revolução do vencedor: considerações sobre a construção da memória histórica a propósito da "revolução" de 1930. **Rev. Ciência e Cultura**, n. 29, 1976.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

A nova experiência republicana: do populismo aos dias atuais (1946-2016)

Convite ao estudo

Caro aluno, nessa quarta unidade você vai aprender sobre o período mais recente da História Brasileira. Enfim, chegamos à unidade final, aquela em que essa narrativa produzida em quatro atos terminará. Trata-se de um período que vai da redemocratização após o Estado Novo até os dias atuais. Diferentemente das unidades anteriores, que tratavam de temas que numa perspectiva de longa duração ainda nos perseguem como o racismo, por exemplo, no caso que aqui vamos acompanhar, dada a proximidade temporal, poderemos ver a gênese de certas estruturas de organização da sociedade, políticas públicas e personagens que ainda fazem parte da nossa vida de maneira bastante presente. Convidamos você a refletir sobre esse contexto mais recente à luz do que você já aprendeu nas demais unidades.

Seção 4.1

A república populista

Diálogo aberto

Imagine que você é professor do ensino fundamental (séries finais) e que precisa discutir com seus alunos o que seria um golpe de Estado. Considerando a atual situação política, caracterizada pela polarização, a ideia de golpe também mostra-se multifacetada, podendo ter sido relativizada pelos protagonistas do contexto histórico em que se apresenta. Qual seria a melhor forma de abordagem para crianças? Você acredita que a melhor maneira de lidar com um assunto tão complexo com crianças seja, muito provavelmente, historicizar os conceitos, isto é, você procura uma situação concreta da história do Brasil a fim de conceituar essa ideia de maneira mais efetiva. Logo, você vai elencar na lousa os diferentes golpes de Estado que tiveram no país e logo em seguida uma coluna que detalha tempo de vigência, natureza e se teve o apoio de parcela expressiva da sociedade civil (a despeito da estranheza que o tópico deve causar).

Para pensar nos contextos de exceção onde a ditadura estava instalada nada mais interessante do que avaliar o período imediatamente anterior. A chamada "república populista", ou "quarta república" é um bom período para se observar esses fenômenos, seja pelo clima de instabilidade ou de suspeição generalizada da liberdade que ficava latente com qualquer ameaça de um governo mais ou menos popular. Foi assim com JK e mais adiante com Jango.

Bons estudos!

Não pode faltar

"A república populista"/ Quarta república brasileira

O termo "república populista" foi cunhado por Octavio Ianni. Antes de adentrar no tema, porém, pensemos um pouco sobre essa questão. Façamos uma breve problematização. Como ressalta Rafael Pavani, há uma convergência de autores falando sobre América Latina (em diferentes contextos) conceituando o termo "populismo" de uma maneira muito parecida. Nos seus dizeres:

> Estado dependente que busca modernizar-se, cuja população manipulada não teve condições políticas de produzir uma verdadeira revolução social e permaneceu sob a tutela do Estado. É significativo, ainda, o fato de que os autores que trabalham com a noção de "massa" argumentem que os camponeses não poderiam participar das disputas pelo poder, constituir um programa ou fornecer alguma resistência ao Regime, pois parte desta conclusão já está dada no próprio conceito de massa (PAVANI, 2009, p. 55).

Isto é, o termo "populismo" pressupõe incapacidade de ação dos subalternos. Aqui, decerto, adotaremos outra postura procurando interpretar as ações políticas dos sujeitos envolvidos sem pensamentos e conceituações prontas, olhando para os resultados empíricos ao invés de achismos baseados no senso comum, e que, por sinal, simplificam o campo político de maneira grosseira e equivocada. Podemos dizer que o que une os governos que vamos analisar a partir de agora, está no fato de que, pela primeira vez em muito tempo por 20 anos tivemos um período democrático sem tentativas de golpe, e a crença comum da necessidade de fazer a indústria brasileira para efetivamente desenvolver o país de maneira mais apropriada.

O período em questão vai de 1946 a 1964, isto é, do governo Dutra até o começo da ditadura militar. Interessante notar que em 1945 finda o Estado novo, uma vez que Getúlio foi deposto. O processo de redemocratização foi conduzido pelo Supremo Tribunal Federal que determinou novas eleições diretas e o retorno do pluripartidarismo. A partir daí tivemos a criação de novos partidos como o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), além da reativação do Partido Comunista (PCB). Do ponto de vista das orientações partidárias, PSD seria centro, PTB centro-esquerda, UDN direita, e PCB esquerda.

O governo Dutra

Dutra foi eleito com a constituição de 1937, logo seu mandato previa 6 anos. Durante seu desenrolar, e a formação de uma assembleia

constituinte, esses elegeram seu vice (cargo que não era coberto na constituição do Estado Novo) e reduziram seu mandato para 5 anos.

A grande ideia (ainda que não realizada por embates com os setores conservadores) de seu governo foi o Salte. Um plano que visava atacar os grandes problemas da sociedade brasileira: saúde, alimentação, transporte e energia. Logo percebemos um caráter desenvolvimentista de sua administração. Foi sob o governo Dutra que as primeiras refinarias foram construídas e que o petróleo passou a ser explorado.

Do ponto de vista da comunicação temos um grande salto: "Em 20 de janeiro de 1951, o presidente da República Eurico Gaspar Dutra pessoalmente ligou o transmissor da TV Tupi do Rio de Janeiro, marcando o início das transmissões do Canal 6 da então capital da República" (BARBOSA, 2013).

No contexto internacional estávamos no pós-guerra. De um lado os EUA estabeleciam-se, definitivamente, como uma grande potência, do outro a URSS organizava-se para medir forças. Dutra teve de conviver com agentes sociais que sustinham seu governo, mas que curiosamente pensavam de maneiras opostas. De um lado temos os desenvolvimentistas, mas de outro temos os ortodoxos. Dessa maneira o governo começa de maneira mais liberal e aos poucos se concentra numa faceta mais desenvolvimentista (AYRES, 2013). Por outro lado, Dutra alinhou-se ao governo norte-americano, logo a economia brasileira abriu-se ao capital estrangeiro.

Figura 4.1 | Fotografia do Presidente norte-americano Truman (2º da esq. para a dir.) e do Presidente Dutra (3º da esq. para a dir.) durante cerimônia de boas-vindas de Dutra em Washington, 1949

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Photograph_of_President_Truman_and_Brazilian_President_Eurico_Dutra_standing_at_attention_with_other_dignitaries..._-_NARA_-_200121.jpg>. Acesso em: 10 ago. 2017.

O novo governo de Getúlio Vargas

Em 1951, Vargas assumiu o governo, uma vez mais, contudo dessa vez pela via democrática. Elegeu-se pelo PTB, embora sua campanha fosse mais personalista do que uma identificação com a ideologia do partido. Vargas reconciliou-se, num primeiro momento, com ex-companheiros da "revolução de 1930". Dentre os grandes marcos dessa sua nova passagem pela presidência podemos destacar: a criação do BNDES em 1952 e da Petrobras em 1953; a nacionalização da economia, com uma legislação que permitia que apenas 8% dos lucros das empresas atuantes no país abandonassem a economia nacional. Diferente das outras experiências que teve no poder, Vargas não conseguiu arregimentar um grupo coeso que o apoiasse enfrentando diversas crises durante a referida administração.

Seu governo desmoronou de vez quando perdeu apoio dos militares, preocupados com as políticas implementadas pelo então ministro João Goulart, tais como aumento de 100% de salário mínimo e negociação com a classe trabalhadora.

> **No último ano da administração Vargas, seu isolamento político chega ao auge: o Presidente não consegue deter a fúria desenfreada da imprensa, não controla as organizações político-partidárias nem o movimento popular, vê-se pressionado pelos grupos econômicos e, finalmente, recebe o veto militar que efetiva seu afastamento definitivo do poder. A chamada crise de agosto é, na realidade, o desfecho de uma situação crítica que se inaugurara com o próprio Governo. (D'ARAÚJO, 1992, [s.p.]).**

Em agosto de 1954 o jornalista Carlos Lacerda, principal opositor de Getúlio, sofre um atentado (conhecido como atentado na Rua Tonelero) do qual saiu ferido, assim como um major que o acompanhava fora morto. Após uma investigação empreendida pela polícia chega-se à conclusão que o mandante teria sido o chefe da segurança da presidência (Gregório Fortunato, 1900-1962). A pressão chega ao próprio governo, seu vice Café Filho sugere que Vargas renuncie.

O mandato que deveria ir até 1956 foi abreviado em 1954 quando Vargas se suicidou com um tiro no peito. Junto a seu corpo havia uma carta testamento, em que o então presidente fala de seu isolamento momentâneo, de sua vida pública, da "saio da vida para entrar na história" foram suas últimas palavras. Supostamente a verdadeira carta encontrada ao lado de seu corpo ficou em posse da família e só veio a público em 2004. Nesta carta não consta o famoso "saio da vida para entrar na história", esta versão foi criada pelos assessores e divulgada nos jornais da época. A partir do suicídio do presidente, um novo panorama político inverteu as forças em disputa. Carlos Lacerda teve de sair do Brasil, haja vista as ameaças que passou a receber, e a opinião pública sofreu forte abalo com as manifestações populares de desprezo aos opositores de Vargas.

Reflita

Vejamos a carta de renúncia que abreviou em muito o governo Quadros:

Fui vencido pela reação e, assim, deixo o Governo. Nestes sete meses, cumpri meu dever. Tenho-o cumprido, dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções nem rancores. Mas, baldaram-se os meus esforços para conduzir esta Nação pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, o único que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive, do exterior. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo, que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do País, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia. Saio com um agradecimento, e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que, comigo, lutaram e me sustentaram, dentro e fora do Governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo, é no sentido da ordem, do congraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios para todos; de todos para cada um. Somente, assim, seremos dignos deste País, e do Mundo. Somente, assim, seremos dignos da nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno, agora, a meu trabalho de advogado e professor. Trabalhemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria. Brasília, 25/08/1961.

J. Quadros

Fonte: ANDRADE, Auro Moura. **Um congresso contra o arbítrio**: diários e memória. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

O governo de Juscelino Kubitschek

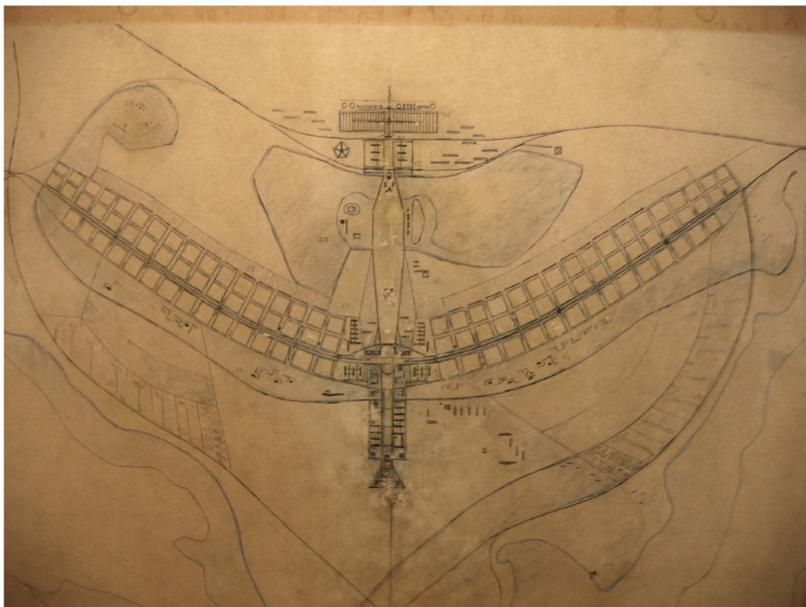
Juscelino ingressou na presidência com o slogan 50 anos em 5. Candidato a presidente pelo PSD e João Goulart como vice pelo PTB, considerados herdeiros da tradição Varguista. Interessante mencionar

a tentativa de golpe que objetivava impedir a sua posse. O forte caráter desenvolvimentista marcou seu governo, haja vista que ele mudou a capital do Rio de Janeiro para Brasília, uma cidade fundada no meio do planalto central, criada, exclusivamente, para ser a nova sede administrativa do governo. Participaram desse projeto arquitetônico sem precedentes os arquitetos modernistas Lucio Costa e Oscar Niemeyer com os quais já havia trabalhado em Minas quando fora governador. A construção da cidade proporcionou a geração de empregos o desenvolvimento econômico da região foi forjada por aço, concreto armado e o suor dos candangos.

Juscelino criou um plano de metas. Isso fez parte da política desenvolvimentista, objetivava continuar o plano nacional de substituição de importações e a modernização e expansão da indústria brasileira. Assim sendo, o Estado procurou investir nas seguintes áreas:

Siderurgia; Comunicações (criação da Embratel e aumento da Eletrobrás); Saúde; Educação profissional (criação dos CEFET), criação da UnB; Agricultura (liberação de créditos), Habitação Popular; Saneamento Básico e Malha viária. O Estado investiu o quanto pôde, mas também se abriu ao capital estrangeiro. Dessa maneira, embora a economia tenha se diversificado de maneira bastante satisfatória o país passou a contar com uma série de desequilíbrios orçamentários internos e externos.

A arquitetura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa explica o clima dos chamados "anos dourados". A arquitetura de Brasília dialoga com as demandas de seu tempo, mas também aquelas sugestionadas por aquele que encomenda, mas também por aquele que efetivamente traduz ideias em espaços e na relação que eles estabelecem entre eles com os usuários. **Lúcio Costa e a "arquitetura social"**. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2251/1747>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Figura 4.2 | Lúcio Costa. Planta original do plano piloto

Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9c/Brasilia_-_Plan.JPG>. Acesso em: 2 jul. 2017.

Presidente bossa-nova

No campo das artes o país vivia uma efervescência cultural como há muito não se via. A bossa-nova, por exemplo, ganhava o mundo com Tom Jobim, Vinícius de Moraes e cia. Nas artes plásticas temos o concretismo e neoconcretismo. O clima de criação e de reinvenção de um novo Brasil migrou para a política nacional. JK foi apelidado de presidente bossa-nova justamente por seu plano de governo encarnar o otimismo dos "anos dourados".

Figura 4.3 | JK e família. Revista O Cruzeiro, edição do dia 4 de fevereiro de 1956

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Juscelino_Kubitschek_e_fotografia_da_fam%C3%ADlia_presidencial_na_revista_O_Cruzeiro_4_de_fevereiro_de_1956.jpg>. Acesso em: 2 jul. 2017.

Pesquise mais

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nasceu na administração Vargas, mais precisamente em 1952. Seu principal objetivo era financiar a realização de investimentos nos mais diversos segmentos que compõem a economia brasileira, sobremaneira obras de infraestrutura e empresas brasileiras para sua expansão e competitividade nos mercados nacional e internacional. Sobre a memória do BNDES assista aos vídeos disponibilizados na página da entidade. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

O governo de Jânio Quadros – João Goulart

Figura 4.4 | Foto de Erno Schneider. A fotografia de Jânio Quadros com os pés enviesados venceu o Prêmio Esso de Jornalismo de 1962

Fonte: <http://imagesvisions.blogspot.com.br/2010/08/fotografia-de-janio-quadros-com-os-pes.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

A foto de Erno Schneider ganhou o prêmio Esso de Jornalismo e não por acaso. É representativa de quão confuso aparentava ser o governo Quadros para seus contemporâneos. O mandato durou apenas sete meses e a promessa de campanha era conter a crise econômica. Praticou congelamento de salário e a restrição de crédito bancário, provocando queda no consumo do país. Dentre suas realizações podemos destacar: a criação da primeira reserva indígena, a do Parque Nacional do Xingu, procurou aprofundar relações diplomáticas que fossem mais independentes inclusive se posicionando publicamente contra o episódio da baía dos porcos, condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro. Foi prefeito em São Paulo entre 1953 a 1954, licenciou-se do cargo para concorrer a governador do Estado de São

Paulo (1955-1959), sua marca sempre foi o combate à corrupção e à moralização da administração pública. O próximo passo foi a presidência do Brasil. Criou a imagem de homem do povo e que estava preocupado com o povo. Foi eleito com o apoio da UDN. Jânio se elegeu pelo PTN, mas tinha entre seus aliados a UDN. Sua política de diálogo simultâneo com todos os espectros políticos pareceu irritá-los de igual maneira, rompeu com o partido querendo governar sem construir alianças com os partidos políticos.

Em seu lugar assumiu João Goulart, que havia sido ministro de Vargas. Justamente por suas propostas enquanto ministro do trabalho ele não agradava a alguns setores, sobretudo as forças armadas. Jango estava na China quando da renúncia. Sua posse foi garantida por uma campanha pela legalidade iniciada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Jango teve de esperar no Uruguai que a situação política institucional fosse resolvida. Após muita negociação chegou-se a um acordo: o congresso votaria pelo parlamentarismo, logo parte dos poderes do executivo passariam a um primeiro ministro, no caso o eleito fora Tancredo Neves do PSD.

Plano Trienal

Jango convidou o economista Celso Furtado a fazer parte do governo a fim de resolver a inflação que assolava o país. Esse plano consistia em uma proposta de longo prazo desenvolvimentista, mas focada na indústria nacional de base. A historiografia por muito tempo tendeu a dizer que esse governo era errático e desorientado, contudo novas pesquisas começam a ver mais coerência do que improviso (MOREIRA, 2011). A despeito dos aspectos mencionados acima, o plano trienal, efetivamente, falhou em seus objetivos.

Jango intentava empregar uma reforma de base e, por conseguinte promover a democratização da terra, reforma educacional e reforma fiscal, assim como a nacionalização de alguns setores. Todas essas reformas não interessavam a setores da elite nacional. A partir disso temos a crise se agravando. A partir de 1963, sobretudo, haja vista que a mídia também teve um papel importante na derrocada de seu governo, invariavelmente associando suas medidas ao comunismo e criando-se a ideia de que o Brasil estaria prestes a sofrer com um golpe de esquerda.

Existe alguma similaridade nos governos analisados nesta seção? O período estudado mostra uma sucessão de governos democráticos, ainda que com algumas atribulações que acordam em algumas ideias básicas: desenvolvimentismo, necessidade de fortalecer a indústria. Vargas, Juscelino, Jango, Quadros e Dutra.

Sem medo de errar

Como mencionamos na situação-problema você está diante de um grupo de crianças, seus alunos, que fazem uma pergunta sobre as características de um golpe, haja vista que a situação política atual no Brasil é tão polarizada que a ideia de golpe é também multifacetada, foi, portanto, relativizada.

Você propõe a seus alunos a olharem para outros contextos em que a palavra golpe foi usada, com especial atenção para o final do governo Jango que precedeu o golpe de 1964, causando danos irreversíveis para a história brasileira. Assim, você se concentra nesse período e mostra como forças divergentes que lutavam pelo mesmo espaço político a fim de otimizar sua atuação acabaram apostando num golpe que durou, certamente, muito mais do que as pessoas que foram à marcha da família com Deus poderiam esperar. Portanto, você utilizará do saber histórico para descontruir conceitos que são construídos a partir da observação empírica das narrativas produzidas a respeito dos acontecimentos históricos, nem sempre atenta.

Faça valer a pena

1. Jango foi deposto pelos militares em 31 de março de 1964. Seu governo foi responsável pela...
Assinale a alternativa correta:
a) criação do plano de metas.
b) criação do plano trienal.
c) criação do plano cruzado.
d) criação do BNDES.
e) privatização da Embratel.

2. A construção de Brasília é um marco, mais do que a mudança da capital estava em jogo um projeto de país.
Sobre o governo JK é correto afirmar que:
a) Teve apoio irrestrito da UDN, uma das forças de centro que capitalizaram muitos votos.
b) JK reaviva a parceria arquitetônica que tivera com Le Corbusier.
c) Diminuiu o parque industrial brasileiro.
d) Tratou-se de um governo que dialogava com o desenvolvimentismo.
e) Foi um período de florescimento artístico nulo.

3. O plano Salte pode ser definido como:
Assinale a alternativa correta:
a) O plano Salte foi a medida central da administração Dutra, visava incentivar a economia e reestruturar os gastos públicos, a saúde, a alimentação, o transporte e a energia.
b) O plano Salte foi elaborado pelo governo JK, visava a construção de uma nova capital e a diversificação da economia.
c) Getúlio Vargas criou o plano Salte na sua segunda passagem como presidente, visava retomar o desenvolvimentismo proposto na década de 1930.
d) Uma política implementada a partir de 1964 pelos militares.
e) Tratou-se de uma política que visava diversificar a política diplomática brasileira.

Seção 4.2

Golpe de 1964 e a ditadura militar

Diálogo aberto

Caro aluno, para essa seção imaginemos uma situação de sala de aula. Este é um espaço da construção do saber, mais do que emitir conteúdo específico sobre um tema, trata-se de promover um debate de ideias, ensinar aos alunos os caminhos para que estes consigam pensar sobre os temas relevantes da sociedade sem que se deixe se contaminar pelo senso comum. Trata-se de fazer um contraponto com a mídia, a indústria cultural etc. Suponhamos que você é professor de uma escola de ensino médio. Você tem alunos que, influenciados por postagens de redes sociais defendem, durante sua aula, práticas de tortura. Um desses alunos diz claramente que o regime militar era melhor, pois "não havia tráfico de drogas", a "criminalidade era baixa" e "não existia corrupção" afinal, nessa visão, havia a prevalência do Brasil "acima dos partidos". Como você trabalharia para descontruir esse discurso? A partir do conhecimento histórico é possível desmistificar o senso comum, estabelecer uma linha de raciocínio que mostre que não se pode negar evidências de acontecimentos históricos, utilizando argumentos pautados em opinião pessoal, ou desqualificando este ou aquele autor por ser de esquerda, "comunista" e outros termos correlatos.

Nessa segunda seção, convidamos você a conhecer melhor esse período histórico, o do golpe de 1964, tão tenso que, definitivamente, ainda age sob nosso presente, seja com a manutenção de certas estruturas ou com o reavivar de forças aparentemente ocultas que vez ou outra parecem ressurgir para ameaçar a democracia com a imposição do pensamento único e infalivelmente excludente.

Não pode faltar

O Golpe de 1964

> Ditadura Militar ou “República Popular” é o dilema em que o País estará metido em poucos meses.
> (Carlos Lacerda em entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo em 30 janeiro de 1962)

Como vimos na seção anterior, o país se viu, uma vez mais, à beira de uma crise institucional, que ameaçava seriamente o período democrático.

1964 foi, durante muito tempo, apontado pela bibliografia pertinente como um golpe militar, contudo, como veremos aqui há outros elementos que apontam uma participação civil efetiva, ao menos de certas camadas da sociedade civil que estavam diretamente interessadas num regime autoritário para a manutenção de seus privilégios. Um golpe, mais um dentre tantos que ocorreram no país. Fundamentalmente aconteceu para barrar as reformas (trabalhistas e de base) que o governo João Goulart visava empreender. No dia 1 de abril, data em que a democracia foi efetivamente interrompida, essa questão foi discutida no congresso nacional. O deputado Guerreiro Ramos, por exemplo, dizia que:

> E posso demonstrar a V. Exa. como tudo o que reclama e pede o Presidente João Goulart a esta casa, tudo aquilo que ele deseja e formula nos seus discursos, não entra em choque com o sistema capitalista do Brasil. Se os capitalistas burgueses enxergassem um palmo diante do nariz saberiam verificar que Jango é uma bandeira deles, sobretudo deles, embora também seja uma bandeira do operariado brasileiro, porque este será beneficiado com a transformação positiva do sistema capitalista brasileiro. E é nesse sentido que devemos, mais uma vez verberar e talvez a História leve o Sr. Presidente João Goulart, nesse ponto, a repetir Vargas, tomando os burgueses e os capitalistas deste País, em sua maioria cegos, pela gola do paletó e obrigando-os a fazer a revolução burguesa nacional, que eles não têm capacidade de fazer. (RAMOS, 1964, p. 12)

Isto é, a fala do deputado/sociólogo, que teria seu mandato cassado alguns dias depois pelo Ato Institucional nº 1, aponta para a tentativa de desfazer a imagem que intentava aderir a Jango como uma ameaça real ao desenvolvimento do capitalismo no país, haja vista que como ministro do governo Getúlio Vargas havia essa imagem pública de que o então presidente, mesmo que com poderes diminutos (uma que haviam criado o cargo de primeiro ministro como vimos na seção anterior) tinha um plano de implantação do comunismo no país. Uma versão reeditada do Plano Cohen. Hodiernamente a historiografia fala não apenas numa ditadura militar, mas antes numa ditadura civil-militar, posto que ela foi uma demanda da sociedade civil, mais especificamente da alta burguesia e de uma classe média urbana que temia perder seus privilégios caso as reformas fossem adiante. Essa "conquista" da classe média se deu por uma "doutrinação geral":

> **Os canais de persuasão e suas técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propagandas no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através do acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Saturava o rádio e televisão com suas mensagens políticas e ideológicas. (DREIFUSS, 1981, p. 232)**

Esse combate ao "comunismo" era o discurso público dessas instituições, contudo o objetivo real passava por articular, a partir do golpe, "possíveis formas de inserção no Brasil das grandes empresas e do capital internacional" (FERNANDES, 2009, p. 14).

Pesquise mais

IPES

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi uma das organizações que auxiliaram na concretização do golpe de 1964. Fundado em 1961 tratou-se de uma organização não governamental (embora o conceito de ONG seja bem mais recente) que tinha por objetivo primordial derrubar Jango do poder e assim evitar uma suposta "invasão comunista" ao país. O grupo foi financiado, sobremaneira, pelo governo norte-americano durante a administração Kennedy, conforme podemos observar na transcrição que se segue entre um diálogo entre o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, e o presidente daquele país, John Kennedy:

> **Embaixador Lincoln Gordon: "Temos esta organização chamada IPES, que é progressista e precisa de alguma ajuda financeira, acho que temos de ajudá-los".**
> **Presidente John Kennedy: "Quanto vamos ter que colocar nisso?"**
> **Embaixador Lincoln Gordon: "Isso é coisa de uns poucos milhões de dólares".**
> **Presidente John Kennedy: "Isso é muito dinheiro. Afinal, você sabe, para uma campanha presidencial aqui você gasta cerca de 12".**
> **Embaixador Lincoln Gordon: "Mas, nós não podemos correr riscos".**
> **Vide: Camilo Tavares. O dia que durou 21 anos. 2012. [documentário]. 77 min. (apud VILLELA, 2014, p. 6)**

Além do IPES havia outra organização muito parecida chamada Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Sobre a propaganda dessas instituições vide o vídeo publicado pela TV Estadão:

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zN6tIZEHXr8>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Marcha da Família com Deus

Figura 4.5 | Manifestantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964). In: Correio da Manhã, 19 de março de 1964

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marcha_da_familia_com_deus_pela_liberdade.jpg>. Acesso em: 12 jul. 2017.

A marcha da Família com Deus foi um evento que demonstrava apoio de parcela da população a uma intervenção militar. O evento em si nasceu da indignação de uma freira descontente com discurso de João Goulart, no qual esse citou, a certa altura, que "Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria" (SESTINI, 2007, p. 3). A fotografia acima dá conta de revelar a multidão de pessoas, sobremaneira mulheres católicas de classe média, que começaram a se articular na década de 1960. Nesse episódio especificamente esteve envolvida, por exemplo, a União Cívica Feminina (SESTINI, 2007). Em Curitiba o mesmo evento foi rebatizado de "Marcha a favor do Ensino Livre" (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

A economia brasileira e as mudanças políticas

Sobre a economia, se analisarmos os indicadores econômicos vamos nos deparar com uma economia pujante e próspera. Há um evidente crescimento, o chamado "milagre econômico", afinal a média de crescimento do PIB entre o governo de Castelo Branco e o final da administração Figueiredo foi de 6,15%, contudo com uma taxa inflacionária de 58%, altíssima se comparada à média internacional de 9% (CYSNE apud SOARES; D'ARAÚJO, 1994).

A inflação é um dos problemas que vai se descontrolar no período militar e só será domado no governo Itamar Franco, na década de 1990, com a criação do plano real. Em 1964, Castelo Branco lançou mão de um plano econômico que visava, sobremaneira, combater a inflação, uma vez que estabeleceu um mecanismo de correção monetária, o código tributário nacional e também um banco central (este último em 1965). Foi ainda em seu governo que os sindicatos começaram a ser combatidos, enfraquecendo o poder de barganha dos trabalhadores junto a seus patrões. Justamente por fraquejar economicamente é que o governo não se sustenta, dando margem para o ingresso da chamada "linha dura" personalizada num primeiro momento na figura de seu próximo presidente: Costa e Silva.

No governo de Costa e Silva é que o chamado "milagre econômico" ocorre, tratava-se de uma administração mais desenvolvimentista que a anterior. Não por acaso o ministro da fazenda naquela oportunidade fora Delfim Neto. E é justamente esse crescimento econômico que vai suster o governo, posto que contará com popularidade junto à sociedade.

No governo Médici o crescimento superou em muito as metas estabelecidas por Castelo Branco, passando da taxa dos 10% ao ano. Segundo Elio Gaspari: "O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiam negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro" (GASPARI, 2002, p. 13).

Médici e Geisel fizeram governos muito parecidos do ponto de vista econômico, apostaram num nacional desenvolvimentismo. Já a administração Figueiredo, conduzida num clima de final de regime, sofreu com uma grave crise econômica, com um contexto internacional desfavorável (diferentemente da situação anterior) o país

experimentou uma inflação que passou dos 45% ao ano para 230%. Além disso, o país recorreu, pela primeira vez, ao fundo monetário internacional, haja vista o aumento crescente da dívida externa.

Mudanças políticas

Com a instalação do regime o presidente eleito foi deposto, o congresso nacional foi fechado com os mandatos sendo cassados. Instalou-se um sistema de bipartidarismo a partir de 1966, resultado da eleição para governador de 1965, no qual o governo perdeu 5 dos 11 Estados em que disputou. O bipartidarismo encerrou-se em 1979, isto é, durou o período que a dita "linha dura" esteve no poder. Eram as agremiações permitidas, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma oposição consentida.

Diferentemente do que se pode imaginar, os direitos políticos foram sendo retirados aos poucos, por meio dos atos institucionais. O mais famoso é o AI 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, foi aquele em que as liberdades políticas foram suspensas, assim como o "habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular" (BRASIL, 1968, art. 10). Esse ato durou por 10 anos quando da abertura do regime.

A sociedade brasileira

Tabela 4.1 | População residente, por situação do domicílio e por sexo – 1940-1996

Anos	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940 (1)(2)	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950 (1)(3)	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960 (4)	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970 (4)	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980 (4)	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991 (4)	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
2000 (5)	83.576.015	83.576.015	66.882.993	71.070.966	16.693.022	15.152.189
2010 (5)	93.406.990	97.348.809	77.710.179	83.215.625	15.696.811	14.133.184

1) População presente;
(2) Exclusive 16.713 pessoas recenseadas no Amazonas (7.469) e São Paulo (9.244), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta.
(3) Exclusive 31.960 pessoas recenseadas em Minas Gerais (10.641), São Paulo (7.588) e Paraná (13.911), cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta.
(4) Dados da Amostra.
(5) Dados do Universo.

Fonte: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

A imagem acima foi extraída do site do IBGE em que mostra o movimento populacional durante o período da ditadura militar. Como podemos observar, passamos de cerca de 70 milhões de pessoas em 1960 para cerca de 92 milhões, contudo, 67% da população estava no campo na década de 1980. Aliás, em números absolutos, a população do campo permanece praticamente a mesma. Isso é reflexo dos rumos que tomava a economia. O governo militar, ao menos até a administração Geisel, apostava no nacionalismo desenvolvimentista. Embora tenha sido um período de acumulação de capitais a distância entre ricos e pobres não diminuiu.

Do ponto de vista político, como era de se esperar, não havia pluralidade de ideias, de corpos, haja vista que a oposição consentida do MDB era completamente afinada ao regime, havia limites muito claros do que se podia ou não pleitear. Não havia possibilidades políticas de ser contra o regime e não sofrer represálias. Eis que chegamos, pois, na repressão e na censura.

A repressão e a censura

A repressão e a censura na ditadura militar passavam por um órgão em específico, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ele foi criado em 1924 e teve papel fundamental para o patrulhamento e monitoramento de qualquer atividade política contrária ao regime, "subversiva" nos termos dos atores envolvidos. Além da repressão política, realizada de maneira ostensiva a partir do AI 5, o DOPS também se encarregava de censurar a mídia e a indústria cultural de uma maneira geral: jornais, redes de televisão, discos, peças de teatro, filmes etc. A censura recai tanto sobre o conteúdo político das obras quanto a aspectos relativos a uma certa moralidade, tida como inadequada. A tortura também foi institucionalizada. Para termos uma ideia de como agia o regime vejamos um trecho extraído de "Brasil: nunca mais":

> No inquérito inexiste o que, em Direito, se chama de "contraditório", que é a possibilidade de o indiciado contestar, com provas, as acusações. Isso quer dizer que, durante as investigações dessa "fase policial" não há defesa, em sentido estrito. Os presos por motivação política foram submetidos, nesses anos de Regime Militar, a longos períodos de incomunicabilidade, quer para seus familiares quer para seus advogados. A formação dos inquéritos policiais de presos políticos era, a partir de 1969, dividida em duas partes: a fase dos DOI-CODIs ou dos organismos de segurança das Forças Armadas; e a do "cartório", em que os presos passavam à disposição do DOPS ou da Polícia Federal, encarregados de "formalizar" os inquéritos. Na primeira fase, a incomunicabilidade e os maus-tratos físicos e mentais eram a tônica dos chamados "interrogatórios preliminares". Na maioria das vezes, nem mesmo a Justiça Militar era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança. E, nas poucas vezes em que isso era feito, a data indicada não correspondia ao verdadeiro dia da prisão. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, [s.p.])

Uma boa maneira de visitar o tema é assistir a filmes que retratem esse período, desde aqueles produzidos no calor da hora, e por isso mesmo falam da ditadura de maneira velada, a outros posteriores que refletem sobre essa situação com maior distância. Vejamos a lista que se segue:

PRA FRENTE, BRASIL (1982), Direção de Roberto Farias;

NUNCA FOMOS TÃO FELIZES (1984), Direção de Murilo Salles;

CABRA MARCADO PARA MORRER (1984), Direção de Eduardo Coutinho;

O QUE É ISSO, COMPANHEIRO? (1997), Direção de Bruno Barreto;

AÇÃO ENTRE AMIGOS (1998), Direção de Beto Brant;

CABRA CEGA (2005), Direção de Toni Venturi;

O ANO EM QUE MEUS PAIS SAIRAM DE FÉRIAS (2006), Direção de Cao Hamburger;

HOJE (2011), Direção de Tata Amaral;

TATUAGEM (2013), Direção de Hilton Lacerda;

BATISMO DE SANGUE (2007), Direção de Helvécio Ratton;

CORTE SECO (2015), Direção de Renato Tapajós.

A cultura no período militar

A despeito do que podemos imaginar no senso comum o governo militar investiu e financiou a "cultura", a questão é quem, o que e como dava-se esse aporte monetário, além disso quais os critérios de escolha e de censura. Por cultura entendemos, nesse contexto, atividades artísticas e seus derivativos, portanto, trabalho "improdutivo" no capitalismo (ao menos segundo a definição de Marx), mas também o entretenimento, a indústria cultural por assim dizer, que vai desde películas até eventos esportivos.

Se a década de 1950 foi um período de efervescência cultural e otimismo, a partir de 1964 a cena sofreu com a censura e a perseguição

política (ao menos aqueles que ousavam falar algo contra o regime ou eram consideradas imorais para os parâmetros por esse definido).

Nas grandes universidades, um sem número de professores tiveram que se exilar, assim como músicos claramente contrários à situação. Todas as turmas possuíam, de modo geral, um informante que atentava para o conteúdo das aulas a fim de mapear e reprimir atividade "subversiva".

O governo inspecionava cada peça cultural produzida; fato é que alguns desses artistas conseguiam dizer o que queriam, ainda que de maneira velada. *Cálice* de Chico Buarque, *Disparada* de Jair Rodrigues e *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré são bons exemplos.

No campo da música há dois grandes movimentos que polarizam a cena de uma maneira geral. De um lado a jovem guarda, inspirada pelo rock norte-americano e do outro a tropicália, uma vanguarda artística que buscava inspiração num modernismo oswaldiano. Em alguns momentos certa esquerda de cunho nacionalista (haja vista que há uma pluralidade na oposição) entrou em conflito com esse último grupo, vide o episódio sobre a guitarra elétrica em que Caetano Veloso foi vaiado. A tropicália também se espraiou para outros campos como a literatura e as artes visuais.

Ainda sobre a música havia uma cena bastante popular, é a chamada música "brega". Como anota Araújo, dentre outros aspectos: "a produção musical desses artistas vai denunciar o autoritarismo vivenciado pelos segmentos populares em nosso país" (ARAÚJO, 2005, [s.p.]).

O futebol, grande produto da indústria cultural também se envolveu nesse dilema. Embora a copa de 1970 com a conquista do tri seja associada ao regime (e o comunista João Saldanha tenha sido demitido pelos militares do cargo de técnico), 1966 foi de fato sua grande aposta. O técnico Vicente Feola convocou nada mais do que 45 jogadores para excursionar Brasil afora para apenas depois selecionar os 22 que participariam do Mundial. A contusão do Pelé no primeiro jogo frustrou os planos dos militares.

O cinema também foi interessante campo de disputa. De um lado temos filmes como *Independência ou morte*, que inclusive foi utilizado de maneira ufanista pelo regime em propagandas e afins, mas de outro temos uma cena extremamente contestadora como

o Cinema Novo. O grupo que contava com nomes que vão desde Glauber Rocha a Joaquim Pedro de Andrade produziram obras que discutiam não só o regime, como identidade nacional, marginalidade entre outros tópicos.

> No Brasil cresce cada vez mais a dependência de qualquer atividade econômica em relação ao Estado. E o cinema também é uma atividade econômica. O Estado interfere cada vez mais fortemente tanto nas empresas privadas que fazem cinema quanto premiando, financiando e orientando a atividade de qualquer um. Essa influência cresceu sobretudo a partir de 1967, quanto o Instituto Nacional do Cinema (INC) foi criado. (VIANA, 1973, p. 7)

A avaliação de Viana, feita no calor da época, comenta como o cinema fez parte da Política Nacional de Cultura (PNC). Um grande plano para o fomento da cultura a fim de divulgar e construir uma nacionalidade baseada em valores salutares ao regime. Para que possamos visualizar os usos e abordagens de obras façamos um exercício de comparação. Primeiro olharemos para o filme *Independência ou morte,* de Carlos Coimbra, e logo em seguida para: *Os Inconfidentes,* de Joaquim Pedro de Andrade. Tratam-se de películas que se encontram em lados opostos. O primeiro com objetivos ufanistas, haja vista que o governo militar se apropriou da fita para promover o mesmo tipo de sentimento que provocaram peças como a música *Pra frente, Brasil*, de Miguel Gustavo (Hino do Brasil para a copa de 1970), ou ainda a propaganda "Ame-o ou deixe-o", o slogan muito utilizado nos "anos de chumbo".

Figura 4.6 | Slogan usado pelo governo brasileiro durante o regime militar (1964-1985). 1960-1970

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_ame-o_ou_deixe-o.png>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Reflita

Moral e Cívica II

Eu me lembro

usava calças curtas e ia ver as paradas

radiante de alegria.

Depois o tempo passou

eu caí em maio

mas em setembro tava pelaí

por esses quartéis

onde sempre havia solenidades cívicas

e o cara que me tinha torturado

horas antes,

o cara que me tinha dependurado

no pau de arara

injetado éter no meu saco

me enchido de porrada

e rodado prazerosamente

a manivela do choque

tava lá – o filho da puta

segurando uma bandeira

e um monte de crianças,

emocionado feito o diabo

com o hino nacional.

(POLARI, 1980)

A poesia de Alex Polari é profundamente marcada pela experiência da tortura. Trata-se de um sobrevivente. De um lado temos a violência

desmedida do Estado, do outro a manipulação de "símbolos nacionais" a fim de criar um sentimento de identidade e pertença. Veja a entrevista que o poeta concedeu à revista Trip: Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/trip/alex-polari>. Acesso em: 14 jul. 2017.

No filme de Coimbra, a trilha possui bastante destaque. Pensemos na cena em que Dom Pedro I declara a independência. Podemos notar que a música está quase estacionada numa faixa de tensão, num lento crescente. O herói perplexo, patriota, foge à opção covarde e irado declara a independência, um ato de bravura desmedida mediante à "tirania" da coroa portuguesa. É evidente que a cena em questão, mas também o filme como um todo, tem a tela de Pedro Américo como referência. Na continuidade da cena também temos a coroação de Dom Pedro I. Uma prática que, decerto, não era novidade na cinematografia nacional. O grande patrono do cinema brasileiro, Humberto Mauro, autor da emblemática frase "cinema é cachoeira", também fez exercícios semelhantes. Essa prática é chamada de *Tableu vivant*. Mas qual seria sua função? Gonzaga Duque, o grande crítico de arte brasileira do século XIX disse, em certa ocasião que: *A primeira missa do Brasil* "não era outra coisa senão o que aí está". Isto é, a partir do momento que a obra passa a conformar o imaginário social, que nos invade os sentidos e preenche-nos com uma narrativa suficiente, sua factualidade torna-se irrelevante, afinal, é a partir desse tipo de documento que se constrói o sentimento nacional. As pinturas de história eram a expressão máxima da pintura acadêmica, posto que além de englobar vários gêneros lidavam com os grandes fatos nacionais, logo, conformavam esse imaginário. Não por acaso são telas sempre de grandes dimensões, físicas e dramáticas. E o cineasta, ao emprestar o prestígio de uma pintura de história à sua película busca contato com essa "realidade factual" forjada a partir da existência daquele artefato como documento cultural.

Esse filme, não por acaso, ficou conhecido como a expressão máxima da propaganda patriótica militar, de seu ideal de nação. E o fato do governo Geisel utilizá-lo como propaganda é signo de como esse discurso tinha aderência com alguns setores da sociedade brasileira, muito embora o diretor tenha dito, em recentes entrevistas, que a fita não foi patrocinada ou encomendada pelo regime militar

como propaganda, é certo que ela foi por esses apropriada. Os signos que envolvem sua narrativa eram compatíveis e foram usurpados pela política do regime como promoção de certos ideais afins.

O filme de Joaquim Pedro de Andrade, por seu turno, é o caso diametralmente oposto. Esse diretor, àquela altura, já havia produzido fitas de grande sucesso de crítica e público como *Garrincha, alegria do povo* (1963) ou *Macunaíma* (1969). Já havia, aliás, sido preso pelo regime. Era um dos grandes nomes do "cinema novo". Essa película nos apresenta uma abordagem totalmente diferente de um "fato histórico". Aqui ao invés de mobilizar sentimentos pátrios e ufanistas, o que se está falando é de uma revolução abortada. O diretor, em nenhum momento faz qualquer referência a Tiradentes esquartejado de Pedro Américo, embora seus elementos principais se repitam: a metáfora cristã, a crueza da cena. Ao optar por não colar sua imagem ao quadro supracitado abre-se espaço para outro tipo de crítica. Uma crítica velada ao governo militar, à tortura, às injustiças e desmandos dos governos autoritários contra aqueles que lutam, tão somente pela sua liberdade. O filme adota uma postura mais cautelosa do que o fez Eduardo Coutinho em *Um cabra marcado para morrer*, ao voltar-se a um tema, supostamente histórico, livrou-se desse tipo de perseguição, mas como já mencionado o diretor já havia sido preso e mesmo assim, logo após sair da prisão fez outro filme com crítica, digamos, velada ao regime, que foi *Macunaíma*. Mas o que une essas duas películas? A primeira, mais comercial, é exatamente o tipo de filme que passa a ter preferências dentro da Embrafilme para seu financiamento. O filme de Joaquim Pedro de Andrade é uma das poucas exceções de películas cinemanovistas, por assim dizer, que alcança certo sucesso junto ao público.

Exemplificando

Lugares da memória

Como registrar a memória da opressão? Veja abaixo dois projetos que se ocupam dessa temática:

O projeto "Brasil: Nunca mais" exemplifica a importância de se registrar a memória de situações de exceção e intolerância política para que mais adiante o relativismo seja barrado. As provas documentais afiançam

que a construção do discurso histórico daí proveniente deverá tecer um complexo diálogo com a sua materialidade. Foi gestado por figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright etc. Como consequência, temos a uma documentação consistente sobre esse período e que foi originalmente publicada em 1985; 707 processos hoje abrigados num fundo de pesquisa no AEL (Arquivo Edgard Leurenroth) vinculado à Unicamp.

O Memorial da Resistência, por seu turno, é onde funcionava o DEOPS/SP. O museu vai além da guarda de documentos e das exposições, ele se articula para manter a memória de lugares que foram importantes para resistência. Por exemplo: a USP, as ruas onde aconteceram, eventualmente, alguma prisão, o prédio onde havia um "aparelho" (célula de resistência da oposição ao regime ditatorial), a casa da Lapa (bairro da cidade de São Paulo onde executaram alguns dos envolvidos na guerrilha do Araguaia) etc.

Para saber mais sobre o memorial da resistência acesse o vídeo: <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/>. Acesso em: 6 set. 2017.

Sem medo de errar

Como mencionado no início desta seção, na situação-problema, o professor deve atentar sempre a necessidade de trazer as discussões travadas em sala de aula para o campo da disputa de ideias, sem "achismos" e opiniões embasadas em textos apócrifos (ou seja, de origem suspeita ou duvidosa) ou conceitualmente falhos. Após ouvir o aluno externar ideias sem fundamentação histórica e/ou factual, agende, na medida do possível um "passeio" com toda a turma. Sugiro que visitem o Memorial da Resistência, <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=9&c=136&s=0> (acesso em: 10 ago. 2017), prédio virtual ao site do Memorial da Resistência. Para além da documentação e de toda a curadoria pensada para aquele espaço, é interessante que os alunos tomem consciência do local e consigam perceber que a ditadura não é um discurso vazio ou uma ideia teórica, mas uma realidade que deixou marcas na vida de pessoas de carne e osso, muitas delas não estão mais aqui para contar essa história, outras guardarão para sempre os traumas de serem torturados ou repreendidos

simplesmente por ousar ter uma ideia de mundo diferente daquela que um pequeno grupo de pessoas julgava ser a correta.

Você pode aproveitar também para usar algum dos filmes, ou partes sobre os períodos indicados no *Assimile* dessa seção para contextualizar o período e mostrar um pouco do clima da época.

Faça valer a pena

1. É proibido proibir
(Caetano Veloso)

A mãe da virgem diz que não
E o anúncio da televisão
Estava escrito no portão
E o maestro ergueu o dedo
E além da porta
Há o porteiro, sim...

E eu digo não
E eu digo não ao não
Eu digo:
É! – proibido proibir
É proibido proibir
É proibido proibir
É proibido proibir...

A canção *É proibido proibir*, de Caetano Veloso foi apresentada no Festival Internacional da Canção em 1968. Assinale a alternativa correta:
a) Caetano Veloso compôs um hino, uma "música de protesto", sendo prontamente ovacionado por toda esquerda.
b) Caetano fazia parte da tropicália, nome que derivava do disco Tropicália ou Panis et Circensis, gravado por ele e outros artistas do então recém-criado movimento.
c) Caetano foi preso após o evento, a canção era vista como subversiva pela ditadura militar, que proibiu sua execução nas rádios.
d) Referia-se ao contexto europeu, de maio de 1968, portanto, não guardava qualquer relação com o contexto brasileiro.
e) A canção, embora fizesse muito sucesso, perdeu o festival daquele ano para *Ponteio*, de Edu Lobo.

2. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog (Vlado), foi encontrado morto numa cela no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). O governo prontamente divulgou a versão de que ele havia se suicidado. Herzog era judeu. Pela tradição judaica os suicidas são enterrados separadamente. A decisão de enterrá-lo no centro do Cemitério Israelita do Butantã e a repercussão imediata foi de que estavam desmentindo o governo publicamente.
Baseando-se na leitura do texto acima e no seu conhecimento sobre o período assinale a alternativa correta:
a) Herzog foi preso, pois estava envolvido com grupos armados como o MR8.
b) A morte de Herzog gerou uma onda de protestos que teve alcance na mídia internacional, ajudando, portanto, na desestabilização do regime.
c) O contexto da morte de Herzog era de abertura do regime, não tendo a ver com nenhuma questão política.
d) Herzog foi preso preventivamente, pois foi pego tentando sair do país.
e) Logo após a morte de Herzog o AI 5 foi revogado.

3. Sobre o governo Figueiredo é possível afirmar que:
a) Foi um dos pontos altos do milagre econômico.
b) Abriu-se ao capital estrangeiro promovendo uma série de privatizações.
c) Investiu numa política monetária menos austera, investindo parte do dinheiro em economias emergentes.
d) A crise econômica ocorreu em função da abertura do regime.
e) A inflação anual cresceu, chegando a cifras superiores a 200%.

Seção 4.3

A nova república

Diálogo aberto

Caro aluno, por incrível que pareça vivenciamos o maior período de democracia que o país já teve em sua história. Desde a reabertura, com o final da ditadura militar, já se passaram mais de 30 anos. Imagine a seguinte situação. Suponha que você, professor, durante uma reunião de pais e mestres é interpelado pelo familiar de um aluno acerca do conteúdo que está ensinando. Esse senhor mune-se de discussões que vê na grande mídia, ou mesmo nas redes sociais a respeito de projetos sem fundamentação teórica ou metodológica para a situação de ensino-aprendizagem que se dá no ambiente escolar, como o Escola sem partido (PL nº 163/2016). Esse sujeito apresenta versões alternativas a respeito do que teria sido a ditadura militar, e interpretações pouco ortodoxas a respeito da democracia. Como você lidaria com essa situação?

Para conseguir atacar esse problema passaremos pelo processo de reabertura da democracia, pela readequação do jogo político e pelo restabelecimento do pluripartidarismo. Acompanharemos como a nova constituição e o novo equilíbrio dos três poderes possibilitou transformações sociais importantes, mais do que isso, garantiu que saíssemos do pensamento único oficial, muito comum na ditadura, para a livre expressão.

Bons estudos!

Não pode faltar

O processo de reabertura democrática

A restauração pela democracia ocorre por diversos fatores que vão desde a pressão dos movimentos sociais à crise na economia e a consequente perda de apoio da burguesia, que outrora apoiou o regime. O governo de Figueiredo, que vai de 1974 a 1979, é considerado um momento de "transição". Não devemos nos esquecer, contudo, que essa retórica foi criada pelos apoiadores do regime que tinham interesse em contar a versão de que a ditadura acabou de cima para

baixo, de maneira ordeira e por interesse desses. *Mutatis mutandi*, algo muito parecido com o processo de abolição da escravatura, o qual vimos na Unidade 2 dessa disciplina.

Havia vários sintomas de que o regime estava no fim, contudo isso não arrefeceu a luta daqueles que queriam e exigiam a restauração da democracia o mais rápido possível. Por exemplo, é nesse período que aparecem uma série de relatos da luta armada de esquerda. A resistência ao regime, que se organizou a fim de derrubar a ditadura. Trata-se, certamente, de uma literatura que conta muito dos desafios, planos e expectativas que esses sujeitos, cujas vidas foram interrompidas por um estado de exceção, tinham; "[...] não visava a restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida sim com a construção de um futuro radicalmente novo [...]" (ROLLEMBERG apud FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 3). A despeito dos planos que os diversos grupos tinham a respeito do que se fazer, uma vez que o regime hipoteticamente fosse derrubado, fato é que essa literatura tinha também uma importância secundária: disputar a memória, corações e mentes com os partidários do regime militar, uma vez que a ideia de que grande parte das pessoas desconhecia que o regime praticasse tortura de maneira institucionalizada. A assinatura da lei de anistia em 1979 por um lado deu tranquilidade aos exilados políticos voltarem ao país, intelectuais e artistas que devido à sua atividade político-profissional viram no exílio uma maneira de garantir sua integridade física, por outro trazia um dispositivo que beneficiava também os torturadores, contribuindo para a sensação de violação de direitos humanos que esses sujeitos usurparam do estado democrático. Somente a comissão nacional da verdade, instituída no governo Dilma, investigaria, efetivamente, as violações de direitos humanos gravíssimas, que aconteceram não apenas durante esse período, mas a partir da ditadura de Vargas até 1988.

Em dezembro de 1979 o pluripartidarismo foi restabelecido. Os antigos Arena e MDB viraram, respectivamente, Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso temos a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), um dos protagonistas da política brasileira do período pós-redemocratização, juntamente com PT e PMDB, só foi fundado em 1988. O Partido

Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), contudo, continuaram proibidos até pouco mais adiante.

Além da morte de Herzog e da luta armada, mencionadas no capítulo anterior, temos o movimento pelas Diretas Já como um dos grandes marcos que mobilizou a sociedade a lutar contra a ditadura. Tratou-se de uma frente suprapartidária que uniu políticos, artistas, intelectuais e membros da sociedade civil em geral em prol da aprovação de uma emenda constitucional que autorizasse eleições diretas para presidente. O evento-chave foi a passeata de 16 de abril de 1984 que contou com a participação de personagens como: Tancredo Neves, Franco Montoro, Orestes Quércia, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva etc. Ao todo, cerca de 1,5 milhão de pessoas (antes havia acontecido cerca de 40 atos espalhados por todo o Brasil) se reuniram nesse evento. Contudo, a emenda não veio e tivemos eleições indiretas. Tivemos o primeiro presidente não militar em 20 anos: Tancredo Neves, que ganhou por eleições indiretas. Este acabou adoecendo na véspera de sua posse e morreu no mês seguinte, abrindo caminho para Sarney, seu vice, assumir a presidência.

Figura 4.7 | Nas ruas de Brasília, diante do Congresso Nacional, o povo se manifesta e exige o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Brasília, 23 de abril de 2004. Arquivo da Agência Brasil

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Diretas_J%C3%A1.jpg>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Sarney e as primeiras eleições diretas

O governo Sarney foi marcado por uma série de pacotes econômicos que visavam acabar com o problema número 1 do país: o combate à inflação. *Grosso modo*, foi nesse campo, da pauta econômica, que as grandes discussões nacionais passaram a ser feitas.

No primeiro deles, o plano cruzado, conduzido pelo então ministro da fazenda João Sayad, que dentre outras medidas congelou os preços por 1 ano, e um gatilho geral de preços, que significava aumento automático quando a inflação bastasse a marca de 20%. A consequência imediata foi uma explosão de consumo, contudo, mais adiante aconteceu um movimento de retração por parte dos investidores que pararam de apostar nas forças produtivas, haja vista que as margens de lucro das empresas estavam alteradas. Logo a produção caiu, levando a uma crise de abastecimento severa. No plano internacional as contas deterioram-se rapidamente, e isso nos levou ao plano cruzado II, ainda no segundo semestre de 1986, pois Dílson Funaro como ministro da fazenda, não conseguiu conter a queda das reservas cambiais do país. Acabou por renunciar e em seu lugar entrou Luís Carlos Bresser Pereira. Outra medida que visava acabar com a inflação, mas acabou não surtindo o efeito desejado.

A vitória de Collor se deu em 1989. Após um primeiro turno com vários candidatos, na segunda etapa da eleição, a polarização entre direita e esquerda esteve expressa de um lado no sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, representando o PT, do outro Fernando Collor de Mello, candidato pelo PRN. A campanha foi bastante controversa, com o candidato conservador tendo maior exposição na mídia (SILVA, 1990).

Constituição de 1988

Em 1988 o Brasil passou a ter uma nova constituição, que substituiu aquela impetrada pelos militares. A constituição "cidadã", como ficou conhecida, trazia, dentre outras coisas: voto universal (independente de renda e alfabetização), o pluripartidarismo (inclusive de partidos historicamente perseguidos como PCB e PC do B) e a eleição direta para cargos majoritários. As sessões foram presididas por Ulysses Guimarães que foi bastante ativo durante a campanha pelas Diretas Já.

Collor e o impeachment

Figura 4.8 | Foto oficial de Fernando Collor, Presidente do Brasil entre 1990 e 1992

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fernando_Collor_acena_para_a_popula%C3%A7%C3%A3o.jpg>. Acesso em: 16 ago. 2017.

Fernando Collor de Mello veio de um Estado (Alagoas) que até então nunca havia tido tamanha relevância na política nacional. O "caçador de marajás", alcunha que acabou emplacando nas peças de propaganda eleitoral, elegeu-se com um discurso moralizador. Após um primeiro turno em que suprimiu políticos tradicionais como Paulo Maluf e Mario Covas acabou se tornando uma alternativa ao discurso de radicalização do PT. Uma vez eleito teve de formar um governo de coalizão, seu partido era relativamente pequeno e sem muita capilaridade, haja vista que nas eleições de 1990 não elegeu sequer um governador. Dessa forma sua base aliada contava, sobretudo, com a presença do PMDB, PFL, PDS, PL e PTB. Dessa maneira é possível apontar que foi o primeiro presidente pós-redemocratização a tentar inaugurar a política de coalização, isto é, conseguir a maioria

na câmara a partir de uma base aliada construída na concessão de cargos que vão de secretarias a ministérios. Justamente por ser de um partido relativamente pequeno é que essa base era deveras importante, e uma vez que essa se tornou insatisfeita, seu governo ruiu. Collor e membros de seu governo foram acusados de corrupção. Além disso, as escolhas econômicas o fizeram impopular, cito como exemplo o confisco da poupança, que dentre outras medidas visava acabar com a inflação por meio da redução da circulação do dinheiro.

Em 1992, o movimento estudantil organizado saiu às ruas exigindo a renúncia do então presidente. Eram os "caras-pintadas". Sem apoio da sua então base aliada iniciou-se um processo de impeachment.

Figura 4.9 | Caras-pintadas em manifestação em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, setembro de 1992

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cara_pintadas.jpg>. Acesso em: 9 ago. 2017.

Após uma série de confrontos familiares que envolviam seu irmão e mulher, a perseguição da polícia a PC Farias, então chefe de sua campanha, o fizeram renunciar, dando espaço a seu vice Itamar Franco, que assumiu o cargo a partir de 1992.

O plano real e o governo FHC

O plano real apareceu como uma alternativa no horizonte. Após os fracassos dos pacotes econômicos de Sarney e de Collor, Itamar Franco, o vice que assumira o cargo efetivamente, nomeou Fernando Henrique Cardoso no ministério da fazenda. Esse, por seu turno formou uma equipe econômica que, enfim, conseguiu dar cabo da inflação que assolava o país. Antes de qualquer coisa, o plano real ajudou a estabilizar a economia e isso afetou positivamente as rendas menores (ROCHA, 2000, p. 1).

O plano real consistia, basicamente, numa série de medidas que visavam estabilizar a moeda, tais como a criação da Unidade Real de Valor (URV), um índice que visava demonstrar a variação do poder aquisitivo desta, a paridade cambial com o dólar. O governo lançou, igualmente, uma série de políticas cambiais restritivas. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP) foi o 34º Presidente do Brasil. Governou de 1994 a 2002. Dentre suas realizações podemos destacar justamente a estabilização da economia, a tentativa de universalizar o ensino fundamental e médio e a expansão da economia. Geralmente associado ao neoliberalismo, seu governo foi marcado também pelas privatizações de empresas públicas de setores considerados deficitários. Essa prática, por assim dizer, sofreu forte oposição sobretudo dos partidos de esquerda, então encabeçados pelo PT.

Figura 4.10 | Presidente FHC vai ao congresso na sessão que comemora os 15 anos da implantação do plano real, 7 de julho de 2009

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:FHC_15_anos_real.jpg>. Acesso em: 9 ago. 2017.

O governo FHC sofreu com crises econômicas, especialmente a de 1998. Ocorreram algumas tentativas de impeachment, sobretudo em razão da aprovação da reeleição, lembremos que a constituição de 1988, a chamada cidadã, não previa reeleição. Além disso as diversas denúncias de corrupção foram ignoradas solenemente pelo procurador geral da república, que foi apelidado pela Folha de S. Paulo de "engavetador geral".

Os governos Lula e Dilma

Após perder quatro eleições seguidas, Luís Inácio Lula da Silva, ex-dirigente sindical, elegeu-se Presidente do Brasil. Como vimos no item anterior, o governo FHC acabou com uma popularidade relativamente baixa; o país vinha de uma recessão e um clima de desconfiança geral do mercado internacional não parecia ajudar. Lula chegou ao poder com um discurso menos radical que o de 1989, a essa altura o PT já havia lançado um documento que apresentou uma guinada na maneira de se fazer política no partido, a chamada: carta ao povo brasileiro.

Lula implementou um governo tido por neodesenvolvimentista. Investiu em distribuição de renda, desonerou o setor produtivo durante a crise de 2008, investiu em indústria de base (recuperou, por exemplo, o setor naval) etc. Com isso o trabalhador pobre passou a consumidor, e o país conseguiu atravessar a crise de 2008 sem maiores problemas. Trata-se daquilo que ficou conhecido como a emergência da classe C.

A "carta ao povo brasileiro" lançada pelo PT é frequentemente associada a uma tentativa de mostrar ao mercado financeiro que o PT no poder seria menos radical do que se mostrou historicamente desde a sua fundação. O documento, que é assinado por Lula, foi interpretado pela grande mídia como uma medida para acalmar os ânimos do mercado financeiro. Vejamos o teor do texto:

Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer.

A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas.

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o

real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações.

Para esse fim, é fundamentar a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdida.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

Fonte: FOLHA ONLINE. **Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro**. Folha de S. Paulo, 24 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 9 ago. 2017.

O país saiu do mapa da fome e grande parte da população saiu da histórica linha da miséria, passando à classe média baixa, a chamada classe C. A inclusão dessa parcela da população como consumidora tem um duplo efeito, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista da cidadania.

Em seu governo também ocorreu a expansão universitária (sem precedentes na história do país), seja por meio do programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ou do Programa Universidade para Todos (ProUni), isto é, financiamento de bolsas para universidades privadas ou ainda a criação de universidades federais nos mais diversos recantos do país. Isso permitiu o surgimento de projetos experimentais como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB), Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O logo do governo Lula dizia que se tratava de um país de todos, foi em sua administração que as cotas raciais começaram a ser adotadas em universidades públicas, tendo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como o primeiro exemplo no país. A popularidade de Lula foi grande o suficiente para que este atravessasse duas crises políticas institucionais sérias: a de 2005, quando se deflagrou um esquema de corrupção que ficou conhecido por "mensalão", e em 2012 quando este caso foi, enfim, julgado.

Em 2012, Lula fez uma sucessora: Dilma Vana Rousseff, ex-membro do PDT de Brizola. Dilma participou do combate à ditadura, atuando em grupos que buscavam desestabilizar o governo. Foi presa e interrogada quando militante no período militar. Dilma elegeu-se em 2010 e reelegeu-se em 2012. Ficou conhecida nacionalmente por compor o governo Lula, foi sua ministra de Minas e Energia e posteriormente ministra-chefe da Casa Civil. Dilma esteve desde o primeiro dia do governo Lula ao último como sua ministra. Foi responsável pela concretização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tornando-se, a partir daí, conhecida em todo o país.

Nos primeiros anos, o governo Rousseff experimentou popularidade maior que a de Lula. O grande divisor de águas desse governo foram as manifestações de junho de 2013, que levaram a presidenta de uma vitória supostamente tranquila a uma disputa polarizada e acirrada, vencendo por uma diferença de cerca de 4 milhões de votos.

Grosso modo, a bibliografia disponível trata os governos Lula e Rousseff como uma continuidade do projeto neodesenvolvimentista, contudo, no caso de Rousseff o modelo de negociação por meio da política de coalizão teria se esgotado.

Pesquise mais

Para "corrigir" os prejuízos que a lei da anistia trouxe, ao anistiar os torturadores, tivemos, durante o governo Dilma Rousseff, a instituição da Comissão Nacional da Verdade. O relatório da Comissão Nacional da Verdade está disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 9 ago. 2017.

O Brasil atual

Figura 4.11 | Plenário do Senado durante sessão deliberativa extraordinária para votar a Denúncia 1/2016, que trata do julgamento do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff por suposto crime de responsabilidade, 29 de agosto de 2016. Senado Federal

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plen%C3%A1rio_do_Senado_(29208200662).jpg>. Acesso em: 7 ago. 2017.

Antes da segunda eleição de Dilma, a oposição à direita do governo começou a se articular para pedir o impeachment da presidenta. Esse processo foi levado a cabo em 2015. Após longo processo, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado.

Exemplificando

Pensando sobre a Democracia no Brasil, a fim de visualizar os escassos períodos em que a ela esteve em voga no país, recapitulemos:

- Portugal chegou ao que hoje chamamos de Brasil em 1500;
- Em 1808, Portugal transferiu sua corte para o Brasil e ele virou vice-reino;
- Em 1822 o país ficou independente e se tornou um Império, assume o filho do então rei: Dom Pedro I;

- O Império dura até 1889, quando é proclamada república, num golpe militar;
- Depois disso experimentamos curtos períodos de democracia mesclados a ditaduras. Entre 1894 e 1930 temos um período democrático;
- Em 1930 um golpe militar (Getúlio);
- Em 1934 eleições, o processo democrático é novamente interrompido até 1937;
- Em 1945 novamente temos eleições democráticas;
- Em 1964 a democracia é novamente interrompida pelos militares;
- Em 1984 o país começa o processo de saída da ditadura;
- Em 1989 eleições;
- Em 1992 Impeachment;
- Democracia até 2015;
- Em 2016 impeachment.

Sem medo de errar

Você viu nessa última seção que há documentação farta e disponível publicamente que combate, de maneira muito precisa, o discurso do familiar do aluno fictício. Sugerimos que numa situação dessas, completamente verossímil, você envolva a família no aprendizado escolar. Trata-se de uma maneira de educar para além dos muros da escola. Sugerimos dois tipos de atividades complementares. Uma delas é que os alunos pesquisem o relatório da comissão nacional da verdade. Antes realize uma aula em que explique o sentido desse documento, passe pelas recomendações que foram publicadas no formato de 29 artigos (disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/conheca-as-29-recomendacoes-dacomissao-nacional-da-verdade>. Acesso em: 10 ago. 2017). Uma vez que esse documento clarifica, reconhece oficialmente quão nocivo foi a ditadura militar para o desenvolvimento social e humanitário do país. Além disso, realize atividades que envolva membros externos à

comunidade, a exibição de filmes que tratam do tema como: *Hércules 56*, de Silvio Da-Rin, *Cabra-cega*, de Toni Venturi, *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cao Hamburger, *Pra frente, Brasil*, de Roberto Farias ou *Corte Seco*, de Renato Tapajós, cada um à sua maneira, pode compor uma boa seleção de filmes que explorem o tema. Trazer essa discussão no seio dessa comunidade é uma boa maneira de combater o obscurantismo e a irresponsabilidade midiática.

Faça valer a pena

1. Baseando-se em seu conhecimento sobre a redemocratização assinale a alternativa correta:
a) A lei de anistia serviu para a prisão dos torturadores.
b) Ulysses Guimarães foi o primeiro presidente eleito, contudo faleceu antes de assumir.
c) PT e PSDB foram contra a emenda Dante de Oliveira.
d) Sarney foi o primeiro presidente civil desde o golpe de 1964.
e) O movimento pelas Diretas Já foi encabeçado, inicialmente, por militares de esquerda que estavam contra o regime.

2. As greves gerais do ABC, da década de 1970, dentre outras coisas:
a) Funcionaram como um laboratório para o Partido dos Trabalhadores, que viria a disputar e a ganhar as eleições majoritárias ainda no período da transição.
b) Aproximaram o movimento sindical da igreja católica por meio da teologia da libertação de Plínio Salgado.
c) Provocaram o aumento salarial de 20%.
d) Causaram a flexibilização das leis trabalhistas.
e) Ocasionaram o fim do imposto sindical obrigatório.

3. Dentre as principais realizações do governo FHC podemos destacar:
a) Universalização do Ensino Fundamental e Médio.
b) Criação de políticas de combate à pobreza.
c) Criação do Plano Real.
d) Quitação da dívida externa.
e) Estreitamento de laços com os governos de esquerda da América Latina.

Referências

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o leme a bombordo**: marinheiros e a ditadura civil-militar no Brasil – da rebelião de 1964 à anistia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1380.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Auro Moura. **Um congresso contra o arbítrio**: diários e memória. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não**: música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AYRES, Leonardo Staevie. **Governo Dutra**: ortodoxia versus desenvolvimentismo no Brasil do pós-guerra. 2013. Monografia (Bacharelado em Economia) – Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação do Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Informação Legislativa. **Ato Institucional nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>. Acesso em: 3 set. 2017.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Ed. Estação Liberdade; Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil**: 1964-1985. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 1999.

CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda. A reformulação da doutrina de segurança nacional pela escola superior de guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez., 2009.

FOLHA ONLINE. **Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro**. Folha de S. Paulo, 24 jun. 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 9 ago. 2017.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, memória e história dos trabalhadores. In: **O direito à memória**. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1994.

MARCONE, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart**: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana (Orgs.). **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: Editora 34, 2015.

NOGUEIRA, Bruno Torturra. **Alex Polari**. Revista Trip, 16 mar. 2012. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/trip/alex-polari>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PAVANI, Rafael. **A revolução mexicana e as tentativas de legitimação do poder nos discursos presidenciais de Lázaro Cárdenas (1934-1940)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

RAMOS, Guerreiro. **Diário do congresso nacional**. 1 de abril de 1964, p. 12. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01ABR1964.pdf#page=>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD_721.pdf>. Acesso em: 6 set. 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da

ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43-91.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SESTINI, Dharana. O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo. In: SIMPÓPISO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007. **Anais**... São Leopoldo: Unisinos, 2007.

SILVA, Carlos. Indústria da comunicação: personagem principal das eleições presidenciais de 1989. **Intecom**, v. 13, n. 62/63, 1990. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1347/1296>. Acesso em: 9 ago. 2017.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**: a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Zelito. Dez anos de cinema nacional. **Opinião**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 6-8, 11 a 18 jun. 1973.

VILLELA, Lucas. A desestabilização por meio da propaganda política do IPÊS. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA 1964-2014: MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E ESTADO, 15., 2014. **Anais**... Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2014.

Anotações